

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

A AQUISIÇÃO DO CASO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Juliane Pohlmann Bulla

Dr Ana Maria Tramunt Ibaños
Orientadora

Data de Defesa: 14 / 01 / 2009

Instituição depositária:
Biblioteca Central Irmão José Otão
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, novembro de 2008

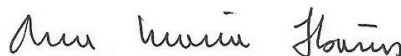
JULIEANE POHLMANN BULLA

A AQUISIÇÃO DO CASO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

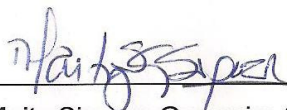
Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 14 de janeiro de 2009

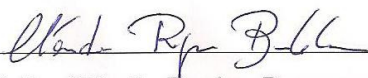
BANCA EXAMINADORA:



Prof^a. Dr. Ana Maria Tramunt Ibaños - PUCRS



Prof^a. Dr. Maity Simone Guerreiro Siqueira - UFRGS



Prof^a. Dr. Cláudia Regina Brescancini- PUCRS

Aos meus irmãos Junior e Erik, para que nunca abandonem os mestres e lembrem sempre que o conhecimento é a maior riqueza que se pode conquistar.

AGRADECIMENTOS

Ser grato é mais do que dizer obrigado. É pôr-se disponível para iluminar de volta o caminho do outro; seja com palavras, com carinho ou com trabalho em qualquer momento que se fizer necessário. Assim eu me proponho a todos os que fizeram parte dessa jornada: contem comigo sempre.

Meu marido Guilherme: pela paz, carinho e amor fiel; pela felicidade plena que me proporciona, o que torna possível todos os projetos.

Minha mãe Rosemary: pelo apoio, torcida e orações; pelas conversas diárias.

Meu pai Carlos Alberto: por ser meu coruja, por alimentar os meus sonhos acreditando sempre e tanto.

Minha sogra Maria Alice: por cuidar de mim e da casa quando precisei me ausentar.

Minha orientadora Dr Ana: pelo incentivo, profissionalismo e respeito ao meu trabalho, a minha liberdade e a minha capacidade. Pela confiança.

Minhas colegas Prof. Ângela Klein e Prof. Bárbara Pinto: pela presença em meus momentos especiais, pelas contribuições diretas e indiretas ao meu trabalho.

Meu colega Prof. Ms. Gabriel Othero: pelos conselhos e idéias brilhantes.

Prof. Dr Regina Lamprecht: por me receber sempre tão bem no CEAAL, por ser prestativa e disposta a ajudar.

Prof. Dr Denise Issler: pelos dados das três crianças, sem os quais este trabalho não seria possível.

RESUMO

Este trabalho disserta sobre a aquisição do Caso no português brasileiro, com base em uma pesquisa experimental feita com três crianças entre um ano e sete meses e três anos de idade. Após uma intensa revisão bibliográfica que introduziu as ferramentas teóricas e procurou trazer dados sobre a aquisição do Caso em outras línguas, foram descritos dois pontos de vista sobre a aquisição do Caso em língua inglesa. O primeiro, apresentado no estudo de Schutze e Wexler (1996), relaciona a aquisição do Caso ao estágio dos Infinitivos Opcionais (*OI Stage*); e o segundo, desenvolvido em Vainikka (1994), relaciona a aquisição do Caso à aquisição das categorias frasais responsáveis pela atribuição dos Casos. Os dois estudos serviram de guia para as análises dos dados brasileiros e possibilitaram a detecção de um estágio análogo ao *OI Stage* que ocorre na aquisição do português do Brasil. Com base na análise dos dados infantis, sob à luz da Teoria Gerativa de Chomsky (1957) na formulação da Regência e Ligação e da Teoria do Caso, foi constatado que existe uma flexão *default* idêntica à flexão de terceira pessoa, usada principalmente para a primeira pessoa quando o sujeito é implícito. Através dos achados principais, foi possível o delineio do padrão de erro de marcação Casual e foi traçado o caminho da aquisição dos pronomes, a começar pelo nominativo, no português brasileiro.

Palavras-Chave: aquisição do Caso – português brasileiro – Teoria Gerativa – marcas flexionais – categorias frasais

ABSTRACT

This work discusses upon Case acquisition in Brazilian Portuguese, based on an experimental research with three children between one year and seven months and three years of age. After an intense bibliographic review that introduced the theoretical tools and sought to bring data on Case acquisition from other languages, two points of view were described on the acquisition of Case in the English language. The first, presented in a study by Schütze e Wexler (1996), relates Case acquisition to the Optional Infinitives Stage (OI Stage); and the second, developed in Vainikka (1994), relates Case acquisition to the acquisition of phrasal categories responsible for Case marking. Both studies served as guides to the analysis of Brazilian data and made possible the detection of a stage analogue to the OI stage that takes place during the acquisition of Brazilian Portuguese. Based on the analysis of child data, in the light of the Generative Theory by Chomsky (1957) in the formulation of Government and Binding and Case Theory, it was observed that there is a default inflection identical to the inflection for the third person, applied mainly to the first person when subject is non-overt. Through the main findings, it was possible to delineate the pattern of Case error and the pattern for pronoun acquisition, which begins with nominative, for the Brazilian Portuguese.

Key-Words: Case acquisition – Brazilian Portuguese – Generative Theory – inflection marks – phrasal categories

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 A TEORIA DA GRAMÁTICA UNIVERSAL.....	10
2.1 PRINCÍPIOS E PARÂMETROS.....	11
2.2 A TEORIA X-BARRA.....	15
2.3 O PRINCÍPIO DA PROJEÇÃO.....	20
2.4 A TEORIA DOS PAPÉIS TEMÁTICOS.....	23
2.5 A TEORIA DO CASO.....	25
3 A AQUISIÇÃO DO CASO.....	36
3.1 A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM.....	36
3.2 FILTRO DE CASO.....	37
3.3 O SUJEITO NÃO-NOMINATIVO NA FALA INFANTIL.....	38
3.4 A AQUISIÇÃO DO CASO <i>DEFAULT</i>	43
3.5 O SUJEITO GENITIVO NA FALA INFANTIL.....	45
4 DUAS ABORDAGENS PARA A AQUISIÇÃO DO CASO.....	47
4.1 CASO E FLEXÃO PARA CRIANÇAS FALANTES DE INGLÊS.....	47
4.2 CASO E CATEGORIAS FRASAIS PARA CRIANÇAS FALANTES DE INGLÊS....	57
5 A AQUISIÇÃO DO CASO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	70
5.1 A METODOLOGIA.....	71
5.2 A PRIMEIRA CRIANÇA – TATI	72
5.3 A SEGUNDA CRIANÇA – JOÃO.....	81
5.4 A TERCEIRA CRIANÇA – RAFAEL.....	86
6 AS ANÁLISES E DISCUSSÕES.....	93
6.1 NA RELAÇÃO CASO E FLEXÃO.....	94
6.2 NA RELAÇÃO CASO E CATEGORIAS FRASAIS.....	100
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	112
<i>CURRICULUM VITAE</i>.....	116

1 INTRODUÇÃO

Dentro da grande área da Lingüística, com base na Sintaxe Gerativa proposta por Noam Chomsky (1957), o estudo aqui apresentado consiste na verificação de como se dá a aquisição do Caso no português brasileiro, doravante PB. São avaliadas as falas de três crianças entre um ano e sete meses e três anos de idade¹, aproximadamente. Os dados das três crianças pertencem ao *Corpus* Issler, gravado e organizado pela Dr Denise Issler e disponibilizado no Centro de Estudos de Aquisição e Aprendizagem da Linguagem (CEAAL), na Pontifícia Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PUCRS).

As análises são feitas mediante o modelo Princípios e Parâmetros, na formulação da Regência e Ligação, com base em dois focos teóricos: o apresentado por Carson T. Schütze e Kenneth Wexler (1996) em sua pesquisa para a língua inglesa e aquele apresentado por Anne Vainikka (1994), também com crianças falantes de inglês. Devido à ausência de estudos sobre o Caso em língua portuguesa, é apresentada uma revisão bibliográfica sobre a Teoria do Caso e os estudos apresentados como referências teóricas e mesmo de antecedentes do assunto são quase que totalmente de língua inglesa. Assim, por ocasião da falta de trabalhos sobre o tema, o principal objetivo deste é o de traçar um perfil da aquisição do Caso no PB, mediante a análise das falas de três crianças em idade de aquisição pronominal. A base das análises são os pronomes, especialmente os de primeira e segunda pessoas, por serem eles detentores de morfologia especial e peculiar a cada Caso Abstrato manifestado em português.

Este trabalho visa a preencher uma lacuna não só na literatura sobre aquisição da linguagem, mas também na literatura gerativista, visto que não foram encontrados estudos nem sobre a manifestação Casual no PB nem sobre a aquisição do Caso nesta língua. Para compreender a aquisição de uma língua é necessário que se olhe para as peculiaridades de sua realização sintática em diferentes estágios do desenvolvimento lingüístico dos indivíduos, que se busque desenhar um perfil do comportamento daquele sistema de forma detalhada. Para os estudos gerativistas, análises que mapeiam línguas pinçando similitudes a partir de outras línguas, são deveras relevantes. É isso que se faz neste trabalho. Embora o Caso Abstrato seja um tema teoricamente antigo, ele se torna empiricamente novo através desta pesquisa.

A pesquisa parte dos achados dos estudos de Schütze e Wexler (1996) e Anne Vainikka (1994) para verificar a seqüência de aquisição dos pronomes para cada Caso no PB

¹ As idades infantis são abreviadas, em aparições futuras em ano;meses:dias. Exemplo: 1;7:12.

e mapear os tipos de erros apresentados pelas crianças falantes desta língua. Busca-se verificar, por exemplo, se as crianças brasileiras também passam pelo período dos infinitivos opcionais (*OI Stage*), que Schütze e Wexler (ibid.) afirmam influenciar a produção de sujeitos não-nominativos das crianças falantes de língua inglesa. Para isso, é lançado um olhar especial ao verbo e à influência de sua morfologia nos sujeitos pronominais. Também é analisada a aquisição das estruturas frasais, como fez Vainikka para o inglês, buscando entender os problemas de aquisição do Caso por crianças desta língua.

Este estudo é apresentado em quatro grandes partes: A primeira é composta pelo capítulo dois, que explica a Teoria da Gramática Universal, do modelo Princípios e Parâmetros à Teoria do Caso. Nesse momento, são mostrados todos os recursos teóricos necessários para a compreensão da aquisição da linguagem, mais especificamente, da aquisição do Caso dentro de uma perspectiva gerativista. Sem a seção sobre a Teoria X-Barra, por exemplo, seria impossível a compreensão das análises da relação entre Caso e categorias frasais; A segunda parte é composta pelas cinco seções do capítulo três. Ali começa o percurso pela aquisição da linguagem, a apresentação do Filtro de Caso como um dos princípios da linguagem natural e a discussão de problemas de Caso verificados na aquisição de outras línguas; A terceira parte, capítulo quatro, traz as duas abordagens sob as quais serão desenvolvidas as análises: o estudo de Schütze e Wexler (1996), que relaciona a aquisição do Caso ao período dos infinitivos pessoais (*OI Stage*) e o estudo de Vainikka (1994), que explica os problemas de marcação Casual das crianças falantes de inglês através de uma teoria de aquisição gradual das estruturas sintáticas; A quarta parte é composta pelos capítulos cinco e seis. É explicada a metodologia e são apresentados os dados das três crianças, uma a uma, em ordem cronológica e de aquisição dos pronomes para cada Caso. Em seguida, os dados são analisados sob dois diferentes pontos de vista: sobre a relação entre Caso e flexão verbal e sobre a relação entre Caso e categorias frasais.

2 A TEORIA DA GRAMÁTICA UNIVERSAL

A Sintaxe Gerativa é uma teoria viva e em constante movimento que passou por reformulações importantes desde sua primeira versão em 1957. Neste trabalho, o enfoque será dado à Teoria da Regência e Ligação (*Government and Binding Theory*), doravante, GB, desenvolvida por Chomsky (1981). A GB engloba uma gama de subteorias que interagem umas com as outras a fim de explicar o funcionamento da Gramática Natural. O principal conceito que rege o pensamento de Chomsky e de seus seguidores desde o primeiro momento da Sintaxe Gerativa e que permanece não só na GB, mas também no seu último modelo, o Minimalismo (CHOMSKY, 1995), é o da Gramática Universal, doravante GU.

A GU é um dom inato, peculiar à espécie humana, que serve de base para se adquirir uma língua. Trata-se de um sistema de princípios, condições e regras que são propriedades de todas as línguas, segundo Chomsky (1975, p.29). A GU é, ainda segundo o autor, a essência da linguagem humana. Foi já com esse pensamento que, em 1957, com a publicação de *Syntactic Structures*, nasceu a Gramática Gerativa, mostrando as primeiras linhas do tracejo deste panorama do campo da Lingüística. O termo “Gramática” na Teoria Gerativa denota o conhecimento inconsciente do falante acerca de sua língua, ou seja, quem sabe se uma sentença é gramatical ou não é o falante nativo e essa sapiência tem o nome técnico de Competência Lingüística. Quando o sistema é posto em uso, a fala gerada reflete a *Performance* ou Desempenho Lingüístico daquele falante, de acordo com Mioto, Silva e Lopes (2000, p.22).

A Gramática Universal (GU), geradora de infinitas sentenças a partir de recursos limitados, é o que compõe o objeto de estudo do sintaticista gerativista, e não as línguas em particular. Essa Gramática propõe-se a desvelar o sistema que já está na fonte da fala, que está no ser humano. Buscam-se princípios gerais para explicar como a linguagem é produzida.

Não se deve pensar, no entanto, que a GU é um sistema que permite que uma pessoa fale independente de qualquer exposição aos dados de uma língua (HAEGEMAN, 2006, p.13). A GU não é auto-suficiente, pois, se assim o fosse, um sujeito poderia escolher falar mandarim e instantaneamente passar a se expressar através do dialeto. A criança começa a falar a língua do ambiente dentro do qual está inserida e fixa, com base na amostragem que colhe desse ambiente e de acordo com os princípios de sua GU, os parâmetros da língua em questão. A realização da fala é um encontro do externo com o interno. Os dados de entrada – tudo o que a criança ouve – servem de alimento para que sua gramática internalizada passe a

atuar na geração de sentenças. Essa espécie de alimentação do sistema a partir do *input* desperta o processo da fala infantil.

O caminho da apresentação da GU até a Teoria do Caso é percorrido a começar pela noção de Princípios e Parâmetros, que permite a compreensão da linguagem do que é universal ao que é particular, ao parametrizado.

2.1 PRINCÍPIOS E PARÂMETROS

Embora os princípios lingüísticos sejam universais, as línguas do mundo seguem padrões que as diferem substancialmente umas das outras. Existe, por exemplo, o Princípio da Subordinação que diz que uma sentença gramatical pode se transformar em uma oração subordinada de uma sentença complexa (HAEGEMAN, 2006, p.12). Isso é possível em qualquer língua. Já a ordem dos elementos na sentença varia de uma língua para outra; tomando o exemplo de Haegeman: enquanto o inglês tem seu parâmetro fixado em sujeito-verbo-objeto, o japonês está configurado para sujeito-objeto-verbo, para a ordem na sentença. Os parâmetros, como o que fixa a ordem dos elementos na sentença, precisam ser aprendidos a partir do *input* recebido, enquanto os princípios, como o da subordinação, são inatos, ou seja, fazem parte da GU.

Um dos parâmetros mais estudados é o chamado *Pro-drop* (*Pro-drop Parameter*) que descreve algumas propriedades comportamentais dos pronomes nas línguas. Enquanto o português brasileiro² e o italiano são considerados línguas *pro-drop*, o inglês não tem essa característica. Línguas *pro-drop* são aquelas que podem ter o pronome subjetivo omitido em suas sentenças. O sujeito pode ser apenas um traço, uma abstração na forma fonética. Em italiano, segundo Haegeman (2006, p.20), o sujeito aparente pode também ocupar uma posição pós-verbal. A autora ilustra da seguinte forma:

1a È arrivato Gianni;

(HAEGEMAN, 2006, p.20)

² É sabido que há discussões em torno de uma teoria de que o português brasileiro esteja perdendo a característica de língua *pro-drop*. Duarte (1995) defende que a situação do sujeito nulo no sistema do PB está mudando em direção a uma futura obrigatoriedade do preenchimento do sujeito pronominal (Ver também NEGRÃO e MÜLLER, 1996; GALVES, 1993; KATO, 1999).

e compara com o inglês, que consideraria uma construção como esta agramatical:

1b * Is arrived John.

(HAEGEMAN, 2006, p.20)

Para a língua inglesa, o sujeito deve estar explícito e à esquerda do verbo:

1c John has arrived.

(HAEGEMAN, 2006, p.20)

Para o português, há exemplos clássicos, como aqueles com o verbo *chover*:

2a Chove muito em São Paulo.

Não há a necessidade e nem mesmo existe um sujeito em língua portuguesa para este verbo. Já em inglês, ter-se-ia a construção:

2b It rains a lot in São Paulo.

it cumpre a função estrutural de sujeito embora não contenha qualquer informação semântica. É uma necessidade estrutural da língua. Esse tipo de pronome é chamado expletivo, assim como o *there*:

3 There will be three hundred people at the party.

O sujeito funcional desta sentença está na posição pós-verbo enquanto que a posição pré-verbal está preenchida pelo expletivo. Esse tipo de comportamento é consoante com outras características particulares das línguas, como, por exemplo, a morfologia verbal. Enquanto em língua inglesa há apenas duas formas verbais para o presente e uma para o passado, o português tem seis para o presente e outras seis formas diferentes para o passado, ou seja, uma para cada pessoa gramatical. Visto que há um princípio que visa à economia, pode-se considerar desnecessária a presença do pronome em posição de sujeito quando há no verbo uma configuração única que subentenderia a presença semântica de determinado pronome pessoal.

Em contraste com os parâmetros, peculiares às línguas, os princípios da GU dão conta de propriedades de todas as regras e de todas as línguas, segundo Cook e Newson (1996), e não compõem regras *per se*. Regras são fenômenos idiossincráticos derivados de conhecimento instintivo de linguagem, são artefatos da interação entre os princípios e o léxico, segundo o autor. Um fenômeno instintivo que caracteriza um princípio da linguagem interna³ é a organização dos elementos da sentença em seqüências hierárquicas. A primeira divisão natural é aquela que se conhece por sujeito e predicado. Assim, sabe-se que nas sentenças:

4a Ela comeu o chocolate.

4b A guria esganada comeu o chocolate.

4c A Di comeu o chocolate.

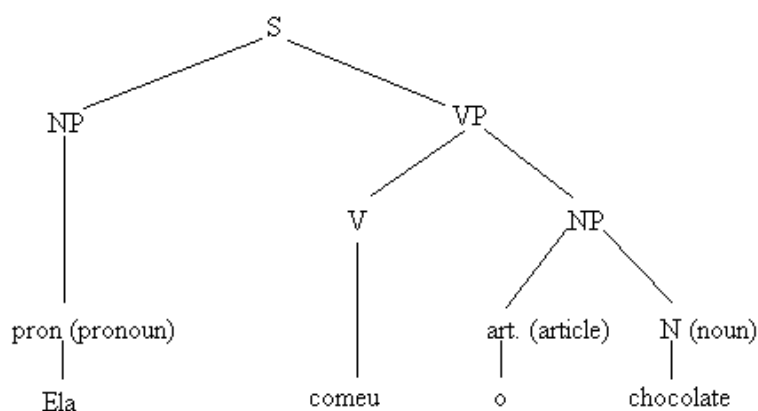
4d Aquela guria gorda comeu o meu chocolate todinho.

Ela, *A menina gulosa*, *A Di* e *Aquela guria gorda* desempenham a mesma função, ou seja, pertencem à mesma categoria sintática. Esses grupos de elementos são chamados sintagmas, do inglês *phrases*, e, quando contêm um substantivo ou pronome como núcleo, recebem o nome de sintagmas nominais (*noun phrases*), doravante NPs. Considerando que existe dentro da sentença relações de hierarquia e dependência, NPs podem também ser encontrados dentro

³ Em língua inglesa não há dois vocábulos para a diferenciação de linguagem (faculdade de expressão audível e articulada do homem) e língua (idioma); portanto, Chomsky (1988) os distingue como *Externalized (E-) language* e *Internalized (I-) language*. O autor usa os termos para falar dos dois principais tipos de Linguística: o que estuda as línguas (a tradição estruturalista, principalmente) e o que estuda a linguagem enquanto faculdade humana (o Gerativismo).

de outros sintagmas, como do sintagma verbal (*verb phrase*). Em 4, *comeu o chocolate* e *comeu o meu chocolate todinho* são exemplos de sintagmas verbais (daqui por diante, VPs) por terem como núcleo um verbo. NPs e VPs são constituintes sintáticos e sua extensão é limitada pela presença do núcleo que, de acordo com Miotto, Silva e Lopes (2000, p. 46), determina certas funções e atua em conjunto com outros itens, inclusive outros constituintes. A hierarquia pode ser mais bem compreendida através da arquitetura arbórea de representação⁴:

5



O conhecimento instintivo do princípio da dependência estrutural faz com que o falante saiba exatamente que tipos de movimentos ele pode executar na sentença sem prejudicar sua estrutura hierárquica. É com base nesse conhecimento que não se ouve alguém dizer:

6 O comeu esganada chocolate guria a.

dado que os sintagmas são unidades operacionais que não podem ser dilaceradas indiscriminadamente. A estrutura sintagmática deve ser respeitada, de modo que os

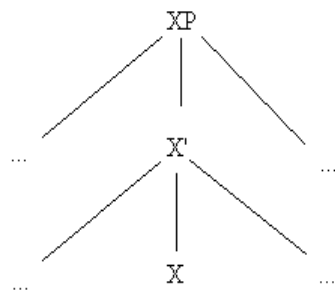
⁴ Embora este trabalho esteja sendo desenvolvido dentro do modelo da Regência e Ligação, que pressupõe a aplicação da Teoria X-barra para as representações arbóreas, foi utilizado aqui um modelo mais primitivo de árvore somente com o intuito de apontar as relações básicas entre os constituintes.

movimentos, embora possíveis em todas as línguas, obedecem às relações de força interna dos elementos dos constituintes⁵. A determinação da ordem dos elementos dentro do sintagma ou mesmo a ordem desses constituintes na sentença ou ainda a natureza dos movimentos são realizadas com base em conhecimento paramétrico. Enquanto nas línguas portuguesa e inglesa o núcleo dos sintagmas verbais, o verbo, é pronunciado antes de seus complementos, na língua japonesa ele é pronunciado depois dos outros elementos da sentença. A estrutura arbórea, por exemplo, aquela representada em 5, funciona então como um móbile, que pode ser movimentado desde que seus nós permaneçam ligados. As representações arbóreas neste trabalho serão fundamentadas na Teoria X-barrá (*X-bar Theory*), visto ser ela parte do emaranhado de subteorias da Teoria da Regência e Ligação.

2.2 A TEORIA X-BARRA

A Teoria X-barrá foi desenvolvida a fim de formalizar as relações e encontrar o que é comum na estrutura sintagmática. Segundo Miotto, Silva e Lopes (2000, p.49), ela é necessária para explicar a natureza do constituinte; essa teoria permite representar os constituintes e mostrar as relações internas e o modo como os sintagmas são hierarquizados. Assim, se sabemos que o núcleo de um NP é um substantivo, que um núcleo de um VP é um verbo – apenas para citar alguns exemplos de sintagmas – é possível a seguinte generalização:

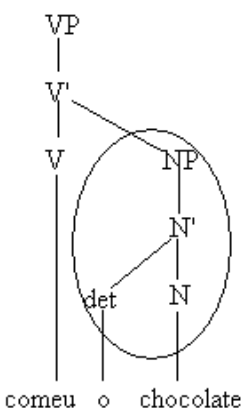
7



⁵ Há uma subteoria do quadro da Regência e Ligação chamada Teoria das Fronteiras (*Bounding Theory*) que limita a distância que um item pode se mover, de acordo com Cook e Newson (1996:33).

onde X é uma categoria mínima (que pode também ser representada por X^0), o núcleo do XP em si, que pode ser um verbo, um substantivo ou pronome, uma preposição, um adjetivo, etc. O XP representa o sintagma, que pode ser um NP, um VP ou outros como o PP⁶, AP⁷, etc; o X', por sua vez, é uma projeção intermediária, de onde poderia sair um outro XP, um YP. Segundo o exemplo:

8



Pode-se observar a partir de 8 que as adjacências do núcleo saem sempre do X', como por exemplo o NP que está dentro do VP representado, e o determinante que acompanha o núcleo *chocolate* do NP. O X', nível intermediário, existe para que represente a localidade da relação que um núcleo tem com seu complemento, segundo Miotto, Silva e Lopes(2000, p.51).

X-barra é a teoria da gramática universal que dá conta das relações presentes em todas as línguas. Assim, no caso de uma língua com complementos anteriores ao verbo – como a já citada língua japonesa, toda a parte circulada em 8 mudaria de posição através do núcleo V, para a esquerda, no momento de sua representação sintática.

Aumentando a dimensão do estudo com a teoria X-barra para o nível da sentença, outros elementos aparecem nessa hierarquia estrutural, elementos como o COMP e o AUX. O

⁶ Prepositional Phrase – Assim como o sintagma nominal (NP) é um constituinte que tem por núcleo um substantivo e o sintagma verbal (VP) tem por núcleo um verbo, o sintagma preposicionado (PP) é aquele que tem por núcleo uma preposição.

⁷ Adjective Phrase – O sintagma adjetival é aquele que tem como núcleo um adjetivo. Por exemplo, na sentença:

É **evidente** que eu gosto de você.

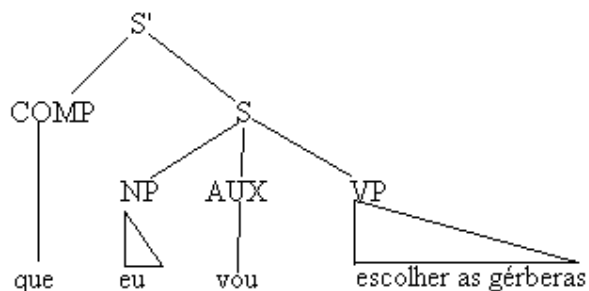
tem-se um AP *evidente* dentro do VP *é evidente*.

COMP é o complemento e é utilizado para introduzir uma sentença subordinada ou coordenada, enquanto o AUX representa um auxiliar possivelmente presente na sentença. Para fins de ilustração, considerar-se-á a oração selecionada entre colchetes da sentença abaixo:

9 Eu sei [que eu vou escolher as gérberas].,

Na estrutura arbórea:

10



O problema surge quando se observa o S', como o nome sugere, uma projeção de S, de acordo com Haegeman (2006). A autora considera esta uma estranheza, visto que as unidades sintagmáticas projetam a partir de seus núcleos, que são unidades do tipo N, V, P, etc. Os núcleos normalmente são nós terminais, o que não acontece com S, como pode ser visto na representação arbórea 10. A solução apresentada em Haegeman (2006, p.108) é a de se utilizar o mesmo esquema mostrado em 7 também para a estrutura sentencial, sendo o núcleo da sentença toda e qualquer flexão presente na frase. Um núcleo, segundo ela, precisa ser um nó terminal, externo aos outros constituintes; e só as flexões têm essa característica. Em:

11a Ele desistiu da carreira.

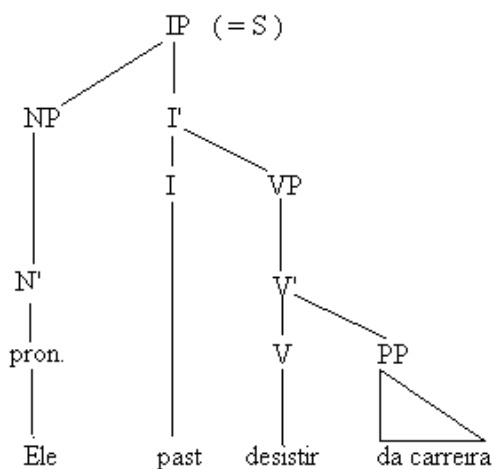
11b Desistir da carreira, ele já fez isso.

11c O que ele fez foi desistir da carreira.

pode-se observar que o morfema que indica passado em *desistiu* não precisa estar aderido ao verbo para que a sentença permaneça com a idéia de passado. Assim, se conclui que a flexão, seja ela na forma de um auxiliar, como em 10, ou inerente ao verbo, como em 11a, está fora do VP, podendo constituir, portanto, o núcleo da sentença. O rótulo dado a essa flexão, núcleo de S, é *I*, do inglês: *inflection*.

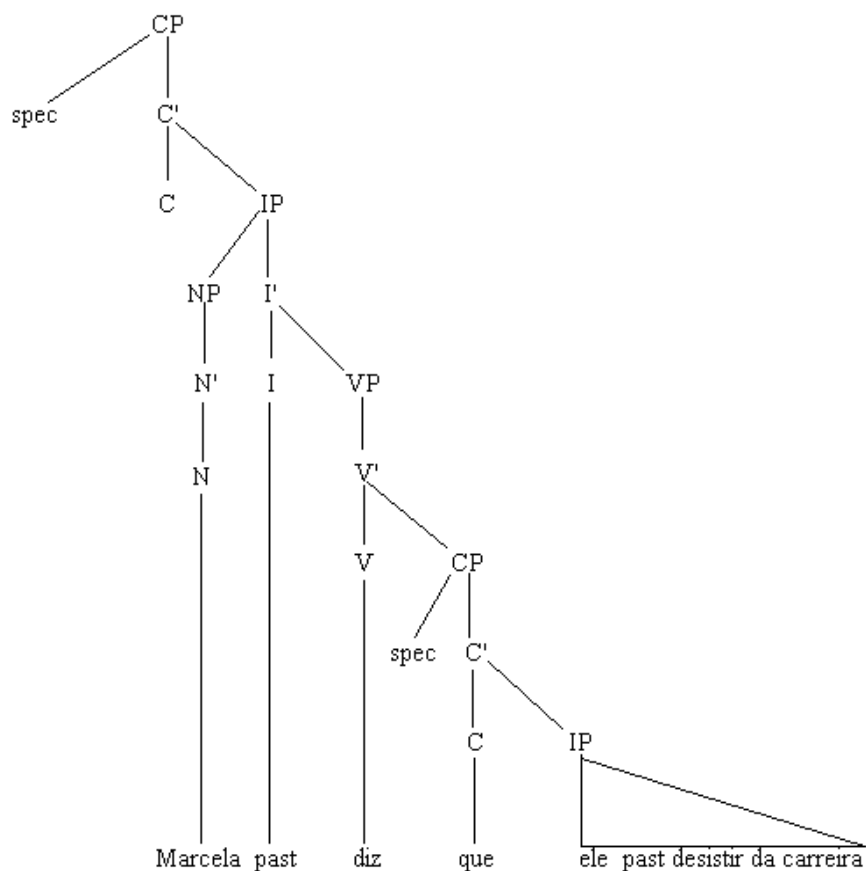
À medida que se pode considerar *I* como núcleo de S, abre-se um precedente para se crer que S pode se comportar como qualquer outra categoria sintagmática, de forma endocêntrica. Assim, sendo a sentença (S) uma projeção da flexão, nasce o sintagma flexional, ou seja, o IP (*Inflectional Phrase*)(HAEGEMAN, 2006, p.114) Exemplo:

12



Na ilustração abaixo, vê-se uma sentença mais complexa que tem 12 como sua subordinada:

13



Assim como S é representada pelo IP, esta também tem uma S', que é representada pela entidade abstrata CP. O CP existe para dar conta do complementizador C (*complementizer*) – que está fora do IP e por isso dizemos que ele é o núcleo desta categoria que se chama CP. De acordo com Raposo (1992, p.196), a presença fonética de um complementizador (*que* ou *se*) determina, em português e em muitas outras línguas, o tipo de flexão da oração que seguirá: I finita quando *que* ou *se* estão presentes e flexão não-finita quando a posição C está vazia.

As propriedades lexicais de complementizadores como *que* e *se* determinam o comportamento sintático dos itens que com eles se relacionam, no caso, toda a oração que segue. Essa capacidade do léxico em guiar a sintaxe está regida por um princípio da linguagem chamado Princípio da Projeção.

2.3 O PRINCÍPIO DA PROJEÇÃO

As propriedades sintáticas da linguagem não são a única observação da Teoria da Gramática. O Princípio da Projeção, um dos que maior destaque recebe de autores que discutem o modelo Princípios e Parâmetros, relaciona a descrição sintática da sentença com as propriedades dos itens lexicais, segundo Cook e Newson (1996, p. 9). O autor explica que as propriedades das entradas lexicais são projetadas na sintaxe pelo Princípio da Projeção. Assim, tomando-se as sentenças:

14a Cristina viu o gato.

14b Ana gosta de ensinar.

14c Carol caiu.

percebe-se que em 14a o verbo é seguido por um NP, em 14b ele é seguido por um PP e em 14c ele não é seguido por sintagma algum. Isso acontece devido à propriedade lexical de cada um desses verbos. A formação das sentenças começa com o acesso ao nosso léxico mental, de acordo com Mioto, Silva e Lopes(2000, p. 84) e as propriedades dos itens lexicais são exigências estruturais para o emprego de cada verbo. Então, formalizando, seguem as representações para os três tipos de verbos empregados em 14, respectivamente:

15a V, [__ NP]

15b V, [__ PP]

15c V, [__]

Assim, sabe-se que um verbo como *ver* precisa ser seguido por um NP, sendo:

16a * Cristina viu.

16b * Cristina viu do gato.

agramaticais. Os tipos de verbos são tradicionalmente distinguidos, segundo Haegeman (2006, p.41) como Transitivos, Bitransitivos e Intransitivos. Os verbos transitivos são aqueles que precisam de um NP como complemento e a ausência deste torna a sentença agramatical; os verbos bitransitivos precisam de um NP e um PP (por exemplo, o verbo *dar*: quem dá, dá algo NP, a alguém, PP); os verbos intransitivos são aqueles que não precisam de complementos. Um exemplo conhecido é o verbo *morrer*. Deve-se lembrar, no entanto, que as propriedades de transitividade dos verbos são específicas das línguas, ou seja, um verbo pode requerer um NP em língua inglesa e um PP em língua portuguesa. A transitividade ou não é universal, mas o tipo de complemento varia de uma língua para outra. Um exemplo é o verbo *casar* (a representação lógica do ato de casar). Seguem exemplos:

17a William is going to marry a good woman.

17b Guilherme vai casar com uma boa mulher.

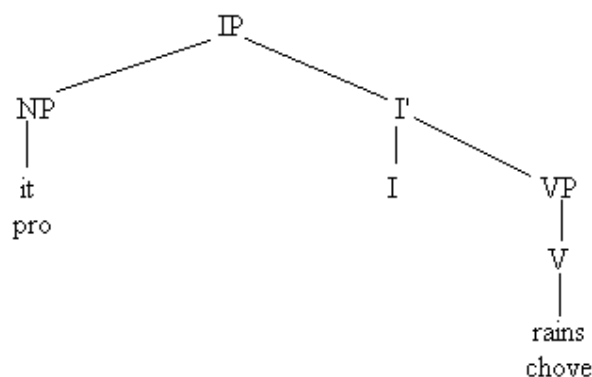
Em 17a, no exemplo em língua inglesa, tem-se o verbo seguido pelo NP *a good woman*, enquanto em 17b, exemplo em português, tem-se o PP *com uma boa mulher* seguindo o verbo. Uma criança adquirindo a língua inglesa terá que aprender a categoria sintática das palavras de sua língua, mas também a subcategoria a que os verbos pertencem (HAEGEMAN, 2006, p.42), ou seja, transitivos, intransitivos ou bitransitivos, e, quando transitivos, que tipo de sintagma que devem selecionar.

Conhecer as subcategorias dos verbos não é, entretanto, uma exigência lingüística com reflexos estruturais que tenha surgido de forma arbitrária ou ilógica. As propriedades das palavras seguem pressupostos lógicos inerentes a cada entrada lexical. O tipo de ação ou estado expresso pelo verbo irá determinar sua transitividade. *Bater*, por exemplo, exige dois participantes – o que bate e o que apanha. De acordo com a Gramática Gerativa, que toma uma noção de vocábulo já antes usada pela lógica, diz-se que o verbo tem dois argumentos, um externo ao VP representado pelo NP que antecede o verbo – alguém bate, e outro interno – bate em alguém (Ver Haegeman, 2006, p.43). Já o verbo *morrer* exige só um argumento, o externo: Alguém morre.

Há verbos, no entanto, que não selecionam um argumento externo, de acordo com Raposo (1992, p.296), como, por exemplo, os verbos impessoais *constar* e *acontecer* e os

verbos meteorológicos *chover* e *nevar*. Para estes verbos, o Princípio da Projeção não determina o preenchimento argumental da posição sujeito (RAPOSO, 1992, p.298). Embora em língua portuguesa pareça ser possível admitir que o sujeito não exista quando não se verifica projeção argumental para essa função, há outras línguas para as quais sempre existe a presença fonética de um sujeito, mesmo que sua posição argumental não esteja preenchida (comparar exemplos 2a e 2b acima). A mínima diferença entre as línguas que apresentam ou não um valor positivo para o sujeito nulo não permite que a categoria sujeito seja, entretanto, excluída da regra $IP \rightarrow NP I'$. Assim, a representação arbórea permanece:

18



e o Princípio, com a obrigatoriedade da posição sujeito, é chamado “Princípio de Projeção Alargado” (CHOMSKY, 1982). O Princípio da Projeção Alargado, de acordo com Raposo (1992, p.301), diz que “as estruturas sintáticas (...) são a projeção da estrutura temática e de subcategorização dos itens nucleares do léxico”, com a posição de sujeito do IP sendo obrigatória. Quando a posição de sujeito não tem caráter argumental, embora haja uma remoção desse sujeito nas línguas *pro-drop*, ele deixa um vestígio, o que faz com que fique garantida sua representação enquanto categoria.

O Princípio da Projeção direciona a uma simplificação do modelo gramatical e também da aquisição da linguagem, segundo Raposo (1992, p.301), pois se entende que a criança adquire o léxico de sua língua, suas propriedades temáticas e subcategorização dos itens e o relaciona com os princípios da teoria X-barrá. Há uma interação de princípios que leva à aquisição das representações sintáticas. Quando um verbo exige um complemento, não só é necessário que esse complemento seja um NP ou um PP, como as representações em 15; além da sua categorização sintagmática, também é necessário que ele assumira determinados

papéis consoantes com suas características semânticas, ou seja, que ele tenha uma estrutura temática onde papéis sejam assumidos a fim de fechar a cadeia argumentativa do predicado.

2.4 A TEORIA DOS PAPÉIS TEMÁTICOS

No momento em que o Princípio da Projeção determina o tipo de argumento que acompanhará um predicado, são observadas as seguintes propriedades lexicais, conforme apresenta Miotto, Silva e Lopes (2000, p.88):

18a Cristina bateu no gato.

18b bater categoria [-N, +V]
 argumentos [__ , __]
 c-seleção [NP, PP]
 s-seleção [agente, paciente]

O dicionário mental humano reconhece que bater é um verbo, que carrega dois argumentos (alguém que bate e alguém que apanha), que seleciona um NP para o primeiro e um PP para o segundo argumento, e que esse verbo terá um agente e um paciente. Essa última propriedade apresentada em 18b para bater é a seleção temática, ou seleção *Theta*. A Teoria dos Papéis Temáticos lida com relações, de acordo com Haegeman (2006, p.111). Trata-se das relações dos predicados com seus argumentos e cabe a esta teoria explicar que elementos podem atribuir papel temático; quais podem receber; em que posições se dá a atribuição e o recebimento dos papéis; e os princípios que regulam a distribuição dos papéis *Theta* (ver Miotto, 2000, p. 89). Cada predicado tem uma estrutura argumental, de acordo com Haegeman (2006, p.44), que dirá, por exemplo, quantos argumentos ele requer. Além do número de argumentos é necessário que se saiba que papéis esses argumentos devem desempenhar. Para fins de ilustração, uma lista exemplo de alguns rótulos utilizados para os argumentos, baseada em Duarte (2006, p. 6) :

19a Tema – Ex.: O jarro caiu.

19b Agente / Causador – Ex.: Carol derrubou o vaso.

19c Paciente – Ex.: Carol bateu no Jorge.

19d Experienciador – Ex.: Jorge está meio tristonho hoje.

19e Possuidor / Recipiente – Ex.: Felipe tem uma casa na praia.

19f Alvo – Ex.: Juquinha foi para a escola.

19g Instrumento – Ex.: Carlos quebrou o vidro com a pedra.

(Adaptado de DUARTE, 2006, p. 6)

É importante ressaltar, segundo Cook e Newson (1996, p.113), que a teoria não é focada nas diferenças entre os papéis temáticos. Ele diz que o que interessa é saber que esses papéis existem e entender a relação deles com o restante da teoria. Para sintetizar, o importante é entender que o conteúdo semântico do léxico determina a estrutura sintática através do Princípio da Projeção (HAEGEMAN, 2006, p.55). A relação dos argumentos com seus papéis temáticos é determinada pelo Critério Temático (Critério- θ), que, segundo Raposo (1992, p. 303), determina que cada argumento numa representação sintática seja suporte de uma única função- θ e que cada função- θ numa estrutura argumental seja atribuída a um só argumento.

Os papéis temáticos pertencem a um nível mais semântico da linguagem, visto que são determinados pelas propriedades semânticas do verbo. A compreensão da cadeia temática, no entanto, é possível através de marcas sintáticas deixadas pelo sistema de Casos. Em algumas línguas essas marcas são mais evidentes, incrustadas na morfologia dos nomes, enquanto em outras elas são mais sutis e deixam vestígios apenas em algumas formas pronominais. Essa é a situação do português do Brasil, em que a ordem das palavras na sentença tem papel importante na compreensão da teia temática e as marcas Casuais são nuances nos pronomes da língua. A teoria que explica os Casos e seus atribuidores está inserida na Teoria da Regência e Ligação.

2.5 A TEORIA DO CASO

Embora a noção de caso esteja presente no histórico dos estudos lingüísticos, o enfoque dado a esta categoria pela Sintaxe Gerativa é consideravelmente diferente. Aqui, Caso é uma categoria gramatical pertencente a todas as línguas do mundo, mesmo que em algumas seja expresso concretamente através de morfemas, como acontece com o latim, ou de forma abstrata, como acontece com a língua portuguesa (Ver MIOTO, SILVA e LOPES, 2000). Em uma língua com marcação morfológica de caso, o papel deste é deixar o NP visível para a interpretação de seu papel temático, visto que a ordem dos constituintes na sentença não permite por si a identificação dos papéis temáticos.

A questão da visibilidade está presente em todas as línguas, mesmo que abstratamente⁸ como naquelas em que não há marcação morfológica; ou seja, os NPs precisam ficar visíveis para terem garantida a sua interpretação temática. Segundo Miotto, Silva e Lopes (2000, p.115), há resíduos na língua portuguesa de marcas causais nos pronomes pessoais, como pode ser observado no seguinte exemplo:

20a *Eu* beijei o Guilherme.

20b O Guilherme *me* beijou.

20c O Guilherme sorriu para *mim*.

Para o autor, os pronomes assumem formas diferentes de acordo com o Caso que foi a eles atribuído: *eu* é uma forma nominativa, *me* é a forma do acusativo e *mim* a do Caso oblíquo. Lobato (1986, p.450) denomina o acusativo de Miotto, Silva e Lopes (2000) objetivo e resume em um quadro o que ela chama “indícios de caso no repertório dos pronomes” da língua portuguesa:

⁸ Por esse motivo o Caso na Gramática Gerativa é muitas vezes referido como Caso Abstrato.

Pessoa, número	Casos		
	Nominativo	Objetivo	Oblíquo
1º pessoa singular	eu	me	Mim
2º pessoa singular	tu	te	Ti
2º pessoa singular	você	você	Lhe
3º pessoa singular	ele / ela	o, a	Lhe
3º pessoa plural	eles / elas	os, as	Lhes
1º pessoa plural	nós	nos	

Quadro 1 – Índícios de caso nos pronomes
 Fonte: Lobato (1986, p.450)

Haegeman (2006, p.156) explica de forma diferente o funcionamento dos pronomes quanto à atribuição de Caso. Transpassando seu raciocínio para exemplos em português, tem-se:

21a Eu *o* beijei.

21b Ele *me* beijou.

Segundo ela, os pronomes aparecem em formas diferentes dependendo de suas posições na sentença; quando o pronome é o argumento interno do predicado, a ele é atribuído Caso acusativo e quando o pronome é o argumento externo do predicado ele recebe Caso nominativo, considerando 21. No exemplo citado, observa-se a forma *ele* para nominativo e *o* para acusativo na terceira pessoa masculina do singular; para a primeira pessoa do singular, têm-se *eu* para nominativo e *me* para acusativo.

A Teoria do Caso é um módulo da Gramática Gerativa e, de acordo com Miotto, Silva e Lopes(2000, p.115), deve ser formulada com vistas a estabelecer:

22a quantos e quais são os Casos abstratos;

22b quais são os elementos que atribuem os Casos abstratos;

22c quais são os constituintes que os recebem;

22d quais as formas de atribuição de Caso;

22e e quais os princípios que regulam a atribuição de Caso.

(MIOTO; SILVA; LOPES, 2000, p.115)

O princípio que rege a teoria é o chamado Filtro de Caso. Esse princípio diz que todo NP pronunciado deve receber Caso para ser considerado gramatical. Assim, é ímpar admitir que toda e qualquer língua humana tem um sistema de Casos, mesmo que esses Casos não estejam marcados morfológicamente na língua. O Filtro de Caso, de acordo com Miotto, Silva e Lopes(2000, p.116), provoca todo tipo de alteração na sentença para que a necessidade de atribuição de Caso seja satisfeita. Em língua portuguesa, os NPs podem receber apenas três tipos de Casos: nominativo, acusativo e oblíquo, de acordo com Miotto, Silva e Lopes(2000, p.117). As regras de atribuição são resumidas de forma simplificada por Lobato (1986, p.451). Ela diz que se atribui a um sintagma nominal (NP):

23a o Caso nominativo se ele for regido por tempo,

23b o Caso objetivo⁹ se ele for regido por verbo;

23c o Caso oblíquo se ele for regido por preposição.

(LOBATO, 1986, p.451)

Todo e qualquer NP pronunciado deve receber Caso de acordo com o Filtro de Caso e um lugar onde NPs podem aparecer é na posição de sujeito das sentenças. Nessa posição, NPs recebem Caso nominativo quando se tem uma sentença finita, ou acusativo, no caso de uma sentença infinita. O que Lobato (1986) chama de “tempo” (ver 23a) é considerado por ela a flexão temporal, visto que a autora afirma que “os únicos elementos que podem atribuir Caso são FLEX, V e P”. Neste trabalho, é considerado *I* como o real atribuidor do NP-sujeito, visto que em sentenças finitas é ele o núcleo que rege o NP a sua esquerda. De acordo com Ouhalla (1994, p.170), para um NP receber Caso nominativo do I, ele precisa ser regido pelo I e compartilhar os mesmos traços de concordância com o I (*INFL*). Com base no exemplo:

24 Bárbara comeu o chocolate.

⁹ acusativo, na nomenclatura adotada neste trabalho.

pode-se notar que o verbo comer está flexionado de acordo com seu sujeito e não é o verbo que determina o Caso desse sujeito, mas a flexão da sentença. O verbo aqui não pode atribuir Caso ao NP-sujeito por não ser o regente desse NP e por já estar atribuindo Caso ao seu complemento – *o chocolate*.

O verbo transitivo direto é um atribuidor de Caso acusativo ao seu argumento interno. Logo, quando se tem sentenças como:

25a Ele viu *a menina* na festa.

25b Ele *a* viu na festa.

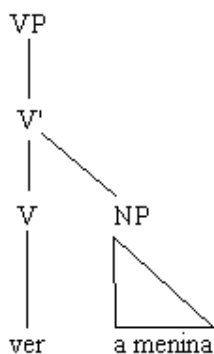
sabe-se que o verbo *ver* está atribuindo Caso acusativo ao NP *a menina* em 25a devido à configuração estrutural da sentença; já em 25b, a marcação é ainda mais evidente à medida que esta está explícita na forma pronominal – *a* é a forma acusativa do pronome pessoal feminino de terceira pessoa.

O outro núcleo sintagmático atribuidor de Caso da língua portuguesa, a preposição, atribui Caso oblíquo ao seu complemento, conforme se pode ver no exemplo que segue:

26 Ele olhou para *a menina*.

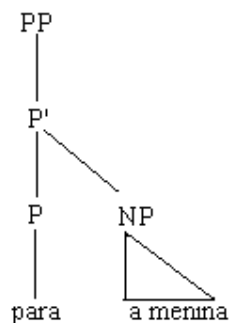
Aqui *a menina* recebe Caso do núcleo do PP, da preposição *para*. De acordo com Haegeman (2006, p.160), este tipo de Caso, chamado estrutural, é atribuído sob regência; ou seja, o núcleo do VP ou do PP atribuem Caso aos seus regidos. A relação de regência pode ficar mais explícita através da representação arbórea:

27



O núcleo do VP, o verbo *ver*, rege o NP *a menina* e o marca com Caso, ao passo que este NP é o argumento exigido por esse tipo de verbo. Abaixo, o exemplo de um PP:

28



Aqui, a preposição *para* exige um complemento do tipo NP, que será regido por ela e que receberá dela também o Caso; aqui, oblíquo.

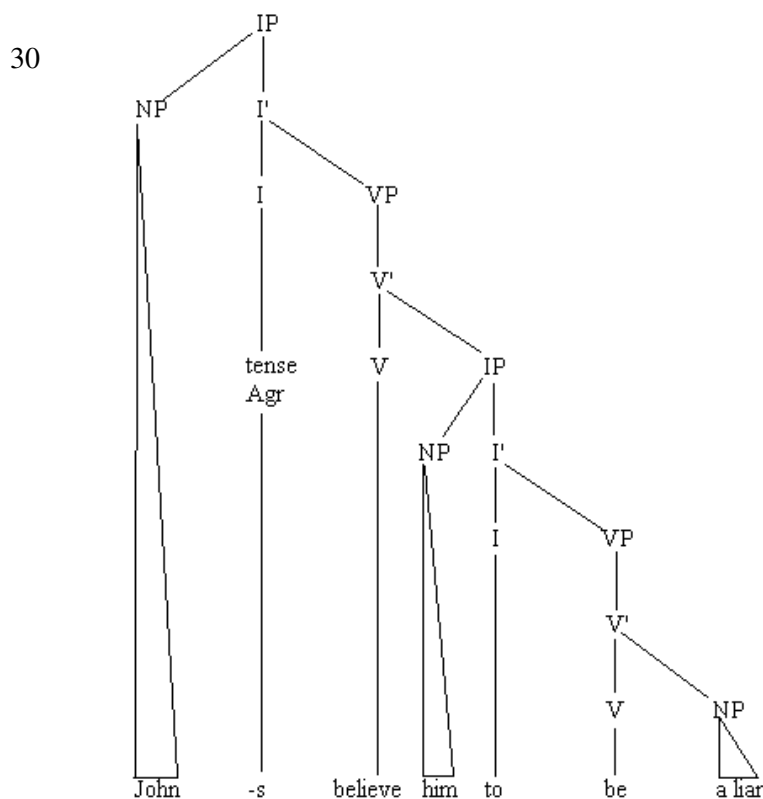
Assim, de acordo com Miotto, Silva e Lopes (2000, p.122), conclui-se que dos três Casos existentes para o português, dois são atribuídos por núcleos lexicais não-substantivos e um é atribuído pelo núcleo funcional I. Segundo os autores, os Casos acusativo e oblíquo são atribuídos ao complemento, e, o nominativo, ao especificador – que fica à esquerda do núcleo I. Essa marcação de Caso onde os pronomes têm os mesmos papéis *theta* dos NPs é chamada canônica, e pode ser resumida através do seguinte exemplo, baseado em Miotto, Silva e Lopes (2000, p.123):

29a O menino comprou um cachorro para a amiga.

29b Ele o comprou para mim.

Em 29a se vê três NPs: *O menino*, que recebe Caso nominativo de I (flexão de passado em terceira pessoa do singular); *um cachorro*, que recebe Caso acusativo do verbo *comprar*; e *a amiga*, que recebe Caso oblíquo da preposição *para*. Em 29b, os NPs são pronomes, o que evidencia a marcação de Caso por suas formas e que esta marcação é do tipo canônica por terem os pronomes os mesmos papéis *theta* dos NPs em 29a.

A marcação canônica dá conta dos processos de atribuição de Caso para sentenças finitas, ou seja, onde há flexão temporal. Quando estão em pauta as sentenças infinitivas, um outro tipo de marcação de Caso pode ser registrado: aquela que Chomsky (1981) chamou de Marcação Excepcional de Caso (*Exceptional Case Marking*), abreviada por *ECM*. Segundo Ouhalla (1994, p.171), a *ECM* acontece quando uma categoria transitiva atribui Caso a um NP que não é seu argumento, por exemplo, em uma situação onde o sujeito de uma oração não finita recebe Caso acusativo de um regente externo. Para a língua inglesa, Haegeman (2006, p.170) demonstra:



(HAEGEMAN, 2006, p.170)

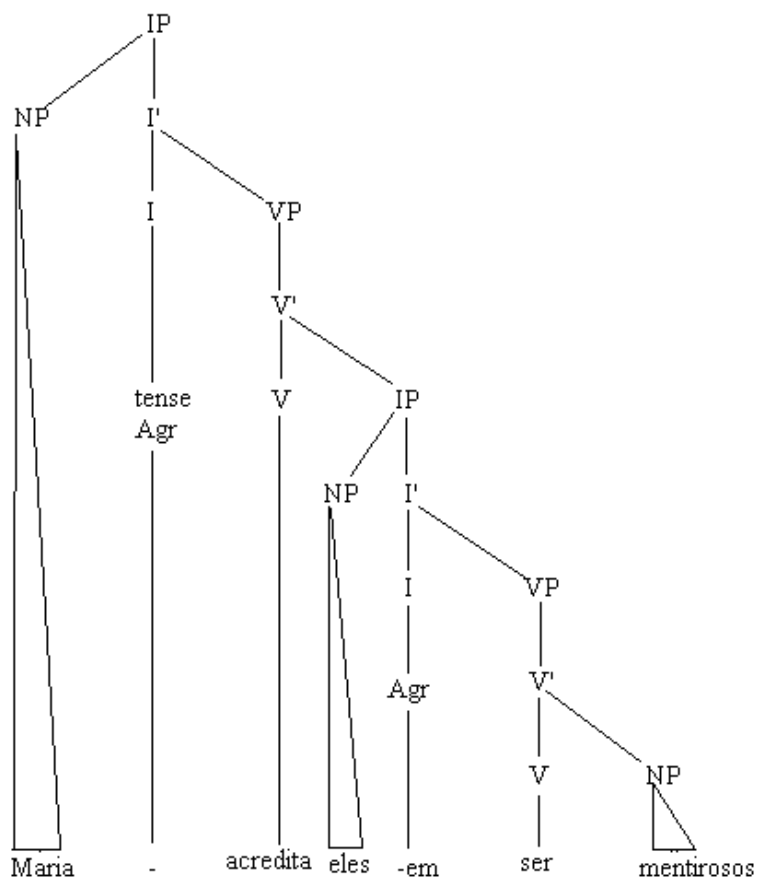
O pronome *him* é a forma acusativa¹⁰ para a terceira pessoa masculina no singular. Na marcação canônica de Caso, esse NP (*him*) deveria receber Caso nominativo por ser o sujeito da sentença (*him to be a liar*). A autora defende que isso não acontece devido ao caráter infinitivo da sentença, visto que o Caso nominativo seria dado pelo I, que apresenta em inglês os traços [-Agr, -Tense]¹¹. Assim, sabendo que Caso é atribuído sob regência, considera-se não ser IP uma barreira para regência externa, permitindo, então, que o verbo *believe* marque com Caso acusativo o NP *him*. Essa situação, onde um verbo pode reger para dentro de um IP e atribuir Caso a seu núcleo é chamada, de acordo com a autora supracitada, *ECM*.

Para a língua portuguesa, o licenciamento de Caso numa situação similar a de 30 não seria em *ECM*, visto que esta língua contém um infinitivo pessoal, a saber, onde existe concordância de pessoa e número [+Agr, -Tense]. A presença deste traço é suficiente para que I seja atribuidor de Caso nominativo ao sujeito da oração encaixada. Para ilustrar, um exemplo baseado em Miotto, Silva e Lopes(2000, p.124):

¹⁰ Haegeman (2006) estuda a preposição como atribuidora de Caso acusativo, o mesmo Caso acusativo que é atribuído pelo verbo transitivo a seu argumento, visto que, segundo Raposo (1992) o acusativo e o oblíquo não se diferenciam morfologicamente em língua inglesa. Para a língua portuguesa o Caso atribuído pela preposição, na terminologia de Miotto, Silva e Lopes(2000), é o oblíquo.

¹¹ Essa terminologia formal significa a ausência dos traços de concordância pessoal e temporal. Para sentenças finitas, ter-se-ia [+Agr +Tense].

31



Na sentença acima, o NP *eles* recebe Caso nominativo de I, o que caracteriza a marcação canônica de Caso.

A situação em 31 não faz significar que não exista *ECM* em língua portuguesa. Tomadas as sentenças 32, com base em Mioto, Silva e Lopes(2000, p.125):

32a Guilherme escreveu um poema para eu ler na aula.

32b Guilherme escreveu um poema para mim ler na aula.

percebe-se que há uma variação quanto à atribuição de Caso ao sujeito do VP *ler na aula*. Embora a construção 32a seja aquela que está de acordo com a norma culta da língua, apresentando uma marcação canônica em que *eu* recebe Caso nominativo de I [+Agr, -Tense],

a construção em 32b também é gramatical, de acordo com Miotto, Silva e Lopes(2000, p.125). O que acontece ali é uma *ECM*, onde o pronome sujeito de *ler na aula* recebe o Caso oblíquo da preposição *para*. O autor defende que se trata de uma *ECM* porque essa marcação não acontece na configuração núcleo-complemento, dado que o complemento daquela preposição não é só o NP, mas toda a sentença infinitiva. A presença da preposição antes de um sujeito também ocasiona *ECM* em língua inglesa, sendo considerada correta e aceita pela norma culta. Ouhalla (1994, p.172) apresenta um exemplo onde a preposição, na posição de complementizador (C) atribui Caso ao sujeito da oração infinitiva:

33a For him to leave suddenly...

33b [_{CP} For [_{IP} him [_{I'} to [_{VP} leave suddenly]]]]

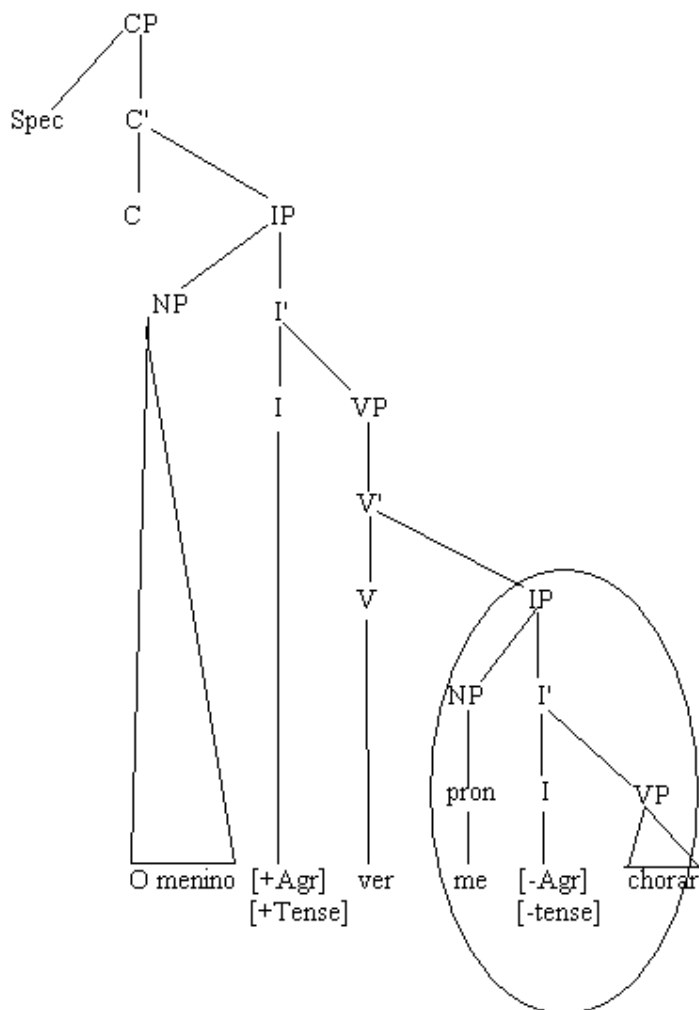
No curso de descrever as peculiaridades que subjazem à linguagem interna, Miotto, Silva e Lopes(2000) aponta outro exemplo similar ao que segue:

34a O menino viu eu chorar.

34b O menino viu-me chorar.

e destaca que nesta situação é justamente a sentença em que se dá uma marcação canônica de Caso (34a) a rejeitada por gramáticos tradicionais. Em 34b, tem-se uma *ECM* que contraria o efeito da minimalidade que, segundo o mesmo autor, diz que quando um núcleo tem condições de atribuir Caso a um NP em configuração canônica, esse núcleo nunca dá a vez a outro atribuidor. À questão de como um verbo matriz atribui Caso a um argumento externo de outro verbo, Miotto, Silva e Lopes(2000, p.127) responde dizendo ser necessário que não se marque a existência de um CP – nem mesmo vazio – entre o atribuidor e o NP que recebe o Caso. Como não acontece *ECM* junto a um infinitivo pessoal, diz-se que verbos *ECM* possuem a propriedade lexical de subcategorizarem um IP diretamente e não um CP, indo de encontro ao canônico (RAPOSO, 1992, p.376). Assim:

35



Na estrutura acima, nota-se um constituinte IP no lugar onde normalmente se veria um CP. A omissão desse CP é necessária para que não haja barreira entre o verbo *ver* e o pronome *me* como seu receptor de Caso acusativo.

A *ECM* também é encontrada nas chamadas por Mioto, Silva e Lopes(2000) estruturas *quasi-sentenciais*. Esse tipo de oração, conhecida do inglês como *Small Clauses*, não apresenta verbo na oração subordinada, conforme se observa em:

36a Senti [meu coração em mil pedaços].

36b Ele considera [meu sofrimento muito exagerado].

Os trechos entre colchetes em 36a e 36b correspondem a *Small Clauses*(SC). Em 36a a SC é formada por um NP e um PP enquanto que em 36b tem-se um NP e um AP. Como os NPs que funcionam como sujeito nessas SCs não podem receber Caso canônico visto que não se trata de orações finitas, os verbos *sentir* e *considerar* cumprem essa função através de uma *ECM*, atribuindo Caso acusativo a esses NPs.

O sistema de Casos é deveras complexo e envolve movimentos e comportamentos dos NPs para que eles fiquem visíveis à interpretação temática. Esses comportamentos, muitas vezes, fogem dos padrões e podem ser considerados como *ECMs*. No entanto, o licenciamento sempre acontece. Por ser a teoria regida por um princípio que exige que todo NP receba Caso, ela está presente e pode ser aplicada desde os primeiros NPs pronunciados pela criança, dado que é inerente à linguagem humana. O próximo capítulo é desenvolvido com um olhar voltado às primeiras manifestações do Filtro de Caso na fala do infante. Enquanto para algumas línguas o Caso é transparecido com perfeição no pronome desde o início, em outras os desvios de atribuição fazem levantar questões em torno dos reais atribuidores e mesmo de um conhecimento nativo do sistema Casual.

3 A AQUISIÇÃO DO CASO

Um princípio é uma tendência ou uma obrigatoriedade? Este capítulo desenvolve, dentro dos grandes braços da aquisição da linguagem, um tema vinculado à obrigatoriedade – o Filtro de Caso – e outro vinculado a desvios – a ocorrência de sujeitos não-nominativos. Após, é apresentada uma hipótese que busca explicar esses desvios – a atuação de um Caso *default* (SCHÜTZE E WEXLER, 1996) – e a ocorrência de sujeitos genitivos que desperta, mais uma vez, uma interrogação quanto à naturalidade do Filtro de Caso.

3.1 A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

O grande problema da aquisição da linguagem discutido pelas mais variadas vertentes é como pode a criança produzir tanto e tão rápido com uma quantidade tão limitada de dados. Mesmo em face de uma parcela pequena da realidade, em que os dados são relativamente limitados, a criança é capaz de, em pouco tempo, utilizar muito mais da língua do que os dados lhe informaram. A resposta a esse problema se baseia na existência de uma gramática internalizada, a GU, que consiste na capacidade inata para a linguagem, numa rede de princípios que já se encontra intrincada na mente do falante no momento do seu nascimento.

Os estudos em aquisição da linguagem seguem, no entanto, duas principais tendências, de acordo com Kato (1995, p.69): 1) a que considera a existência de uma fase pré-sintática, composta pelos chamados maturacionistas, e 2) a que admite que desde o início a criança apresenta uma estrutura sintática já composta pelos princípios universais, os chamados continuístas. Os maturacionistas acreditam que, no início, a criança não tem conhecimento gramatical e se comunica somente de acordo com o módulo pragmático da linguagem, enquanto que os continuístas acreditam na regência de uma gramática envolta pelos princípios da GU e pelo valor não-marcado dos parâmetros, que vai se configurando ao passo que se dá o contato com os dados da sua língua. Essa última linha ainda pode ser vista em diferentes níveis. Uma hipótese Continuísta Forte considera o CP como parte da gramática infantil desde o início. Segundo essa visão, todas as orações são representadas em uma projeção completa de CP, segundo Stowell (1981 apud VAINIKKA, 1994). Já a abordagem Continuísta Fraca concebe uma gradualidade no desenvolvimento da estrutura frasal. Sob essa visão, a criança

começa com uma projeção básica de VP, então adquire o IP e só em um terceiro momento passa a utilizar a completa estrutura de um CP (Ver VAINIKKA, 1994). O presente trabalho se desenvolve dentro da crença continuísta, visto que considera o prévio estabelecimento do Filtro de Caso na linguagem infantil e procura, de alguma forma, verificar através da análise dos dados as hipóteses forte e fraca dessa abordagem.

3.2 FILTRO DE CASO

O Filtro de Caso¹² é um dos princípios da GU e, ao admitir-se esse princípio, admite-se que todas as línguas têm um sistema de casos que passará a atuar a partir de algum momento do desenvolvimento lingüístico infantil. Dentro da visão continuísta, assume-se que desde o início, a criança sabe que os NPs precisam ter Caso, porque se trata de um princípio, mas é só com o tempo que selecionará os valores paramétricos de como o Caso se manifesta em sua língua. Com base no contato com o seu ambiente de fala, a criança descobrirá se a língua com a qual está em contato apresenta Caso morfológico, como o grego e o alemão, ou Caso estrutural, como o inglês e o português. A Aquisição de Caso vem sendo estudada em várias línguas como o russo (BABYONYSHEV, 1993; GORDISHEVSKY e SCHAEFFER, 2004), o holandês (POWERS, 1995), o malgaxe (NTELITHEOS e MANOROHANTA, 2006), o alemão (MACWHINNEY, 1978; SCHÜTZE, 1995; EISENBEISS, BARTKE e CLAHSSEN, 2006), o feroês (JONAS, 1995 apud SCHÜTZE e WEXLER, 1996), e também o inglês, por Vainikka (1994) e Schütze e Wexler (1996).

No estudo da aquisição do Caso para o inglês, verificou-se um comportamento anômalo na posição do sujeito: em uma fase bem inicial da aquisição, o sujeito é frequentemente preenchido com outros Casos que não o nominativo. Esse desvio ao princípio comportamental do sistema de Casos é apresentado abaixo, principalmente com dados de Vainikka (1994) e Schütze e Wexler (1996).

¹² Conforme mostrado no capítulo 3, o Filtro de Caso diz que todo NP pronunciado deve receber Caso para ser aceito como gramatical.

3.3 O SUJEITO NÃO-NOMINATIVO NA FALA INFANTIL

Dentre as línguas para as quais estudos foram feitos referentes à aquisição do Caso, a língua inglesa é uma das que apresenta dados mais intrigantes. Estudando as falas de duas crianças russas (entre 1;6 e 2;7), Babyonyshev (1993) constata não haver erros de Caso na posição sujeito. Segundo ela, 99% dos sujeitos são marcados com o nominativo e os problemas só aparecem na marcação do objeto: 16% deles são marcados com o nominativo quando o acusativo deveria ser utilizado. Para o holandês, Powers (1995) não encontrou quantidade significativa de erros, nem mesmo de nominativo na posição objeto, quando da análise das falas de 5 crianças por volta dos 2 anos de idade. MacWhinney (1978) cita 3 estudos feitos para o alemão em que o nominativo é excessivamente utilizado por crianças de 2 e 3 anos de idade. Ainda em língua alemã, Schütze (1995) verificou que, na fala de Andreas (2;1), 189 de 190 sujeitos produzidos estavam corretamente marcados com o nominativo. E para o francês, Jonas (1995 apud SCHÜTZE e WEXLER, 1996) também confirma a não ocorrência de erros de marcação de Caso nos sujeitos.

Desde o final dos anos 60, no entanto, estudiosos vêm observando a presença de erros de Caso na posição sujeito em crianças adquirindo o inglês como primeira língua, de acordo com Schütze (1997). As tentativas de explicar o fenômeno em que crianças usam a forma do acusativo ou do genitivo onde dever-se-ia usar o nominativo, caem em três grandes grupos: os primeiros defendem que as crianças no estágio *OI*¹³ não conhecem ainda a parte da sintaxe referente à marcação de Caso e por isso cometem erros, catando formas pronominais aleatoriamente do input recebido e aplicando-as na posição de sujeito (ex, HADFORD, 1990); os segundos alegam não ser a escolha aleatória, mesmo que haja uma certa liberdade sintática regida por generalizações semântico-pragmáticas (ex, BUDWIG, 1995); e o terceiro grupo, no qual se encaixam Schütze (1997), Schütze e Wexler (1996) e Vainikka (1994), e, por conseguinte, que carrega a hipótese inicial dessa pesquisa, acredita que sujeitos não-nominativos são diretamente gerados pela gramática da criança.

O principal argumento de Schütze (1997) a favor da naturalidade gramatical de sujeitos não-nominativos está baseada no fato de que nenhuma outra abordagem é capaz de explicar como as marcações de Caso verificadas através dos usos pronominais podem estar

¹³ Optional Infinitives Stage (WEXLER, 1994): estágio em que as crianças adquirindo uma língua tendem a alternar entre o uso de formas flexionadas e de infinitivos. Por volta dos dois anos de idade, o falante costuma desconsiderar em suas construções as marcas de tempo e concordância, gerando sentenças que diferem sintaticamente das sentenças dos adultos e mesmo de outras geradas outrora pela própria criança.

correlacionadas ao uso da flexão verbal. Durante grande parte de seu desenvolvimento, as crianças falantes nativas de língua inglesa usam ambos sujeitos nominativos e não-nominativos e verbos flexionados e no infinitivo, mas nunca usam sujeitos não-nominativos com verbos flexionados. Assim, segundo ele, qualquer teoria que vá abordar esse assunto, deve relacionar de alguma forma a escolha do Caso na posição sujeito ao uso de traços flexionais.

Ntelitheos e Manorohanta (2006) estudando o malgaxe encontraram um estágio de infinitivos que eles chamam de *RI (Root Infinitives)* – como também o nomeiam Salustri e Hyams (2006). Os autores constataram que durante esse estágio as crianças utilizam a primeira pessoa do pronome forte *izaho* como sujeito das orações, posição em que os adultos usam a forma fraca, *aho*. O uso da forma pronominal forte ocorre simultaneamente com formas verbais sem o prefixo de tempo e voz, enquanto *aho* ocorre quase sempre com verbos flexionados.

Segundo Schütze e Wexler (1996), crianças falantes nativas de inglês produzem um número significativo de sujeitos não-nominativos, nos moldes do exemplo abaixo:

37a Him fall down. (Nina, 2;3)

37b Her have a big mouth. (Nina, 2;2)

(SCHÜTZE E WEXLER, 1996, p.670)

Aqui se pode perceber a presença da forma acusativa dos pronomes (*him, her*) ao invés da forma nominativa (*he, she*). Vainikka (1994) também observa a massiva ocorrência de sujeitos não-nominativos em crianças adquirindo a língua inglesa, como nos exemplos de Adam e Eve:

38a Me get John. (Adam, 2;3)

38b Him writing. (Eve, 1;9)

(VAINIKKA, 1994, p. 263 e 297)

Pode-se perceber a forma acusativa do pronome pessoal de primeira pessoa na fala de Adam, e a forma acusativa do pronome pessoal de terceira pessoa masculina na fala de Eve. Segundo Schütze e Wexler (1996, p.671), esse fenômeno é extremamente raro na maioria das outras línguas para as quais a aquisição do Caso foi estudada, o que leva os autores a sugerir que a discrepância possa ser gerada por ser este o Caso *default* inglês, enquanto que muitas outras línguas apresentam o nominativo como Caso *default*.

Default é chamado o Caso dado ao pronome forte¹⁴ e ele pode variar de uma língua para outra, segundo Kato (2001, p.105), citando-se (1999): em língua inglesa é o acusativo e para as línguas portuguesa, russa, alemã, holandesa e muitas outras é o nominativo. Assim, quando crianças falantes dessas línguas produzem o *default* em um sujeito, a estrutura é considerada correta, ao contrário de crianças falantes de inglês produzindo seu Caso *default*. Schütze e Wexler (1996) acrescentam ainda que quando as crianças produzem o Caso *default* no objeto direto, a produção soa correta em inglês, mas não em outras línguas. Babyonyshev (1993), estudando o russo, e Schütze (1995) estudando o alemão, conforme já dito, constataram que para essas línguas os erros quanto à marcação de Caso no objeto eram mais comuns, na maioria das vezes devido à generalização do uso do nominativo, seu Caso *default*. Já no estudo de Eisenbeiss, Bartke e Clahsen (2006), nem nos objetos foram constatados erros por crianças adquirindo o alemão como primeira língua. Para a posição sujeito, eles apontam apenas 3 marcações acusativas para 2619 nominativas. Gordishevsky e Schaeffer (2004) apontam 97% de acerto para marcação de Caso estrutural para as três pessoas do singular.

Baseados no fato de que o uso de uma forma *default* estaria por trás das construções não-nominativas de sujeito da língua inglesa, muitos pesquisadores passaram a defender a idéia de que esses erros estariam ligados ao estágio em que as crianças usam em demorado os infinitivos (*OI Stage*). Essa teoria gerou afirmações como a de Radford (1990, p.177) que diz que no estágio *OI* as crianças não têm conhecimento do sistema de Caso; como a de Kato (2001, p.106) que defende que as orações das crianças nessa fase contêm um tópico que não pode ser considerado sujeito gramatical visto que nele não é observado o Caso; e como a de De Cat (2002), que diz que os pronomes fortes na posição sujeito são na verdade deslocamentos para a esquerda seguidos de sujeitos nulos.

¹⁴ Os pronomes fortes são aqueles que aparecem primeiro na linguagem infantil, segundo Kato (2001:102). As primeiras referências são feitas através de nomes, seja para designar a primeira, a segunda ou a terceira pessoa e, com o tempo, a criança começa a usar os pronomes fortes de sua língua. Então, se em inglês as crianças têm uma grande tendência a colocar o *me* em posição de sujeito, crianças francesas usariam o *moi* e crianças falantes de língua portuguesa colocariam direto o *eu*, forma nominativa do pronome, e, portanto, a forma adequada para ser topicalizada na função de sujeito.

Os estudos de Radford (1990; 2006) apresentam uma visão modular, em que as crianças no primeiro ano de vida produzem somente estruturas lexicais, desprovidas de IP e CP. A explicação do autor para os sujeitos acusativos em inglês é que, no período dessas ocorrências, o filtro de Caso não estaria ainda operante por não ter amadurecido o módulo da gramática responsável pelo licenciamento de Caso, fazendo com que o pronome caísse na forma *default*. Uma abordagem afim é representada pelo Modelo do Mecanismo Dual (DMM), que oferece uma clara separação entre o que é lexical, baseado em significado, e o que é funcional e, portanto, segue regras (GALASSO, 2004). O DMM segrega o estágio dos *OIs* em estágio 1 e estágio 2. Durante o *OI-1*, há uma completa ausência de *OIs* e durante o estágio *OI-2* a flexão passa a acontecer de forma ocasional. Radford e Galasso (1998) acreditam, inclusive, que existem diferentes áreas do cérebro para estocar o conteúdo informativo que é baseado em associação, o lexical adquirido no estágio *OI-1*, e o que é baseado em regras, o funcional adquirido no estágio *OI-2*.

Compartilhando parcialmente as idéias de Radford está Vainikka (1994), que sugere uma aquisição em três níveis, com um desenvolvimento gradual das estruturas sintagmáticas. Para a autora, a criança adquire primeiro o VP, depois passa para a categoria IP e, por fim, o quadro funcional se completa com a aquisição do CP. Assim, Vainikka (1994, p.275) relaciona a ocorrência dos sujeitos não-nominativos de Nina com a falta de uma projeção IP, visto que o sujeito normalmente ocupa a posição de especificador do sintagma flexional (IP). A falta de IP, logo, a falta de I (*INFL*), estaria, então, diretamente associada à falta de marcação Casual no sujeito. Não há posição estrutural e nem regência para esse sujeito, que fica no Caso *default*.

O Caso *default* é reconhecido nas formas pronominais também por Kato (1999; 2001). Para a autora, há uma fase pré-paramétrica em que a criança aprende os pronomes fortes, que constituem a forma *default*, por serem esses adquiridos numa relação semântica. Os pronomes fracos são fonologicamente fracos e dotados de informação pressuposta ou dependente, enquanto os fortes são dêiticos por natureza (KATO, 1999, p.4). A lexicalidade viria antes da funcionalidade e, por esse motivo, os pronomes marcados com o Caso *default* apareceriam primeiro, no momento em que as categorias funcionais não estivessem ainda completamente desenvolvidas.

Além do inglês, para a língua francesa também foram encontrados sujeitos não-nominativos na fala infantil, como se pode ver em 39:

39 *Moi mettre ça comme Pol.*

(DE CAT, 2002, p. 51)

O sujeito aparente *Moi* não está marcado com o Caso nominativo ao mesmo tempo que o verbo *mettre* encontra-se na forma infinitiva. A explicação estrutural de De cat (2002, p.53) para o problema é de que o pronome forte na posição sujeito pode ser um sujeito deslocado com uma não-retomada do pronome fraco. A autora apresenta 40 como uma interpretação de 39:

40 *Moi, Je vais mettre ça comme Pol.*

(DE CAT, 2002, p. 53)

Os pronomes fortes que aparecem na posição sujeito são, para De Cat (2002), elementos deslocados e coindexados com um sujeito nulo. Em 40, tem-se uma duplicidade subjetiva, onde *moi* foi lançado à frente de *Je*, formas acusativa e nominativa do mesmo pronome, respectivamente. Segundo a autora, se o clítico não está presente, os sujeitos se deslocam para a esquerda, formando uma ambiguidade com o *pro* nulo (Ver 39). De acordo com o estudo de De Cat (2002), a presença na fala infantil de sujeitos não-nominativos só pode ser explicada através do fenômeno do sujeito nulo, visto que para a língua francesa não foi encontrada nenhuma relação entre sujeitos não-nominativos e ausência de flexão verbal: para o francês, pronomes fortes na posição sujeito ocorrem em contextos finitos e infinitivos.

Para Schütze e Wexler (1996), as crianças falantes de inglês apresentam problemas de marcação Casual no sujeito especificamente em orações infinitivas. *OIs* com sujeitos não-nominativos aparecem alternadamente com orações corretas por flexão e marcação Casual; ou seja, as crianças erram o Caso do sujeito quando omitem também a flexão verbal. O estudo de Schütze e Wexler (1996) mostra que quase todos os sujeitos acusativos ocorreram com verbos não-finitos e que apenas cinco por cento dos erros aconteceram em orações finitas, salvo algumas situações onde o passado¹⁵ era utilizado. Para ilustrar:

¹⁵ A ocorrência de sujeitos não-nominativos com verbos no passado, embora seja considerada baixa pelos autores, é uma real possibilidade da gramática infantil e corrobora com a hipótese deles. Em Pollock (1989) e Chomsky (1989) foi proposta a divisão de *INFL* em *Agr* e *Tense*; então, ainda assim pode-se considerar orações como 41e *OIs*, visto que, embora *Tense* esteja presente, *Agr*, segundo Schütze e Wexler (1996), o responsável pelo licenciamento de Caso, está ausente.

41a She cried.

41b She stan(d)s up.

41c Her smoking

41d Her go home?

41e Her said no.

(SCHÜTZE E WEXLER, 1996, p.676)

Pode-se observar em 41 que os sujeitos não preenchidos com a forma nominativa do pronome feminino de terceira pessoa são aqueles que são seguidos por um verbo no infinitivo. O argumento dos autores é de que esses sujeitos *her* são acusativos, ou seja, eles têm a forma pronominal no Caso *default*. A seguir, serão discutidas algumas formas para se reconhecer o Caso *default* de uma língua através dos ambientes em que ele ocorre, a fim de se entender como a criança o adquire.

3.4 A AQUISIÇÃO DO CASO *DEFAULT*

Um dos questionamentos que se levanta em Schütze (1997), é de como a criança adquire o Caso *default*. Por volta dos dois anos de idade ela já é capaz de reconhecer qual o Caso *default* em sua língua – visto que o usa na vizinhança de verbos inflexionados. Analisando alguns potenciais ambientes em que o Caso *default* seria encontrado na língua inglesa e os comparando com possíveis ambientes para a língua alemã, Schütze (1997) procurou traçar aqueles que seriam candidatos a ambientes universais no aparecimento do Caso *default*, de onde possivelmente poderiam as crianças apreendê-los a fim de tomá-los como generalizadores na montagem de suas sentenças.

Através da comparação dos ambientes de aparecimento do Caso *default* nas duas línguas e da análise desses ambientes no que tange simplicidade e acessibilidade, Schütze (1997) elegeu dois que seriam as possíveis fontes de aprendizado do Caso *default* para crianças na fase *OI*: deslocamento para a esquerda e predicado nominal. Kato (2001) também aponta o deslocamento e o predicado nominal como fontes detectoras de pronomes fortes, os quais têm um Caso *default* que varia de uma língua para outra: “só os pronomes fortes podem aparecer como elemento deslocado, duplicando um pronome fraco” (KATO, 2001, p.105).

42a HIM, Mary thinks she loves (him).

42b ELE, Maria pensa que (o) ama.

(KATO, 2001, p. 105)

O pronome que é deslocado para a esquerda, como em 42, é sempre um pronome forte, pronome que carrega o Caso *default*. Em língua inglesa (42a), os pronomes fortes têm Caso acusativo e, em língua portuguesa (42b) têm Caso nominativo. Então, de acordo com a teoria de Schütze (1997), as crianças adquirindo o inglês usarão pronomes na forma acusativa em ambientes em que suas gramáticas internalizadas exigirem o Caso *default* e as crianças brasileiras e portuguesas usarão pronomes na forma nominativa.

No ambiente de predicação nominal, segundo Kato (1999, p.13), só pronomes fortes podem ser usados (pronomes com Caso *default*), visto que só eles podem ser foco:

43a It is HER.

43b That's ME.

43c Aquele sou EU.

Os ambientes de deslocamento para a esquerda e de predicação nominal são apenas exemplos entre muitos outros que seriam possíveis fontes de Caso *default* que serviriam de alimento para a gramática infantil. Ciente do Caso *default* de sua língua, a criança o guarda como uma carta na manga para que possa ser usado em situações em que ela não sabe que Caso empregar, como a posição sujeito de uma sentença quando o verbo não apresenta marcas flexionais.

Entretanto, a hipótese inicial de Schütze e Wexler (1996) de que as crianças no estágio *OI* marcam com o Caso *default* os sujeitos de orações infinitivas é enfraquecida pela constatação de que os sujeitos desse tipo de oração aparecem muitas vezes marcados pelo genitivo, que não é nem a forma *default* nem a canônica da posição sujeito em língua inglesa.

3.5 O SUJEITO GENITIVO NA FALA INFANTIL

Foi constatado tanto por Vainikka (1994) quanto por Schütze e Wexler (1996) que, nas falas de Nina, a maioria dos sujeitos não-nominativos aparecem no Caso genitivo e não do Caso *default* da língua inglesa:

44a My going in.

44b My ate outside.

(SCHÜTZE E WEXLER, 1996, p. 674)

Apesar de reconhecer o Caso *default* como o acusativo, visto que o utilizou em ambientes corretos de Caso *default*, Nina não o aplica no acompanhamento de verbos que têm o traço [-Agr], de acordo com os autores supracitados. Em 44a, o *be* está ausente e, por isso, com base em dados anteriores, esperar-se-ia um sujeito marcado com o Caso *default* (**Me going in.*), ou então, um sujeito marcado com nominativo (**I going in.*), aproximando-se da correção da sentença (*I am going in.*). A sentença em 44b carrega a mesma forma subjetiva no genitivo, o que vai de encontro à idéia de que os erros das crianças adquirindo inglês como primeira língua seriam devido à forma *default* da língua ser o acusativo, enquanto que na maioria das outras línguas estudadas o Caso *default* coincide com a correta marcação de Caso para sujeitos, o nominativo.

A explicação de Schütze e Wexler (1996) para os sujeitos genitivos é de que eles são buscados pela criança no momento em que sua produção de *OI* é [-Tense, -Agr], enquanto os acusativos são utilizados em situação [+Tense, -Agr]. Já para Radford (1999), não há uma sistematização para os usos. Ele trata cada sujeito genitivo de um ponto de vista diferente: *my* e *its* são usados como sujeitos porque são interpretados pela crianças como pronomes nominativos fortes, *her* é sempre acusativo e *our* na posição sujeito reflete uma falha do paradigma pronominal da criança. Para Radford (1999), não há um estágio específico em que as crianças façam uso de formas genitivas para preenchimento da posição sujeito. Já para Vainikka (1994), os sujeitos genitivos são produzidos no estágio em que a criança só tem disponível a categoria VP e acontecem na posição de Spec de VP.

Apesar de os erros subjetivos na fala de Nina serem predominantemente genitivos, para a maioria das crianças o predomínio dos erros cai mesmo é no acusativo: Rispoli (1995) constatou em seu estudo que *me* era usado como sujeitos de orações 798 vezes e *my* 191 vezes. Os sujeitos genitivos de Nina, bem como os de outras crianças, serão estudados sob dois diferentes enfoques no próximo capítulo.

4 DUAS ABORDAGENS PARA A AQUISIÇÃO DO CASO

A maioria dos estudos realizados acerca da aquisição do Caso de que se tem notícia são em língua inglesa. Como não foram encontrados para a língua portuguesa estudos afins e como este trabalho é baseado na Teoria da Gramática Natural, que busca desvendar princípios comuns às línguas, foram selecionados para o embasamento teórico principal desta pesquisa dois estudos feitos para a língua inglesa. O primeiro, Schütze e Wexler (1996), é explorado no sub-capítulo 3.1 após uma breve amostra da situação teórica do dueto Caso e flexão na literatura; o segundo, desenvolvido em 3.2, é Vainikka (1994), em que a aquisição do Caso é relacionada à aquisição gradual das categorias funcionais. Há um contraste entre uma visão continuísta forte (Schütze e Wexler, 1996), que considera que a criança já tem de início o *locus* das estruturas frasais e uma visão continuísta fraca (Vainikka, 1994), que acredita em uma aquisição gradual dessas categorias.

4.1 CASO E FLEXÃO PARA CRIANÇAS FALANTES DE INGLÊS

A presença do traço [+Agr] na flexão de uma sentença em qualquer língua requer Caso nominativo ao sujeito desta sentença (RAPOSO, 1992; MIOTO; SILVA; LOPES, 2000; HAEGEMAN, 2006). A flexão verbal (*INFL*) é dividida em concordância (Agr) e tempo (Tense) e é graças a essa visão dual que se pode inferir através dos dados que é o Agr o responsável pelo licenciamento dos NPs. O português do Brasil, por ser uma língua com infinito pessoal, pode fornecer dados que evidenciam o licenciamento de NPs por Agr:

45a Este é um livro para [eu ler].

45b Este é um livro para [eles lerem].

As sentenças 45a e 45b contêm orações encaixadas (entre colchetes) que apresentam os traços [+Agr, -Tense] e, portanto, licenciam seus sujeitos com o nominativo. Em outras línguas, segundo Mioto, Silva e Lopes (2000, p.125), o nominativo não é o Caso atribuído

nesta situação, pois seu infinitivo é impessoal, ou seja, além de [-Tense], elas são [-Agr]. Assim é a língua inglesa:

46a This is a book for [me to read].

46b This is a book for [them to read].

As orações que aparecem entre colchetes em 46a e 46b são orações de traços [-Tense, -Agr] e, portanto, não licenciam NPs sujeitos. Trata-se de uma *ECM* (Ver 1.5 p.20), em que o NP da oração subordinada recebe Caso acusativo da preposição *for*. A comparação entre 45 e 46, então, é suficiente para constatar que somente o traço [+Agr] na flexão de uma oração licencia seu sujeito com nominativo.

Assim, os achados de crianças adquirindo a linguagem se fazem coerentes. Há muitos registros da presença do acusativo (Caso *default* do inglês) em sujeitos de orações principais construídas por crianças pequenas falantes de língua inglesa quando o verbo está no infinitivo, quando o verbo está no passado, como em 41e acima, quando o cópula está ausente, como em 41c, mas raras vezes foram encontradas construções com sujeitos não-nominativos quando *Agr* estivesse presente. Quando *Agr* está bem marcado, a criança licencia corretamente o sujeito com o Caso nominativo, não importa em qual fase do desenvolvimento lingüístico ela esteja (SCHÜTZE e WEXLER, 1996; SCHÜTZE, 1997; VAINIKKA, 1994; etc.).

Os estudos que relacionam Caso e flexão ainda são escassos; para o inglês, mas, principalmente, para outras línguas. Uma avaliação quantitativa do aparecimento do Caso e da flexão na linguagem infantil pode ser vista em Loeb e Leonard (1991) que analisaram as falas de 8 crianças entre 2;11 e 3;4, observando os pronomes de terceira pessoa do singular em posição de sujeito e verbos que carregam -s na terceira pessoa (incluindo o cópula *is*). 7 das 8 crianças tiveram um comportamento lingüístico afim, produzindo erros de marcação subjetiva em iguais proporções. Em orações finitas, essas 7 crianças pronunciaram 436 sujeitos nominativos a apenas 4 sujeitos não-nominativos, o que não chega a 1% da produção subjetiva total. Já para as orações infinitivas essa porcentagem chega a 27%. 75 sujeitos de *OIs* foram marcados com o nominativo enquanto a 28 sujeitos eram atribuídos sujeitos *him* e *her*.

De acordo com Schütze e Wexler (1996) e Schütze (1997), crianças na fase *OI* variam o uso da flexão verbal tanto quanto variam entre um sujeito marcado com Caso nominativo e

um sujeito marcado com Caso *default* que, em muitas línguas já é o nominativo e, portanto, não evidencia um erro de licenciamento. Analisando os dados de Loeb e Leonard (1991) no total das 8 crianças, constata-se ainda assim que quando os verbos usados são finitos, a marcação do acusativo é mais rara. A porcentagem de sujeitos não-nominativos é de 5% para as 8 crianças porque houve uma superprodução desse tipo de erro por uma única criança. Essa criança produziu 22 dos 26 sujeitos não-nominativos em ambiente de forma verbal finita, enquanto todas as outras 7 crianças somadas produziram apenas 4 casos, o que não chega a 1%.

O estudo de Loeb e Leonard (1991) foi replicado por Schütze e Wexler (1996), que analisaram crianças de menos idade, consideraram também outras formais pronominais e usaram mais tipos de verbos. Eles selecionaram as falas de 3 crianças a partir do banco de dados CHILDES de MacWhinney e Snow (1985) e consideraram desde o primeiro aparecimento de sujeito não-nominativo até o momento em que esse tipo de marcação anômala tivesse praticamente desaparecido. Situações de fala onde a forma finita ou infinitiva do verbo não ficasse clara foram desconsideradas. Os autores dão o exemplo de “I go” e “me go” para construções a serem descartadas por deixarem dúvida quanto à finitude do verbo. Eles consideraram modais, auxiliares e cópulas como elementos flexionais e excluíram dos dados imitações parciais, auto-repetições e quaisquer expressões formulaicas ou que não deixassem clara a intenção da criança quanto à escolha do sujeito.

A primeira criança é Nina¹⁶, analisada dos 1;11.16 aos 2;5.28. Schütze e Wexler (1996, p.673) afirmam que há evidências nos arquivos de que Nina sabe que as formas *default* de sua língua são *me*, *him* e *her*. Essas formas aparecem em ambientes que são normalmente ambientes de Caso *default* na gramática do adulto, por exemplo: predicação nominal e respostas elípticas para perguntas *Wh*:

47a Mãe: Who’s going to eat with a big spoon?

Nina: Me.

47b Mãe: Who’s wearing the red dress?

Nina: Her.

47c Nina: That’s him.

(SCHÜTZE E WEXLER, 1996, p.673)

¹⁶ SUPPES, 1973 apud SCHÜTZE e WEXLER, 1996.

Schütze e Wexler (1996, p.673) constataram que não há erros de pronome nos arquivos analisados de Nina fora da posição sujeito, a não ser na forma possessiva masculina, o que mostra que ela conhece os pronomes de sua língua e sabe utilizá-los. Os autores olharam primeiro apenas para os pronomes de primeira pessoa na fala de Nina. Para as orações finitas, a criança produziu 40 sujeitos nominativos e apenas 2 não-nominativos, enquanto que para os *OIs* foram 45 nominativos e 13 não-nominativos, o que corresponde a 22% dos sujeitos por ela produzidos. Em ambientes finitos, a porcentagem de sujeitos não-nominativos é de 5%.

De posse destes dados, já é possível perceber que eles corroboram com os achados de Loeb e Leonard (1991) quando da análise das falas das 8 crianças. Quase todos os casos de erro pelo uso de uma forma não-nominativa acontecem com verbos não-finitos. Quando se fala de sujeitos nominativos, nota-se que eles acontecem quase que com a mesma frequência para orações finitas e infinitivas.

Para a terceira pessoa, Nina manteve uma alta produção de sujeitos não-nominativos. Nas orações infinitivas, foram 120 não-nominativos para 139 nominativos. Já em orações finitas, ela produziu 255 nominativos para apenas 14 não-nominativos.

Abaixo, alguns exemplos de produções de Nina:

48a He has six.

48b No, she's not up there.

48c She drink apple juice.

48d He bite me.

48e He home.

48f Her sick.

(SCHÜTZE E WEXLER 1996, p.674)

Importante observar que a omissão do cópula *be* é também uma omissão de *INFL*, logo, pode ser considerada um caso de *OI*, segundo Wexler (1994).

A segunda criança é chamada Peter¹⁷ e foi analisada por Schütze e Wexler (1996) entre os 1;11.21 e os 2;5.0 apenas para a primeira pessoa do singular. Os autores afirmam que

¹⁷ BOOM, 1970 apud Schütze e Wexler, 1996.

ficou claro nesses arquivos o conhecimento do menino acerca do Caso *default* de sua língua, pois o usou em ambientes de VP elíptico e de respostas a perguntas *Wh* corretamente (Ibid., p.374-375). Com base na contagem dos sujeitos, em orações infinitivas os autores encontraram 29 sujeitos nominativos para 8 não-nominativos, uma porcentagem de 22%. Já nas orações flexionadas, ocorreram 243 sujeitos nominativos para apenas 3 não-nominativos, uma porcentagem de 1,2%.

A tese de que os sujeitos não-nominativos ocorrem somente com *OIs* é sustentada pelos dados de Peter, segundo os autores da pesquisa. Abaixo, exemplos de sentenças produzidas pela criança:

49a I'm doing that.

49b I can't do it.

49c I writing.

49d Me workin(g) a railroad.

49e My had a tape recorder.

(SCHÜTZE E WEXLER, 1996, p.675)

Em 49c, pode-se ver um exemplo de que a falta de *INFL* não garante um sujeito não-nominativo. Nesta sentença, o Caso do sujeito está correto apesar de a flexão verbal não estar – *am* está ausente. Em 49d, entretanto, além da flexão deficiente, o Caso do sujeito não está corretamente marcado, se for usada uma interpretação baseada no ponto de vista dos autores . É utilizada a marcação *default* – *me*. Já o exemplo 49e contribui para uma outra afirmação, a de que *Tense* não é atribuidor de Caso. Schütze e Wexler (1996) analisaram seus dados de modo a considerar *Agr* e *Tense* separadamente por notar os diferentes comportamentos frasais em cada combinação e concluíram que é o *Agr* e não o *Tense* o responsável pela atribuição de Caso nominativo ao sujeito, de acordo com o já estudado aqui (Ver 2.6, p. 35). O fato de o sujeito não-nominativo em 49e estar acompanhado de um verbo no passado simples possibilita afirmar que o traço de concordância é [-Agr] e, por isso, o enunciador Peter não licenciou corretamente o NP sujeito.

A afirmação acima traz, no entanto, novas perguntas quando da observação de sentenças como 49c. A atenção se volta novamente para este exemplo à medida que ali o Caso encontra-se corretamente marcado apesar de o traço que se julga atribuidor de Caso ao sujeito

estar ausente [-Agr]. Qual seria, então, o responsável pela correta marcação do nominativo nesta sentença?

A terceira criança analisada na pesquisa de Schütze e Wexler (1996) é Sarah¹⁸. A menina foi observada entre os 2;8.25 e 3;1.24 com relação à terceira pessoa feminina do singular. De acordo com os autores, ao contrário do que acontece com as outras duas crianças, há poucos ambientes de Caso *default* no período analisado, o que não é indício forte o suficiente para se crer que a menina não saiba o Caso *default* em inglês (Ibid., p.675). Entretanto, ela usa o pronome *her* por várias vezes de forma correta como objeto, possessivo, sem utilizar o pronome *she* nesses ambientes. Outra observação importante dos autores é que antes da idade de 2;8.25 nenhum pronome é encontrado na fala de Sarah.

A porcentagem de sujeitos não-nominativos para orações finitas é um pouco mais alta para Sarah (13%) se comparada com os achados prévios. Ela produziu 21 sujeitos *she* para 3 sujeitos *her* em orações finitas. Para as orações não-finitas, foram 24 sujeitos *she* e 14 *her*, totalizando 37%. Embora as proporções estejam mais equilibradas na produção subjetiva de Sarah, ela corrobora com os dados de Nina e Peter, de acordo com os autores. Os padrões de ocorrência desses sujeitos com verbos no passado também confirmam os resultados encontrados em Nina e Peter. Em 50, pode-se observar exemplos da produção de Sarah:

50a She cried.

50b She stan(d)s up.

50c She up here.

50d Her smoking.

50e Her go home?

50f Her said no.

(SCHÜTZE E WEXLER, 1996, p.676)

Com verbos no passado, a menina utiliza tanto sujeitos nominativos, como em 50a, quanto sujeitos não-nominativos, como em 50f. Na ausência do cópula *be*, ela também alterna entre sujeitos nominativos e não-nominativos, como em 50c e 50d. Já nos momentos de [+Agr], o sujeito nominativo impera.

¹⁸ BROWN, 1973 apud SCHÜTZE e WEXLER, 1996.

Com base nos dados analisados nesse estudo, Schütze e Wexler (1996) constataram que:

- 1) sujeitos não-nominativos quase nunca acontecem junto com flexão, exceto ocasionalmente com o passado;
- 2) desde que a proporção de ocorrência de formas do passado com sujeitos não-nominativos é vista entre 4% e 30% dos dados, esta pode ser considerada uma real possibilidade da gramática infantil;
- 3) há muitos casos de sujeitos nominativos também quando a flexão está ausente;
- 4) sujeitos não-nominativos podem ser acusativos ou genitivos para a mesma criança, na mesma idade, em proporções iguais, sem que isso esteja condicionado ao tipo de verbo empregado;
- 5) sujeitos genitivos parecem representar um fenômeno real, dado o uso excessivo de sujeitos *my* por Nina;
- 6) as crianças analisadas sabem realmente que as formas acusativas representam o objeto e o Caso *default* e que as formas genitivas representam o possessivo.

Assim, os autores admitem que não seria adequado considerar uma gramática infantil onde sentenças com *OIs* estejam direta e uniformemente ligadas a sujeitos no Caso *default*. Primeiro, porque, com base em seus achados, não é possível explicar o motivo pelo qual *OIs* apresentam com tanta frequência sujeitos nominativos, visto que as crianças falantes de inglês sabem que o nominativo não é o Caso *default* de sua língua; segundo, porque essa gramática que relaciona *OIs* a sujeitos no Caso *default* prevê que todas as formas de sujeito não-nominativos sejam as mesmas para uma dada criança, em um dado estágio, mesmo que a criança tenha erroneamente configurado seu Caso *default*. Ademais, não é possível afirmar que a criança confunda o seu Caso *default* com o genitivo, visto que ela utiliza tanto o acusativo quanto o genitivo com presteza em outros ambientes que não os de sujeito.

A questão da busca de uma lógica para a aquisição do Caso na posição sujeito continua inspirando investigação. Segundo Schütze e Wexler (1996), mesmo se fosse assumida uma teoria que aceitasse que as crianças utilizem qualquer forma pronominal na posição sujeito apesar de saberem qual o Caso *default* de sua língua, esta seria refutada quando houvesse um confronto com outras línguas como o alemão, o francês, o holandês e o russo, visto que nessas línguas os sujeitos são sempre nominativos. Erros de marcação de Caso Estrutural são raros para crianças adquirindo o alemão, segundo Einsenbeiss et al (2006), tanto na posição sujeito quanto na posição objetiva.

Schütze e Wexler (1996) reafirmam a separação de *INFL* em tempo e concordância subjetiva, ao passo que defendem ser essa concordância (*Agr Subj*) e não o *Tense* o que atribui Caso nominativo aos NPs sujeito. As orações infinitivas presentes na linguagem infantil são orações universalmente possíveis na linguagem adulta, ou seja, estão dentro dos princípios da linguagem, o que permite que os traços de *Tense* e *Agr* possam ser independentemente não especificados nas orações infinitivas infantis. Com base nessas conclusões, os autores traçam uma matriz de possíveis combinações de traços flexionais e tipos de orações (51) que assumem as seguintes entradas lexicais (52):

51	<i>INFL</i>	descrição	exemplos
a	[-Tense, +Agr]	Atribuição de nominativo	he cries
b	[+Tense, -Agr]	Não atribuição de nominativo, atribuição do acusativo (<i>default</i>)	him cry, him cried
c	[-Tense, +Agr]	Atribuição de nominativo, concordância invisível	he cry

52

a	[+Tense = presente, +Agr=3sg]	→ -s
b	[+Tense=passado]	→ -ed
c	[Tense, Agr]	→ Ø

(SCHÜTZE E WEXLER, 1996, p. 678)

De acordo com a análise de Schütze e Wexler (1996), o estágio *OI* é caracterizado por uma gramática sob a qual ou *Tense* ou *Agr* podem estar independentemente ausentes ou ter um valor negativo em ambientes finitos. Eles defendem que, embora a mesma forma fonológica seja encontrada em mais de uma combinação de traços flexionais em inglês, como em [-Tense, +Agr] e [+Tense, -Agr], somente o ambiente de [+Agr] fornece obrigatoriamente o Caso nominativo, fato concluído quando da análise do presente da terceira pessoa do singular; nenhuma das ocorrências têm o sufixo -s pelas regras mostradas em 52.

Assim, de acordo com os achados, os autores em questão concluem que a matriz [+Agr, -Tense] deve ocorrer com sujeitos nominativos, enquanto a matriz [-Agr, +Tense] não pode atribuir Caso nominativo e é aqui que aparece o Caso *default*. O fato de ambos os sujeitos nominativos e não-nominativos ocorrerem com orações *OIs* mesmo quando a criança sabe

que as formas pronominais são diferentes e que só o acusativo é o Caso *default* de sua língua se deve a diferenças entre tipos de *OIs*, segundo Schütze e Wexler (1996): o nominativo é sintaticamente atribuído por um tipo de *OI* enquanto outro tipo de *OI* não atribui traço de Caso, permitindo que o acusativo seja usado. Já para Radford (1994), *Agr* pode atribuir qualquer um dos três Casos em inglês e a escolha é independente da marca temporal. Schütze e Wexler (1996) argumentam então, que, sob essa perspectiva, se esperaria que verbos principais com -s levassem sujeitos acusativo ou genitivo, o que não acontece com as crianças falantes de inglês. Orações como *him cries* não acontecem, mas sim *him cried*. A primeira tem claramente a marca de [+Agr], que é explicitada pela presença do -s, enquanto que a segunda só apresenta explicitamente na forma a marca de passado, *Tense*. A presença do traço [+Tense] permite acusativo ou nominativo, enquanto a presença do traço [+Agr] exige Caso nominativo. Segundo os autores, a existência de sujeitos não-nominativos com formas do passado dá suporte à teoria de que *Agr* e não *Tense* atribui nominativo.

Schütze e Wexler (1996) apresentam três conseqüências para essa abordagem. A primeira diz respeito ao segundo tipo de erro na subjetivação: a marcação genitiva. Para eles, o sujeito marcado pelo genitivo aparece em *OIs* quando não há marcas de tempo e de concordância subjetiva concomitantemente, ou seja, quando se tem a matriz [-Tense, -Agr]. Os autores defendem que a superutilização de *her* por Nina, por exemplo, pode ser justificada por uma dupla possibilidade matricial que este pronome gera, visto que sua forma fonológica é a mesma para o acusativo e para o genitivo: *her go* pode ser [-Agr, +Tense] ou [-Agr, -Tense], enquanto *him go* só pode ser [-Agr, +Tense]. Se a matriz [-Agr, -Tense] é uma real possibilidade da gramática infantil, então por que não há em outras línguas registros de sujeito genitivo?

Schütze e Wexler (1996) defendem que há uma continuidade entre as gramáticas da criança e do adulto; ou seja, para eles, as orações infantis têm a mesma estrutura CP/IP/VP dos adultos (RADFORD, 1999, p. 2). Assim, outras línguas que permitissem uma projeção verbal com sujeito genitivo na gramática adulta poderiam apresentar erros com genitivo na gramática infantil. Por exemplo, em inglês, o sujeito genitivo é permitido quando há um verbo no gerúndio o seguindo, como em *my liking him* em contraste com o nominal *my liking of him*, o que não acontece em alemão e holandês, argumentam os autores e, por esse motivo as crianças adquirindo essas línguas não cometem erros de genitivo no sujeito.

A idéia de que a matriz [-Agr, -Tense] ocasiona sujeitos genitivos é rechaçada por evidências encontradas nos dados de Budwig (1995) e Rispoli (1995), rerepresentadas em Radford (1999):

- 53a *My* taked off (2;6) (BUDWIG, 1995)
 53b *My* am coming up to play in there (2;5) (RISPOLI, 1995)
 53c Should *my* make a airplane? (2;9) (RISPOLI, 1995)

Ao olhar para os exemplos acima, pode-se perceber a ocorrência do sujeito genitivo com verbos no passado [+Tense] em 53a; no presente flexionado [+Tense, +Agr] em 53b e também com um modal, em 53c. Radford (1999) defende que, de posse de exemplos como esses, é impossível sustentar a afirmação de que genitivos só ocorrem com sujeitos de verbos não finitos. Cada uso de genitivo em posição sujeito tem uma razão diferente de lá estar, segundo o supracitado autor: quando a criança utiliza o *my* ou o *its* em posição sujeito é porque ela os interpretou como sendo pronomes fortes do nominativo; sujeitos *her* são objetivos (acusativos); e pronomes *our* são resultado de uma falha lexical do paradigma pronominal da criança. Radford (1999) afirma não haver um estágio genuíno de sujeitos genitivos na aquisição do inglês e, portanto, pode-se concluir que os erros de genitivo cometidos por crianças falantes de língua inglesa não sejam sistemáticos, conforme acreditam Schütze e Wexler (1996).

Como uma segunda consequência de sua abordagem, os autores vêem a possibilidade de que a ausência de traços no *AgrO* (concordância no objeto) seja a direta responsável também pelos erros de Caso em outras línguas. Erros de marcação de Caso, conforme já dito, foram encontrados, em geral, na posição sujeito, para as crianças falantes de inglês, e na posição objeto para as crianças falantes daquelas línguas em que o Caso *default* é o nominativo. Schütze e Wexler (1996) defendem que, quando *AgrO* aparecer sem traços numa oração transitiva, o objeto vai levar o Caso *default* para as crianças alemãs e russas, bem como para as crianças inglesas; a diferença é que para as primeiras a utilização do *default* configurará um erro (*default* nominativo), enquanto que para as inglesas não, visto que seu Caso *default* coincide com o correto para aquela posição.

Através de suas análises, Schütze e Wexler (1996) lançam previsões que justificariam erros em línguas com diferentes características estruturais. Como uma terceira consequência, eles vêem que uma língua que marque tempo e concordância com morfemas separados poderia mostrar omissão independente de cada um deles num estágio inicial da aquisição.

Assim, os sujeitos não-nominativos aconteceriam somente em orações [-Agr] e nunca em [-Tense, +Agr] ou [+Tense, +Agr].

Como conclusões generalizadoras de seu estudo, Schütze e Wexler (1996) destacam as seguintes:

1 A presença ou ausência de *INFL* representam um contraste sintático para crianças na fase *OI*;

2 *OIs* não são somente aquelas formas em que o –s foi cortado na forma fonética. Se isso fosse verdade, não haveria uma imensa diferença entre as formas de Caso no sujeito que acompanha verbos com e sem *Agr*;

3 Afora erros superficiais, crianças em estágio *OI* já conhecem os mecanismos sintáticos de Caso;

4 Crianças em fase *OI* sabem que, quando o verbo tem concordância, o Caso no sujeito deve ser nominativo.

Enquanto Schütze e Wexler (1996) sustentam a idéia da existência de um estágio *OI*, Vainikka (1994) aponta o período em que não há flexão como o estágio em que a categoria IP ainda não está disponível à linguagem infantil. As primeiras aparições flexionais, segundo a autora, são as primeiras marcas da nova categoria que se desenha.

4.2 CASO E CATEGORIAS FRASAIS PARA CRIANÇAS FALANTES DE INGLÊS

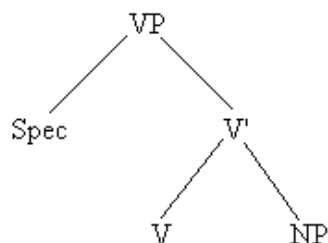
Vainikka (1994) é um estudo de especial relevância sobre a aquisição do Caso para a língua inglesa. Dentro de uma abordagem Continuísta Fraca para a Aquisição da Linguagem, a autora defende que as categorias funcionais vão sendo adquiridas pouco a pouco pela criança. Em um primeiro estágio, somente o VP estaria disponível, depois, com o tempo, a criança desenvolveria a categoria IP, e, só em um estágio mais avançado da aquisição, ela seria capaz de projetar sentenças com complementizadores, depois de adquirida a categoria CP. Por esse ponto de vista, várias questões referentes a erros de atribuição Casual cometidos por crianças pequenas, como a marcação genitiva para a posição sujeito, por exemplo, poderiam ser respondidas.

A visão de Vainikka (1994) pode ser comparada com a de Radford (1990) no que diz respeito à estrutura das categorias funcionais. Ambos defendem que o sintagma verbal é o primeiro berço para as sentenças infantis. No entanto, as visões diferem quanto à atribuição Casual: enquanto Radford (1990) diz que os NPs não têm Caso em uma primeira etapa da aquisição, numa abordagem maturacional, a autora acredita na abordagem continuísta e defende que desde o início a criança já tem operativo seu sistema de atribuição de Caso.

Vainikka (1994) desenvolve uma análise das falas de 4 crianças; dentre elas, também as de Nina. A pesquisadora dividiu a produção de Nina em dois estágios, visto que verificou uma drástica mudança na marcação Casual desta criança na idade de 2;1. Nos primeiros 6 arquivos, até os 2;0, a única forma possessiva utilizada por Nina era *my*, sendo esta também a forma mais utilizada para o sujeito. Foram 50 ocorrências da forma genitiva *my* como sujeito nesses arquivos, para apenas 7 ocorrências da forma nominativa *I*. Os pronomes na forma acusativa utilizados até o momento eram todos de 3º pessoa singular, corretamente empregados na posição objeto. Nos próximos 3 arquivos, que começam com a idade de 2;1, Nina começa a utilizar, além de *my*, os pronomes *his* e *its* como possessivos e estes passam também a acontecer como sujeitos de suas orações. Nesse momento, novas formas acusativas também passam a ocorrer, como o *me*, usadas corretamente como objetos.

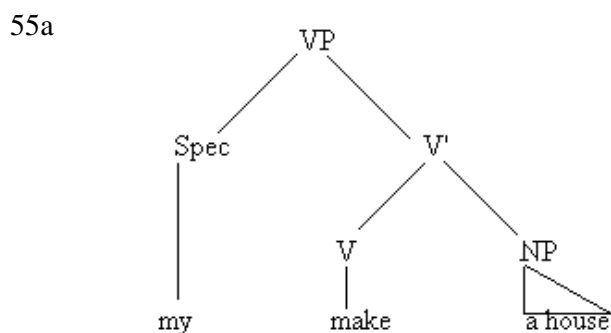
Conforme a autora observou, Nina não tinha uma produção significativa de sujeitos nominativos até os 2:1. Para Vainikka (1994, p. 275), a não-produção por Nina do Caso nominativo para todo o paradigma pronominal comprova a tese de que, nesse estágio, a criança ainda não tem disponível a posição de *Spec* do IP, que é a posição ocupada pelos NPs sujeitos. As poucas aparições do nominativo *I* podem ser vistas como uma espécie de ensaio, uma amostra do estágio em que a categoria funcional IP realmente se solidifica. Como a maioria dos sujeitos de Nina é preenchida por formas pronominais possessivas, Vainikka (ibid.) apresenta uma árvore sintática representando a produção das sentenças de Nina nesse primeiro estágio da aquisição:

54

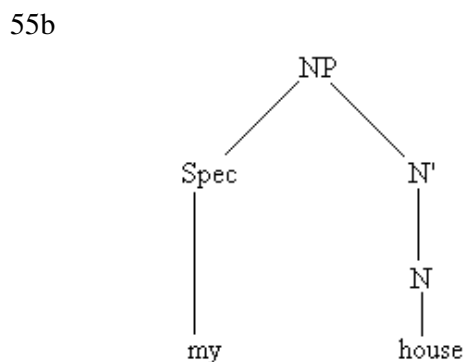


(VAINIKKA, 1994, p. 275)

A posição de *Spec*, segundo a autora, é preenchida pelos NPs de Nina (*my*), que recebem Caso genitivo do núcleo V desse sintagma. Na construção possessiva, *my* também ocupa a posição de *Spec*, dessa vez *Spec* do NP, e recebe Caso genitivo do núcleo N. Em comparação, exemplos:



(Sentença produzida por Nina aos 2;0 – VAINIKKA, 1994, p. 274)



Em 55a, o núcleo V *make* atribui Caso genitivo ao *Spec my* e, em 55b, o núcleo N atribui Caso genitivo ao seu *Spec my*. O que acontece em 55a é que a elevação do sujeito para a posição IP (*subject raising*), que aconteceria na produção de um adulto, não acontece aqui porque essa categoria não está ainda desenvolvida para a criança, que faz o licenciamento do

Caso da forma que lhe parece mais conveniente, dentro das categorias funcionais disponíveis para ela.

Segundo Vainikka, houve uma intensa busca por complementizadores em todos os arquivos de Nina e foi constatado que nos primeiros 9 arquivos ela não produziu nenhum exemplar. A não-aparição de complementizadores nesses dados confirma a tese da autora de que as estruturas da criança nessa idade não têm disponível a posição CP. Assim, a busca também por IPs fez-se justa. Vainikka (1994) considera os seguintes elementos como possíveis ocupantes da tradicional posição *INFL* na língua inglesa:

56 Elementos *INFL* em inglês

Modais

Auxiliares *have, be, e do*

Formas do cópula *be*

O *-s* da 3ª pessoa do singular

O *-ed* do passado

(VAINIKKA, 1994, p. 280-281)

Vainikka verificou a não-ocorrência de modais, auxiliares *have, be e do* e cópula *be* nos 6 primeiros arquivos de Nina (até 2;0), salvo um caso isolado deste último:

57 That horse is running. (2;0)

(VAINIKKA, 1994, p. 281)

Outros casos do cópula *be* encontrados estavam na forma contraída, sendo, portanto, tomados como parte do NP, e formando com ele uma só palavra na interpretação infantil (RADFORD, 1990). Nos arquivos seguintes, de 7 a 9, foram registradas 4 ocorrências de *don't*, que, no entanto, levantam suspeitas quanto ao seu caráter flexional:

58a Mãe: Let's see if it fits on the bottom shelf.

Nina: No. *Don't* fit on the bottom shelf. (2;0)

58b *Don't* break a spoon? (2;1)

58c *Don't* Mommy fit it. (2;1)

58d Mãe: What is the kangaroo doing?

Nina: *Don't* fall down. (2;1)

(VAINIKKA, 1994, p. 281)

Na análise das ocorrências acima, a forma *don't* é interpretada pela autora como uma marca de negação. Ela destaca o uso inapropriado de respostas negativas em 58b e 58e e alega falta de clareza nos contextos de 58c e 58d, dizendo caber o último na análise de VP interno ao sujeito, dentro dos moldes de Deprez e Pierce (1993). O que parece realmente é que a impropriedade dos usos de *don't* em 58 reflète a ausência de *INFL* em todas as ocorrências. A forma *don't* parece ser vista pela criança, conforme alega Vainikka (ibid.), como uma marca de um “não” inserido em projeções VP: a falta de marcação subjetiva explícita em 58a e a não-concordância do verbo *fit* com o sujeito de 3º pessoa ali elíptico são um exemplo de que o *don't* pode ser um especificador do verbo *fit*, encarado pela criança como uma só palavra; o mesmo acontece em 58d. Em 58b e 58c, o contexto, de fato, apresenta poucas evidências do que Nina tenta dizer, dada a total ausência de sujeito em 58b e a confusa ordem dos elementos em 58c.

Segundo Vainikka (1994), a marca de passado *-ed* não aparece nos arquivos de 1 a 9. Já a marcação flexional *-s* para a terceira pessoa do singular ocorreu 8 vezes no primeiro arquivo de Nina, mesmo que em outras 21 vezes não tenha sido utilizada quando requerida no mesmo arquivo. A autora ainda acrescenta que 6 das 8 ocorrências foram com o mesmo verbo *hops*. Nina produziu apenas 6 *-s* flexionais no total dos arquivos de 2 a 9, sendo nenhum com sujeito pronominal.

Assim, a autora conclui que os dados de Nina corroboram sua concepção de desenvolvimento das estruturas funcionais a partir de VP. Não são encontrados itens flexionais e nem complementizadores que justifiquem a disponibilidade das posições de IP e CP, respectivamente, nesta primeira etapa da aquisição da linguagem. Ademais, Vainikka (1994) também destaca o fato de que Nina não tem uma produção satisfatória de sujeitos nominativos, o que mostra ela não ter domínio do sistema de atribuição Casual de sua língua. A massiva produção de sujeitos genitivos é explicada pela autora como uma atribuição de Caso estrutural acontecendo na posição *Spec* do VP. A menina sabe que os sujeitos precisam

ser licenciados, no entanto, não consegue fazê-lo adequadamente devido à falta da categoria funcional IP.

As outras crianças estudadas em Vainikka (1994) são Eve, Sarah e Adam. Segundo a autora, Eve apresentou um desenvolvimento extremamente acelerado, produzindo em 10 meses o que Sarah e Adam demoraram 20 meses para produzir. As gravações das falas de Eve começaram aos 1;6 e até os 1;7 foram gravados 4 arquivos, nos quais não consta produção de sujeitos não-nominativos. Como Nina, ela começou a utilizar as formas possessivas pela forma *my*; no entanto, em uma quantidade bem mais moderada: foram apenas 10 formas *my* nesses 4 primeiros arquivos. Nestes, Vainikka diz não haver evidências de projeção IP, visto que os auxiliares *have* e *be* não aparecem e só há uma ocorrência de *do*, e uma de *can*, mostradas abaixo:

59a *I don't want to.* (1;7)

59b *I can.* (1;6)

(VAINIKKA, 1994, p. 283)

Segundo a autora, essas duas aparições nos dados de Eve de elementos normalmente ocupantes da posição *INFL(I)* podem estar vislumbrando a emergência de uma projeção IP (ibid., p. 283). O fato de Eve não produzir, como Nina, sujeitos não-nominativos é intrigante. A seguir, são mostrados os primeiros 5 exemplos de sujeito pronominal *I* coletados das falas desta criança:

60a *I fall.* (1;6)

60b *I dance.* (1;6)

60c *I did it.* (1;6)

(VAINIKKA, 1994, p. 284)

O desenvolvimento sintático acelerado de Eve pode ser o responsável por uma atribuição de Caso tão precoce e precisa. Vainikka (1994, p. 285) especula que o estágio de sujeitos não-nominativos poderia ter-se dado entre as gravações de dois arquivos.

Os dados de Sarah também trazem uma produção de sujeitos exclusivamente nominativa no estágio VP, o que contradiz a análise de Vainikka (1994) de que não haveria, neste estágio da aquisição, disponibilidade da posição *Spec* de IP para que um sujeito fosse licenciado pelo núcleo flexional I. O sujeito nominativo só poderia acontecer quando houvesse uma projeção da categoria funcional IP, ou seja, quando *INFL* estivesse presente na oração. Nos dados de Sarah, no entanto, não são encontradas evidências de projeções funcionais, segundo a autora (ibid.). São considerados para essa etapa da análise 6 arquivos a partir da idade de 2;3 e neles não há ocorrências do morfema *-s* para a 3ª pessoa do singular e nem do morfema *-ed* marcador do passado; não há modais nem auxiliares, exceto por duas aparições de *I dunno* (=I don't know).

As formas pronominais são adquiridas por Sarah de forma semelhante à Nina e Eve: ela começa por produzir a forma possessiva *my* na primeira etapa (para Sarah, por volta dos 2;3). Quanto às pronominais objetivas, foram encontradas nestes primeiros arquivos ocorrências de *me* e *you*, enquanto que para as outras duas crianças havia também o objeto *it*. São ao todo 48 ocorrências do pronome subjetivo *I*, 3 do subjetivo *you*, uma do subjetivo *it* e 3 de *he*, sendo que uma delas aconteceu em posição objetiva. Assim:

61 I hide *he*. (2;3)

(VAINIKKA, 1994, p. 284)

Vainikka (1994) trata esse acontecimento como uma pista de que a atribuição de Caso não é ainda vista com clareza por Sarah para este pronome, apesar de seus licenciamentos terem sido corretos para o sujeito. A autora destaca que *he* é usado pela menina tanto como sujeito quanto como objeto, o que não acontece para a primeira pessoa. Para a primeira pessoa, Sarah atribui Caso nominativo na posição sujeito quando utiliza *I*, genitivo para o possessivo (*my*) e acusativo para o objeto (*me*).

Os dados de Adam apontam uma direção diferente daquela mostrada para as duas últimas crianças. Seu comportamento lingüístico é similar ao de Nina no que tange o licenciamento de NPs: ele também produz sujeitos não-nominativos em um primeiro momento. Vainikka (1994) observa que todos os outros sujeitos não-nominativos acontecem aos 2;3, salvo uma única ocorrência aos 2;4. Com base nisto, a autora afirma que os dados gravados na idade de 2;3 representam o estágio VP para esta criança.

Durante o estágio VP de Adam, não foi constatada pela autora a presença clara dos auxiliares *have*, *do* ou *be*, nem dos sufixos de passado e 3º pessoa do singular (*-ed* e *-s*). Entretanto, a aquisição da categoria IP começa a se desenhar através da presença de alguns modais:

- 62a Adam write, hmm? I write. I *can* write. (2;3)
- 62b Mommy, *may* please. (2;3)
- 62c Where go Mommy. Go, Mommy? *Must* go Catherine. (2;3)
- 62d *Must* go. (2;3)
- 62e *Must* Catherine tonight. (2;3)
- 62f I *can* take off. (2;3)

(VAINIKKA, 1994, p. 284)

Os pronomes utilizados por Adam na posição sujeito durante esse estágio foram: *I*, aparecendo 34 vezes; *my*, 11 vezes; *you*, 15 vezes; e *me*, aparecendo apenas 1 vez. Contando que *you* nominativo tem a mesma apresentação fonética que *you* acusativo, e que *me* aparece apenas 1 vez, Vainikka (1994) descartou os dois pronomes e considerou, nesse momento da pesquisa, apenas as formas de primeira pessoa nominativa e genitiva, assim como fez com os dados de Nina. No entanto, ao contrário de Nina, Adam produziu mais sujeitos nominativos do que genitivos no estágio analisado. Segundo a autora, ele tem a mesma árvore sintática de Nina (cf. árvore em 54) para os sujeitos genitivos, mas, devido ao uso extremo de *I*, mostra estar no intermeio dos estágios VP e IP. Uma outra observação de Vainikka (1994, p. 289) é que Adam freqüentemente omite o sujeito quando se refere a ele mesmo, conforme se vê abaixo:

- 63a Wash hand. I wash hand. (2;3)
- 63b Change diaper. I change diaper. (2;3)
- 63c Beat drum. I beat drum. I'll beat drum. (2;3)

(VAINIKKA, 1994, p. 289)

A teoria do desenvolvimento gradual da estrutura frasal por Vainikka (1994) prevê que a criança primeiro utilize uma sintaxe simplificada, que cabe numa projeção VP e, só a partir de um certo momento, comece a expandir sua sintaxe para um nível IP. A aquisição desse nível é marcada pela presença de elementos flexionais, como destacados em 56, e pela elevação do sujeito, antes interno ao VP. Contudo, depois da análise dos dados das 4 crianças, surgiu um grande desafio para a teoria, que é explicar como o estágio VP e o estágio IP podem coexistir na fala infantil. Em face desse problema, a autora lança mão da teoria do Estágio dos Infinitivos Pessoais (*OI Stage*) de Wexler (1994) que considera um período na aquisição da linguagem onde estruturas do tipo VP e do tipo IP acontecem simultaneamente.

Outro fato intrigante na teoria de Vainikka (1994) é a discrepância entre os dados. Enquanto Nina e Adam produzem sujeitos não-nominativos em grande escala – Nina o faz de forma predominante durante até os 2;1, Eve e Sarah parecem não passar por essa etapa. Embora se possa considerar que o estágio de produção de sujeitos não-nominativos tenha acontecido entre as gravações, a autora diz não ter explicação nesse momento para o achado. Não se pode afirmar que as duas crianças já estivessem no estágio IP e por isso produziam sujeitos nominativos, visto que seus elementos flexionais não apareciam ou apareciam de forma extremamente limitada.

O estágio IP, para Vainikka (1994), compreenderia o uso de elementos flexionais (cf. 56) ao mesmo tempo que o correto licenciamento de sujeitos. Os sujeitos dessa fase seriam todos nominativos. Para Nina, a idade e 2;1 foi a divisora de águas. A partir desse momento, a menina aumenta consideravelmente o emprego de *I* na posição sujeito, conforme se pode ver nos exemplos abaixo:

64a *I* don't break 'em. (2;1)

64b *I* see Becca sleeping. See Becca sleeping. (2;1)

64c *I* take him tail off. (2;1)

(VAINIKKA, 1994, p. 290)

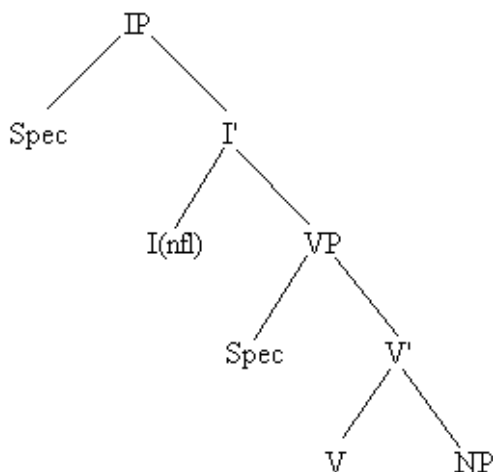
A autora chama atenção para o fato de que os arquivos 9 e 10 de Nina, ambos aos 2;1, foram gravados com apenas 9 dias de intervalo e a diferença na produção do Caso subjetivo é enorme: enquanto no arquivo 9 a menina produziu apenas 1 sujeito *I*, no arquivo 10, foram 53 sujeitos *I*. Assim, Vainikka (1994:293) considera que, durante esse arquivo, aos 2;1, Nina

adquire a categoria IP. Depois dessa etapa, os usos de sujeitos genitivos passam a diminuir gradativamente.

O processo de eliminação dos erros de atribuição de Caso não-nominativo desperta um novo processo de erros com sujeitos não-nominativos, agora para a 3ª pessoa, conforme constatado por Rispoli (1993 apud VAINIKKA, 1994). Aos 2;9, Nina parece compreender o pronome acusativo *her* como nominativo e isso acontece, segundo Vainikka (1994, p. 293-294), porque o paradigma do *her* na linguagem do adulto é a mesma no relacionamento como todos os NPs: seja acompanhando substantivos, seja como NPs completos. A forma é ambígua entre o acusativo e o genitivo. De acordo com a autora (ibid., p. 294), a forma *her* deve ser analisada como nominativa nas falas de Nina pelo fato de a criança a utilizar com elementos flexionais nesse estágio.

Os elementos flexionais estão intimamente ligados com os sujeitos nominativos. Muitos pesquisadores já provaram, através de estudos com crianças, que o traço [+Agr] na oração requer sujeito nominativo. (cf. CONNELL, 1986; SCHÜTZE e WEXLER, 1996; LOEB e LEONARD, 1991). Assim, Vainikka (1994, p. 294) propõe que os dados de Nina corroboram com os achados da literatura: a aquisição da flexão por Nina é acompanhada do aumento da frequência de seus sujeitos nominativos e desenha, então a árvore sintática de Nina no estágio IP:

65



(VAINIKKA, 1994, p. 293)

Da mesma forma que Schütze e Wexler (1996), Vainikka (1994) também observou que os sujeitos não-nominativos não ocorriam em orações que contivessem elementos flexionais. O único exemplo de formas flexionais que aconteceram com sujeitos nominativos no estágio IP de Nina foram as de passado. Por exemplo:

66a Eat outside. Nonna eat outside. Nonna ate outside too. *My* ate ouside. (2;1)

66b *My* got that. (2;2)

66c *My* cried in the bed and Justin cried the doctor. (2;3)

(VAINIKKA, 1994, p. 294-295)

Em face aos exemplos 66, a autora defende que eles ainda pertençam às estruturas VP de Nina, dada a presença dos sujeitos não-nominativos. Ela julga que os verbos podem ter sido inseridos no VP, mesmo sem o traço [+tense] na flexão, a partir do léxico, do mesmo modo como todas outras produções onde o *INFL* está ausente. Já Schütze e Wexler (1996) defendem que o *Agr* é o responsável pela atribuição de Caso e, portanto, verbos no passado não têm, necessariamente, o traço [+Agr], podendo aparecer junto a sujeitos não-nominativos (cf. seção 3.1).

Embora os sujeitos *my* de Nina só tenham aparecido com verbos não-flexionados e alguns poucos com verbos no passado, ela produziu, ainda no estágio IP, sujeitos não-nominativos de 3ª pessoa com alguns modais e auxiliares, listados abaixo:

67a *Him* can't see. (2;1)

67b *Her* don't. (2;2)

67c Her eating. There a party. See? And he – her eat party. See? And *her* do eat. *My* eat a party. (2;2)

(VAINIKKA, 1994, p. 295)

Dado que *her* é compreendido da mesma forma que o nominativo (cf. p. 55), os exemplos destacados em 67b e 67c ocupariam a posição de *Spec* do IP, não estando mais envolvidos numa simples projeção VP, pois nesse estágio a projeção IP já se encontra ativada

na gramática de Nina (VAINIKKA, 1994, p. 296). Como *INFL* licencia sujeitos nominativos, pode-se concluir que a criança tem essa visão de *her*.

Para Eve, o estágio IP começou aos 1;8, de acordo com Vainikka (1994, p. 297). Com essa idade, a menina começou a produzir elementos modalizadores como *wanna*, *gonna* e *hafta*. A delimitação da aquisição do estágio IP para Eve só pode se basear nos elementos flexionais visto que essa criança não teve produção significativa de sujeitos não-nominativos e não apresentou qualquer problema com a marcação Casual. No estágio IP (1;8 a 1;9), apenas um sujeito não-nominativo é registrado:

68 *Him* writing. (1;9)

(VAINIKKA, 1994, p. 295)

O estágio IP de Sarah parece ter ocorrido um pouco mais tarde que o de Eve. Vainikka (1994, p. 297) registrou aos 2;7 algumas formas no passado e alguns modais na linguagem da menina e por isso reconhece que nessa idade começou seu estágio IP, que findou aos 2;7, com o aparecimento dos primeiros CPs. Durante esse estágio, Sarah produz vários modais, como *can't*, *can* e *won't* e não tem produção significativa de sujeitos não-nominativos. Segundo a autora, são 143 ocorrências do nominativo *I* para apenas 8 ocorrências de *me* e *my*.

Para Adam, o estágio IP é percebido aos 2;4, apenas durante a gravação de 2 arquivos. Ao contrário do que aconteceu para Eve, este estágio para Adam não pôde ser marcado com base na aquisição de *INFL* porque o menino começou a produzir modais desde as primeiras gravações. Entretanto, a eliminação de seus sujeitos não-nominativos durante o arquivo 4 (aos 2;4) mostra o nascimento de uma projeção superior para onde se elevam os sujeitos e esses são licenciados nominativos.

Após a análise dos dados por Vainikka (1994), podem ser destacadas as seguintes conclusões:

- 1) No primeiro momento da aquisição as construções IP e CP estão ausentes;
- 2) Quando a projeção de IP se desenvolve, elementos flexionais e sujeitos nominativos começam a aparecer;

- 3) Os sujeitos genitivos encontrados nas falas de Nina e Adam ocupam a posição de *Spec* de VP;
- 4) A autora prevê que os primeiros sujeitos adquiridos em qualquer língua ocupem a posição de *Spec* de VP e que as formas do Caso que precisam ser atribuídas por um núcleo funcional não aconteçam nesse estágio.
- 5) Se um sujeito nominativo acontecer no primeiro estágio, em qualquer língua, a presente análise considera a possibilidade de que essa forma não seja realmente nominativa com atribuição por *INFL*, mas sim com atribuição vinda de um núcleo lexical; ou ainda que represente a entrada lexical da palavra sem Caso algum.

As conclusões de Vainikka (1994) bem como as de Schütze e Wexler (1996) acerca da marcação do Caso na primeira linguagem servem de base para a análise das falas de três crianças brasileiras adquirindo o PB, a seguir.

5 A AQUISIÇÃO DO CASO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A não-existência de estudos sobre a aquisição do Caso em língua portuguesa não é por mero acaso. Pesquisas são geralmente impulsionadas por problemas detectados que precisam ser solucionados ou explicados; no entanto, os dados de linguagem do cotidiano brasileiro não instigam o pesquisador acerca da aquisição do Caso. No português brasileiro, o licenciamento dos NPs infantis é muito parecido com o licenciamento na linguagem dos adultos e, em grande escala, os erros cometidos por crianças também não são muito diferentes dos erros que habitam a linguagem madura. Assim sendo, para quê pesquisar uma aquisição não-defectiva e assintomática?

Dentro do panorama Gerativista, porém, os dados das línguas em particular são apenas ferramentas para a compreensão do sistema mais complexo e exclusivo de que se tem notícia: a linguagem humana. Com o intuito maior de encontrar intersecções entre as línguas que evidenciem os princípios da linguagem natural, foi pensado e é desenvolvido este estudo. As crianças brasileiras, de fato, não cometem erros significativos no que tange à marcação do Caso – se comparadas a crianças falantes nativas de língua inglesa, por exemplo – e é essa diferença entre as duas línguas que instiga à busca de uma explicação. A existência do princípio do Filtro de Caso deveria ser suficiente para assegurar um padrão estrutural de licenciamento dos NPs comum às línguas; no entanto esse padrão ainda não foi encontrado e não se conhecem respostas para a disparidade entre os achados referentes à aquisição do Caso em língua inglesa e língua portuguesa.

Esta dissertação revisita dois estudos sobre aquisição do Caso – Schütze e Wexler (1996) e Vainikka (1994), e analisa amostragens de sentenças produzidas por crianças entre 1;7 e 3 anos de idade a fim de explicar fenômenos de atribuição de Caso por essas crianças, sob os ângulos propostos pelos dois estudos revisados. Enfim, busca-se traçar um perfil da aquisição do Caso para o português brasileiro como primeira língua de modo a colaborar com a proposta maior da Gramática Gerativa de melhor compreender os fenômenos da linguagem humana.

5.1 A METODOLOGIA

A pesquisa apresentada nesta dissertação é de cunho diagnóstico e inspira-se em dois estudos realizados para o inglês: Schütze e Wexler (1996) e Vainikka (1994). O estudo aqui desenvolvido busca através de dados e com suporte da Teoria Gerativa, mais precisamente da Teoria do Caso, traçar um perfil da aquisição do Caso no português brasileiro.

O *corpus* da pesquisa é composto por falas de três crianças entre 1 ano e 7 meses e 3 anos de idade aproximadamente – fase inicial de aquisição da linguagem – e é denominado *Corpus* Issler por ter sido coletado e organizado pela Dr Denise Issler, quando da elaboração de sua pesquisa de doutorado. As falas de cada criança, cujos nomes foram alterados por critérios éticos, foram gravadas em seções de trinta minutos, quinzenalmente, durante um ano e meio, segundo Issler (2008). São interações entre mãe e filho, em 29 arquivos para a primeira criança, chamada de Tati; 26 arquivos para a segunda criança, João; e 28 arquivos para a terceira criança, Rafael. A referência ao arquivo é feita para dar uma noção cronológica, mesmo que essa referência seja, geralmente, acompanhada pela idade em que o arquivo foi gravado. O *Corpus* Issler é parte do banco de dados do Centro de Estudos de Aquisição e Aprendizagem de Linguagem, CEAAL, da PUCRS.

As análises baseiam-se, principalmente, em manifestações pronominais, visto que a constatação da presença do Caso só é possível na língua portuguesa através das formas que os pronomes assumem ao atuarem nas sentenças. Assim sendo, são desconsiderados NPs não-pronominais, sendo eles somente mostrados em situações em que outra característica da sentença torne a análise importante. Também são desconsideradas repetições, imitações e canções e são privilegiadas as construções espontâneas. É feita uma análise qualitativa das aparições pronominais sem, portanto, a necessidade de apresentações estatísticas ou por meio de gráficos. A apresentação dos exemplos busca transcrever as sentenças proferidas pela criança e, por tentar reproduzir a linguagem oral, pode algumas vezes margear o padrão culto da escrita. As palavras são grafadas corretamente à medida que são reconhecidas, com exceção dos verbos e algumas palavras de interesse especial da pesquisa – como algumas preposições, que são registrados com vistas à identificação em um nível morfológico. Não são utilizadas transcrições fonéticas porque a intenção é o reconhecimento do léxico empregado e da morfologia verbal, não havendo a necessidade da precisão que a fonética proporciona e por não haver o interesse, nesta pesquisa, em variações fonéticas ou fonológicas.

O estudo ora apresentado encontra-se organizado primeiramente pela exposição dos dados das três crianças, uma a uma, nos subcapítulos 5.2, 5.3 e 5.4.

5.2 A PRIMEIRA CRIANÇA – TATI

Tati é a mais falante das três crianças estudadas. Desde o primeiro arquivo gravado com ela para o *Corpus Issler*, aos 1;7:17, a menina já se comunica verbalmente com a mãe. Embora seus primeiros registros sejam basicamente frases de uma só palavra, Tati exibe um vocabulário variado para sua idade e faz uso, inclusive, de verbos. Abaixo, amostras do arquivo, doravante A, 1:

69a Abre.

69b Cocó.

69c Gato.

69d A papai. (para dizer “para o papai”)

69e A papai. Bola, bó. (para dizer “joga a bola para papai”)

69f Pato.

69g Qué. (para dizer “quero”)

69h Caí.

69i Qué tudo. (para dizer “quero tudo”)

(A1 – 1;7:17)

O nível lingüístico de Tati nesse momento é praticamente lexical. Ela não constrói frases mais longas do que duas palavras, não mais do que um sintagma por frase em todo o A1. Como se pode ver acima, a menina nomeia animais e utiliza o verbo, muitas vezes no imperativo para impor sua vontade, como em 69a. Há o ensaio do uso de uma preposição em 69d e 69e.

A pessoa implícita nas formas verbais em 69g, 69h e 69i é o *eu*, sendo esta evidente na morfologia apenas em 69h. O verbo *cair* é o único que aparece flexionado em primeira pessoa nos 4 primeiros arquivos (até 1;8:25). Em alguns momentos, esse verbo aparece flexionado

para terceira pessoa, como também foram encontrados os verbos *querer*, *brigar*, *dar*, *ser* e *estar*. Exemplos:

70a Qué. (para dizer “quero”) (A1 – 1;7:17)

70b Bigô. (A3 – 1;8:15)

70c É. (para concordar) (A3 – 1;8:15)

70d Tá sujo. (A4 – 1;8:25)

A presença da flexão em terceira pessoa na fala de Tati nem sempre está relacionada a um real sujeito de terceira pessoa na sentença ou no discurso. Quando a menina produz 70a, está, na verdade, se referindo a ela mesma. As outras construções de 70 estão de acordo com o sujeito de terceira pessoa implícito no discurso.

No curso de seu desenvolvimento lingüístico, por inúmeras vezes Tati utiliza a terceira pessoa para falar dela mesma. Embora essas ocorrências diminuam a cada arquivo, elas estão presentes mesmo quando a menina já flexionou o verbo em primeira pessoa em momento anterior. Abaixo, uma seqüência de ocorrências que evidenciam a situação:

71a Qué. (A3 – 1; 8:15)

71b Quero vê. (A6 – 1; 10:2)

71c Qué vê, Qué vê. (A6 – 1; 10:2)

Não aparecem sujeitos pronominais até o A7 (1;10:21) e sujeitos explícitos não-pronominais são encontrados a partir do A5 (1;9:13). No entanto, os sujeitos explícitos do A5 se encontram localizados em posição pós-verbal, com apenas uma aparição na ordem canônica (72c abaixo). Assim:

72a Caiu mamãe.

72b Caiu au-au.

72c Titiu caiu.

(A5 – 1;9:13)

É também no A5 que, pela primeira vez, Tati diz *eu* ao se reconhecer no espelho. Até esse momento, os testes feitos frente ao espelho só haviam registrado a unipessoalidade do discurso da menina. A situação acontece conforme 73:

73a Mãe: Quem é essa menininha?

Tati: Tatá! (A3 – 1; 8:15)

73b Mãe: Quem é essa aqui?

Tati: Eu! (A5 – 1; 9:13)

Em 73a, pode-se verificar que a menina ainda não entende a relação eu-tu expressa pelos pronomes pessoais, visto que ela ainda utiliza a terceira pessoa para falar de si mesma quando se vê no espelho.

Em suma, a posição do sujeito na fala de Tati nos 5 primeiros arquivos é predominantemente implícita, apresentando momentos de inversão da ordem canônica SV quando o sujeito se torna explícito.

Quanto à posição do objeto, os arquivos de 1 a 5 não apresentam muitos dados para esta pesquisa. O único pronome objeto/acusativo que aparece é o *me*, utilizado junto a um verbo na forma imperativa:

74 Me dá leite! (A3 – 1;8:15)

Nessa etapa, a maioria dos objetos nas sentenças de Tati está implícita, como já se viu em 69a e 70a.

A partir do A6, outros verbos vão ganhando marcas de primeira pessoa, conforme se vê abaixo:

75a Achei. (A6 – 1;10:2)

75b Quero vê. (A6 – 1;10:2)

75c Quero deitá. (A7 – 1;10:21)

Agora, Tati começa a utilizar dois verbos juntos na mesma sentença, o segundo como argumento interno do primeiro.

No A7, tem-se a primeira aparição de um pronome na forma nominativa, o de primeira pessoa, seguida de outra aparição isolada no A9:

76a Eu vi. (A7 – 1; 10:21)

76b Eu vô vê. (A9 – 1; 11:18)

Somente no A11, se nota uma regularidade no uso do *eu*. É também nesse arquivo que aparecem outros pronomes em forma e posição nominativa:

77a Eu também.

77b Eu tô.

77c Ele fez olhinho.

77d Ela não fala.

(A11 - 2; 0:27)

Também são notados nesse arquivo pronomes de terceira pessoa empregados em posição que os denuncia oblíquos:

78a Só o nariz dele.

78b Dá pra ele.

(A11 - 2;0:27)

As frases de Tati começam a ficar mais longas já a partir do A7, embora alguns elementos ainda não apareçam explicitamente:

- 79a Mãe: Por que tu choraste?
Tati: Um menino (me) empurrou (no) pneu.
- 79b Mãe: O que fizeste depois?
Tati: Empurrou, caí.
- 79c Mãe: O menino te empurrou no pneu e tu caíste?
Tati: Caíste.
- 79d Mãe: Caí. Diz caí.
Tati: Caí.

(A7 – 1;10:21)

No diálogo acima, pode-se perceber a insegurança da menina quanto à marca flexional do verbo. Em 79c, ela imita a forma verbal utilizada pela mãe, que a seguir a induz à produção correta (79d). Geralmente, a forma desvio utilizada por Tati é a terceira pessoa, como já se observou em 69g, 69i e 70a e pode-se ainda observar no A11:

80 Olha, eu fez a dodói no bracinho. (A11 - 2;0:27)

O objeto pronominal aparece na forma do clítico mais uma vez no A11:

81 Me sentei. (A11 - 2;0:27)

No A12, pode-se perceber algumas mudanças. Já aparecem complementizadores na fala de Tati. Abaixo, extratos do A12:

82a Que que é isso?

82b Quem esse nome que ele (?)?

(A12 – 2;1:24)

Neste arquivo, há a primeira pronúncia do pronome nominativo de segunda pessoa, *tu*. A partir dessa aparição, o uso do pronome já se torna regular:

83a Tu pega ela, eu vô pegá ela. (A12 – 2;1:24)

83b Tu tava trabalhando? (A12 – 2;1:24)

83c Tu senta aqui. (A13 – 2;2:6)

83d Onde tu tá? (A14 – 2;3:5)

No A14, um outro pronome desponta. É o plural da terceira pessoa masculina que aparece em uma frase com complementizador:

84 É. E eles sentaram. Assim. (A14 – 2;3:5)

Algumas outras ocorrências de frases mais complexas – no sentido de conterem complementizadores – estão registradas já no A13. Por exemplo:

85a Mãe: Por que tu tá chorando?

Tati: Porque eu queria ficá suja.

85b E a mamãe tirô a tampa com a mão e botô aqui.

(A13 – 2;2:6)

Os pronomes na posição de objeto são mais raros. O primeiro e único registrado para a terceira pessoa plural está no A25 (2;10:7):

86 Agora pega eles. (A25 – 2;10:7)

Embora, de acordo com a linguagem culta, seria exigido que o pronome objeto assumisse a forma acusativa *os* precedendo o verbo para a situação acima, na linguagem coloquial adulta o acusativo é homófono ao nominativo para a terceira pessoa. Os pronomes que ainda mantêm na oralidade do português do Brasil três diferentes formas, uma para cada Caso, são os de primeira e segunda pessoas.

Para a primeira pessoa, Tati demonstra habilidade no uso do clítico *me*. Segundo Miotto, Silva e Lopes (2007, p. 174), os pronomes assumem formas diferentes como reflexos de Casos diferentes e essas marcas são indícios da presença do Caso na língua portuguesa. *Me* é a forma acusativa de primeira pessoa. Essa forma foi registrada nas seguintes passagens:

87a Me sentei. (A11 – 2;0:27)

87b Me dá o pateta. (A18 – 2;5:19)

87c O Felipe me besliscou. (A20 – 2;6:24)

87d Eu pôpum nela e ela me mordeu. (A21 – 2;7:14)

87e Me ajuda. (A29 – 3;0:24)

Para a segunda pessoa, o acusativo aparece bem mais tarde, como se pode ver nas transcrições abaixo:

88a Eu vô te mostrá. Minnie. (A24 – 2;9:10)

88b E eu te dou o Mickey. (A24 – 2;9:10)

88c Eu já vô te dá. (A26 – 2;10:21)

88d É assim ó. Vô te mostrá. (A28 – 2;11:25)

O pronome oblíquo de segunda pessoa *ti* aparece nas seguintes situações:

89a Eu vou fazê um lugar pra ti aqui. (A21 – 2;7:14)

89b Joguei pra ti. (A24 – 2;9:10)

89c Vô abri pra ti. (A27 – 2;11:5)

89d Presente pra ti. (A28 – 2;11:25)

O pronome oblíquo de primeira pessoa *mim* não foi encontrado nos dados de Tati. O pronome feminino plural também não aparece para nenhum dos Casos até o A29, quando Tati está com 3;0:24.

Não foram encontrados erros quanto à marcação do Caso, exceto em uma situação, mostrada em 90a:

90a Eu também. Eu quero o teu bolo, Pateta. Pra **eu** também. (A17 – 2;4:29)

90b Tati: Eu sou a Xuxa.

Mãe: A Xuxa? A tua cachorrinha? Ou a Xuxa da televisão?

Tati: A Xuxa de **ti**. (A23 – 2;8:19)

Mãe: A Xuxa de mim? Eu não tenho Xuxa. É tua.

Tati: É.

Mãe: A tua Xuxa.

Tati: Eu que sou a Xuxa!

Em 90a, o Caso esperado para a posição destacada seria o oblíquo, *mim*, dada a presença da preposição *para*. Em 90b, foi utilizado o pronome oblíquo *ti* após uma preposição para criar uma situação de posse. Não se trata exatamente de um erro, mas sim de uma situação anômala que merece ser mostrada por retratar um momento da aquisição do Caso da categoria PP. Abaixo, encontram-se resumidas as primeiras aparições pronominais de Tati para cada Caso.

Tabela 1 – O Caso Nominativo para Tati

Pronome	Primeira ocorrência	Situação
Eu	A7 – 1;10:21	<i>Eu vi.</i>
Ele	A10 – 2;0:10	<i>Ele abriu e fecha.</i>
Ela	A11 – 2;0:27	<i>Ela não fala.</i>
Tu	A12 – 2;1:24	<i>Tu pega ela, eu vô pegá ela.</i>
Eles	A14 – 2;3:5	<i>É. E eles sentaram. Assim.</i>
Nós	A22- 2;8:5	<i>E nós compramo esse grandão.</i>
Elas	Não registrada	-----

Tabela 2 – O Caso Acusativo para Tati

Pronome	Primeira ocorrência	Situação
Me	A11 – 2;0:27	<i>Me sentei.</i>
Ele	A12 – 2;1:24	<i>Tu pega ele.</i>
Ela	A12 – 2;1:24	<i>Tu pega ela. Eu vô pegá ela.</i>
Te	A24 – 2;9:10	<i>Eu vou te mostrá. Minnie.</i>
Eles	A25 – 2;10:7	<i>Agora pega eles.</i>
Elas	Não registrada	-----
Nos	Não registrada	-----

Tabela 3 – O Caso Oblíquo para Tati

Pronome	Primeira ocorrência	Situação
Ele	A11 – 2;0:27	<i>Dá pra ele.</i>
Ela	A21 – 2;7:14	<i>Eu tava implicando com ela.</i>
Mim	A21 – 2;7:14	<i>Um lugarzinho pra mim.</i>
Ti	A21 – 2;7:14	<i>Eu vou fazê um lugar pra ti aqui.</i>
Eles	Não registrada	-----
Elas	Não registrada	-----
Nós	Não registrada	-----

5.3 A SEGUNDA CRIANÇA – JOÃO

Os dados de João foram gravados na mesma idade que os de Tati, de 1;7 a 3 anos, em sessões de trinta minutos, repetidas com um intervalo de cerca de quinze dias. A quantidade de material, no entanto, é bem menor. Durante os primeiros arquivos, João só balbucia palavras incompreensíveis e emite sons sem sentido. No A2, uma construção isolada interessa a este estudo:

91 É o Mickey. (A2 – 1;7:21)

O sujeito encontra-se implícito e o verbo flexionado em terceira pessoa.

A seguir, usos de flexão verbal em terceira pessoa que, no entanto, remetem à primeira pessoa ocorrem em arquivos seguintes:

92a Não sabe. (para dizer “não sei”) (A5 – 1;9:1)

92b Qué. (para dizer “quero”) (A7 – 1;10:1)

O menino também utiliza o passado da terceira pessoa:

93a Cabô (para dizer “acabou”) (A8 – 1;10:20)

93b Molhô. (para dizer “me molhei”) (A8 – 1;10:20)

93c Guadô. (para dizer “guardei”) (A11 – 2;0:26)

Embora as orações apareçam flexionadas corretamente no passado, 93b e 93c não estão corretas por serem remetidas à primeira pessoa, enquanto apresentam flexão de terceira. Quando João pronuncia 93b, está se referindo a ele mesmo, molhado pela água que derramou no colo. O contexto de 93c é o menino guardando os brinquedos em um balde. A cada

brinquedo guardado por ele, João pronuncia: *Guadô* para avisar que a ação foi completada para aquele brinquedo.

É no A11 que se percebe a primeira ocorrência pronominal. É o acusativo de primeira pessoa ao lado de um verbo no imperativo. O imperativo também é uma constante nos dados de João, como fora para Tati:

94 Me dá. (A11 – 2;0:26)

Alguns arquivos adiante, João dá ao verbo a marca de primeira pessoa sem ainda evidenciar o pronome nominativo. No mesmo arquivo, ele ainda utiliza a terceira pessoa para falar de si mesmo:

95a Achei.

95b Posso botar ali.

95c Qué. (para dizer “quero”)

(A14 – 2;4:0)

No A15, aos 2;4:23, é feito pela primeira vez o teste do espelho. Ao se deparar com sua imagem, João se reconhece e pronuncia seu próprio nome. Somente no A24, quando já está com 2;10:27, João é capaz de entender-se como primeira pessoa:

96a João! João! (A15 – 2;4:23)

96b É eu! (A24 – 2;10:27)

João utiliza um recurso parecido com o de Tati na organização de suas primeiras sentenças com sujeito explícito. Por diversas vezes, o menino carrega o sujeito para uma posição pós-verbal:

- 97a Tá aqui a colher. (A19 – 2;7:23)
 97b Caiu um passão. (A21 – 2;8:18)
 97c Caiu a minha xícara. (A23 – 2;10:5)

Quando o sujeito passa a ser pronominalizado, o fenômeno pára de ocorrer. O primeiro pronome nominativo na fala de João é o *eu* e sua aparição acontece quase dez meses mais tarde do que para Tati. No mesmo arquivo em que é registrado, o pronome já é usado com regularidade:

- 98a Eu tô ... (?)
 98b Eu nem sei.
 98c Eu caiu.
 98d Eu vai guadá.
 98e Eu qué mostá.
 98f Eu qué abi esse.
 98g Eu achei pecinha.

(A20 – 2;7:27)

Importante perceber que o menino utiliza o pronome de primeira pessoa na posição do sujeito sem apresentar um verbo com flexão concordante com esse sujeito. Os verbos em 98c, 98d, 98e e 98f encontram-se flexionados em terceira pessoa, destoando do sujeito de primeira.

Em arquivos seguintes, a falta da flexão adequada ao verbo continua a acontecer, mesmo que com alternância entre a forma correta e a forma desvio:

- 99a Eu quero colo. (A21 – 2;8:18)
 99b Eu qué botá. (A21 – 2;8:18)
 99c Eu quero, qué uma massinha. (A22 – 2;9:8)

O segundo pronome nominativo a aparecer para João foi o masculino de terceira pessoa. Logo no arquivo seguinte ao do surgimento do *eu*, o menino lança as seguintes sentenças:

100a Ele foi lá. Ele foi lá na mama.

100b Ele subiu lá.

(A21 – 2;8:18)

O pronome feminino aparece logo depois:

101a Ela colô na parede. (A23 – 2;10:5)

As formas de segunda e terceira pessoas não aparecem nem para o Caso acusativo nem para o oblíquo. Também não foi encontrado o oblíquo de primeira pessoa até o último arquivo gravado com João, aos 3 anos e 29 dias.

No último arquivo, percebe-se a presença do complementizador *que* na subordinação de uma oração. O menino repete a construção inúmeras vezes ao longo da gravação:

102 Olha aqui que eu achei. (A26 – 3;0:29)

A seguir, o resumo das ocorrências dos Casos na fala de João.

Tabela 4 – O Caso Nominativo para João

Pronome	Primeira ocorrência	Situação
Eu	A20- 2;7:23	<i>Eu tô... (?)</i>
Ele	A21 – 2;8:18	<i>Ele foi lá. Ele foi lá na mama.</i>
Ela	A23 – 2;10;5	<i>Ela colô na parede.</i>
Tu	Não registrada	-----
Eles	Não registrada	-----
Nós	Não registrada	-----
Elas	Não registrada	-----

Tabela 5 – O Caso Acusativo para João

Pronome	Primeira ocorrência	Situação
Me	A11 – 2;0:26	<i>Tem. Me dá.</i>
Te	Não registrada	-----
Ele	Não registrada	-----
Ela	Não registrada	-----
Nos	Não registrada	-----
Elas	Não registrada	-----
Nos	Não registrada	-----

Tabela 6 – O Caso Oblíquo para João

Pronome	Primeira ocorrência	Situação
Ele	Não registrada	-----
Ela	Não registrada	-----
Mim	Não registrada	-----
Ti	Não registrada	-----
Eles	Não registrada	-----
Elas	Não registrada	-----
Nós	Não registrada	-----

5.4 A TERCEIRA CRIANÇA – RAFAEL

Rafael não fala tanto quanto Tati, mas suas construções são bem mais precoces e mais avançadas que as da menina. Ele tem um irmão um ano mais velho com quem interage de forma complexa desde o início das gravações. Já no A2 do menino, percebe-se a presença do pronome de primeira pessoa em uma fala direcionada à mãe. Abaixo, algumas das principais pronúncias do *eu*:

103a Mãe, eu quero. (A2 - 1;7:12)

103b Eu vô fazê uma ambulância. (A2 - 1;7:28)

103c Deixa eu vê. (A4 - 1;8:22)

103d Eu quero. (A5 - 1;9:16)

103e Eu vô botá aqui dentro. (A6- 1;10:6)

103f Eu que peguei. (A6 - 1;10:6)

103g Eu botei no lixo. (A6 - 1;10:6)

103h Vai fazê uma caminha pra gente porque eu não consigo fazê. (A6 - 1;10:6)

Pode-se perceber que Rafael já utiliza corretamente a flexão verbal para a primeira pessoa. O uso do pronome pessoal torna-se freqüente no A6, gravado aos 1;10:6.

O segundo pronome nominativo a aparecer na fala do menino é o de terceira pessoa masculino:

104a Ele. (A3 - 1;7:28)

104b Pra ele ficá quieto. (A5 - 1;9:16)

104c Ele é mau. Ele pega. (A6 - 1;10:6)

104d Ele vai tomá banho. (A7 - 1;10:24)

E logo já aparece o nominativo de segunda pessoa:

105a Acordô nenê. Tu acordô o nenê. (A4 - 1;8:22)

105b Tu vai jogá. (A6 - 1;10:6)

105c Tu faz assim. (A7 - 1;10:24)

105d Tu não, mãe! (A9 - 2;0:5)

O próximo pronome a apontar na fala de Rafael é o acusativo *me*. Conforme ocorre para as duas outras crianças estudadas, este pronome aparece normalmente acompanhado do mesmo verbo no imperativo: *dá*. Abaixo, algumas aparições do pronome:

106a Me dá esse pente aí. (A5 - 1;9:16)

106b Me dá o nenê, mãe? (A8 - 1;11:9)

106c Mãe, me leva! (A12 - 2;2:4)

106d Me dá o açúcar. (A14 - 2;3:12)

Fora de construções imperativas, o pronome aparece mais tarde:

107a Ele vai me prendê. (A15 - 2;3:26)

107b Foi ele que me deu um. (A15 - 2;3:26)

107c Tu não me deu mamá. (A16 - 2;5:0)

O acusativo de segunda pessoa também aparece:

108a Te senta aqui. (A7 - 1;10:24)

108b Eu não vô te dá isso. (A25 - 2;10:2)

108c Eu te dô, tá bom, Juju? Cadê o petinho que eu te dei? (A26 - 2;11:0)

Para Rafael, até pronomes do Caso oblíquo apareceram. E bem antes dos 3 anos:

- 109a Pra ti. (A5 – 1;9:16)
- 109b Agora dá comida pra ele. (A7 – 1;10:24)
- 109c Tem um lugarzinho pra ele, mãe? Olha! (A7 – 1;10:24)
- 109d O lobo ta aqui. Eu vô abri pra ele. (A7 – 1;10:24)
- 109e Abre pra mim, mãe? (A12 – 2;2:4)
- 109f Faz em mim! (A14 – 2;3:12)
- 109g Tem um pra mim? Olha pra mim! (A17 – 2;5:24)
- 109h Eu vô pegá uma comida pra nós. (A22 – 2;8:21)
- 109i Agora eu vô fazê pra ti, tá? (A22 – 2;8:21)
- 109j Ó. É pra ti. Tudo é pra ti. (A23 – 2;9:5)

A terceira pessoa masculina aparece antes de feminina para Rafael. O menino já havia pronunciado o pronome *ele* em posição nominativa, acusativa e até oblíqua quando pronuncia pela primeira vez a forma nominativa feminina. Abaixo, as primeiras aparições do nominativo feminino singular:

- 110a Ela come tudo. (A11 - 2;1:19)
- 110b Ela! Ela é. (A13 – 2;2:22)
- 110c Ela qué sentá pra brincá comigo. (A16 – 2;5;0)
- 110d Ela tá pelada. (A17 – 2;5:24)

A forma acusativa feminina *ela* aparece mais tarde ainda:

- 111a Me dá ela, mãe. (A16 – 2;5;0)
- 111b Eu vô pegá ela. (A16 – 2;5;0)

Para o Caso oblíquo, este pronome não foi encontrado.

A aquisição do Caso para as formas pronominais plurais parece seguir uma ordem de aparição similar às singulares: começando pela primeira pessoa, logo a masculina nominativa; depois a acusativa e a oblíqua, e, finalmente, a feminina. Para Rafael, assim como para as duas outras crianças estudadas, o pronome feminino plural não chegou a ser registrado para nenhum dos Casos, assim como também não apareceu a forma acusativa de primeira pessoa plural *nos*, dando pistas de que a aquisição dessas formas só seja finalizada após os 3 anos, momento em que pararam as gravações do *corpus* Issler.

As aparições plurais nominativas na fala de Rafael são as seguintes:

112a Mãe, nós dois pegamo. (A10 – 2;0:28)

112b Vamo nós três. (A17 – 2;5:24)

112c Eles vão tudo preso. (A20 – 2;7:9)

112d Mas é que senão eles vão fugí. (A20 – 2;7:9)

A única acusativa:

113 Vô colocá eles na banheira. (A21 – 2;7:24)

E a oblíqua, retomando 109h:

114 Eu vô pegá uma comida pra nós. (A22 – 2;8:21)

Os erros registrados na fala precoce de Rafael são os seguintes:

115a Qué vê eu, mãe? (A15 - 2;3:26)

115b É só um pouco pra tu. (A24 – 2;9:19)

115c Cadê lobo mau pra mim botá aqui? (A18 – 2;6:6)

115d O lobo vai pegá tu. (A25 – 2;10:2)

115e Depois tu tira isso pra mim fazê isso. (A25 – 2;10:2)

Em 115a, o menino utiliza o Caso nominativo ao invés de corretamente licenciar o NP pronominal com o acusativo *me*, anteposto ao verbo *ver*. Em 115, o erro é um licenciamento nominativo no lugar do oblíquo – *tu* ao invés de *ti*. Em 115c e 115e, é percebido um problema de atribuição de Caso ao sujeito da segunda oração¹⁹, oblíquo no lugar de nominativo – *mim* no lugar de *eu*. 115d evidencia um erro de licenciamento em que o nominativo *tu* é utilizado pelo acusativo *te*, anteposto ao verbo; um erro do mesmo tipo de 115a.

As sentenças mais complexas, aqui consideradas aquelas que apresentam mais de uma oração com a pronúncia de elementos de CP, aparecem desde o início nos dados de Rafael, principalmente as do tipo *WH*²⁰. Exemplos:

116a Onde é que tá esse pente? (A5 – 1;9:16)

116b Olha aqui que... ói que a minha mãe achô. (A6 – 1;10:6)

116c Vai fazê uma caminha pra gente porque eu não consigo fazê. (A6 – 1;10:6)

116d Cadê uma cabaninha pro nenê que ele não qué ficá aqui? (A7 – 1;10:24)

116e Quem é o porco? (A11 – 2;1:19)

116f A porca tem que se escondê, seu bobão. (A11 – 2;1:19)

116g Abre essa porta que eu quero entrá. (A13 – 2;2:22)

116h Foi a barata que arranhô a minha bota. (A17 – 2;5:24)

Assim como foi percebido na fala das duas outras crianças, houve um comportamento sintático diferente com o verbo *cair*. Da mesma forma que os outros dois, Rafael executa algumas inversões, colocando o sujeito após o verbo. Como abaixo:

¹⁹ Na fala coloquial do adulto, é comum esse tipo de atribuição Casual, que Miotto, Silva e Lopes (2007) chamam ECM (Ver seção 2.5).

²⁰ Ou *QU*, como preferem alguns autores; são sentenças que contém palavras como *que, quem, qual, onde*; do inglês: *what, who, which, where*.

117 Caiu a colher no chão. (A7 – 1;10:24)

O comportamento de Rafael, registrado quando em contato com o espelho, é um pouco diferente do de Tati e João. Mesmo após parecer ter fixado o uso do nominativo *eu*, visto que já o utiliza com frequência, o menino volta a falar de si mesmo utilizando a terceira pessoa:

118a Mãe: Quem é esse, Rafa?

Rafael: Eu. (A14 – 2;3:12)

118b Mãe: Olha aqui. Quem é?

Rafael: É o Rafinha. (A19 – 2;6:26)

118c O Rafa tá aqui, mãe. A Juju e o Rafinha. (mostra na fotografia) (A20 – 2;7:9)

As primeiras aparições pronominais para cada Caso na fala de Rafael encontram-se resumidas nos quadros abaixo:

Tabela 7 – O Caso Nominativo para Rafael

Pronome	Primeira ocorrência	Situação
Eu	A2 – 1;7:12	<i>Mãe, eu quero.</i>
Ele	A3 – 1;7:28	<i>Ele.</i>
Tu	A4 – 1;8:22	<i>Acordô nenê. Tu acordô o nenê.</i>
Nós	A10 – 2;0:28	<i>Mãe, nós dois pegamo.</i>
Ela	A11 – 2;1:19	<i>Ela come tudo.</i>
Eles	A20 – 2;7:9	<i>Eles vão tudo preso.</i>
Elas	Não registrada	-----

Tabela 8 – O Caso Acusativo para Rafael

Pronome	Primeira ocorrência	Situação
Me	A5 – 1;9:16	<i>Me dá esse pente aí.</i>
Te	A7 – 1;10:24	<i>Te senta aqui.</i>
Ele	A8 – 1;11:9	<i>Mãe, bota ele sentado.</i>
Ela	A16 – 2;5:0	<i>Me dá ela, mãe. Dá ela pra mim.</i>
Eles	A21 – 2;7:24	<i>Vô colocá eles na banheira.</i>
Elas	Não registrada	-----
Nos	Não registrada	-----

Tabela 9 – O Caso Oblíquo para Rafael

Pronome	Primeira ocorrência	Situação
Ti	A5 – 1;9:16	<i>Pra ti.</i>
Ele	A7 – 1;10:24	<i>Agora dá comida pra ele.</i>
Mim	A12 – 2;2:22	<i>Abre pra mim, mãe?</i>
Nós	A22 – 2;8:21	<i>Eu vô pegá uma comida pra nós.</i>
Ela	Não registrada	-----
Eles	Não registrada	-----
Elas	Não registrada	-----

Embora não se tenha percebido uma produção de erros na atribuição de Caso como acontece para crianças de língua inglesa, foi verificada, através da produção pronominal, a trajetória do licenciamento dos NPs dos 1;7 aos 3 primeiros anos de vida e também a situação das categorias frasais em cada momento dessa primeira etapa do desenvolvimento.

6 ANÁLISES E DISCUSSÕES

As três crianças selecionadas para este estudo foram submetidas a gravações quando tinham entre 1;7 e 3 anos de idade, aproximadamente, e o período de gravações e entre gravações é praticamente o mesmo. Os achados, no entanto, revelam uma imensa diferença na evolução da linguagem para cada criança. Embora se tenha percebido que os três passam pelos mesmos processos e que a ordem de aquisição dos pronomes e dos Casos é praticamente a mesma, há uma diferença de até um ano entre a manifestação de um estágio para uma criança e para outra. O primeiro pronome nominativo na fala de Rafael, por exemplo, aparece aos 1;7:12 enquanto que para João o primeiro nominativo só aparece aos 2;7:23. Por consequência, ao mesmo tempo em que não se conseguiu registrar a fala precoce de Rafael, que já em seu A2 pronuncia *eu* e em seu A3 pronuncia *ele*, os pronomes acusativos e oblíquos não chegaram a ser registrados na linguagem de João, que em seu A23 pronunciava recém seu terceiro nominativo *ela* e no último arquivo, aos 3;0:29, não havia pronunciado ainda a segunda pessoa do singular. De qualquer forma os dados das três crianças foram muito bem aproveitados, pois, enquanto Tati e João forneceram dados bem iniciais para este estudo, Rafael brindou-nos com boas amostragens de erros para análise na sua fala avançada.

As análises dos dados de Tati, João e Rafael serão desenvolvidas em duas seções, sob dois pontos de vista. Na primeira parte, procurar-se-á dar respostas com os dados brasileiros ao estudo feito para o inglês por Schütze e Wexler (1996). Os autores encontraram erros na marcação do Caso do sujeito em crianças falantes de inglês e afirmam estarem esses erros relacionados à ausência de flexão verbal na fala infantil, ao período dos infinitivos opcionais (*OI Stage*, WEXLER, 1994) (Ver seção 4.1). Será discutida a presença ou não de estágio similar no português do Brasil, bem como serão analisados os erros de licenciamento de Caso e de flexão verbal pelas três crianças do *Corpus* Issler. Na segunda parte, será lançado um olhar às categorias frasais e ao ritmo de aquisição dessas categorias pelas crianças brasileiras, como Vainikka (1994) fez para o inglês. A autora, em sua concepção continuísta fraca para aquisição da linguagem, acredita que as categorias sintagmáticas são adquiridas pouco a pouco, começando pela VP, depois o IP, e, só mais tarde suas possibilidades se complementam com o CP (Ver seção 4.2).

6.1 NA RELAÇÃO CASO E FLEXÃO

A principal e abismal diferença entre os dados de Schütze e Wexler (1996) da língua inglesa e os achados do português do Brasil neste estudo é a característica do padrão de erro na marcação do Caso. Enquanto que para as crianças falantes de inglês todos os erros estão no licenciamento do Caso dos sujeitos de orações principais, as três crianças brasileiras não produziram nenhum erro nesta posição. Com base nos achados mais substanciais do estudo dos dois autores, pode-se entender que a explicação para a disparidade seja o Caso *default* de cada língua: em inglês, o acusativo e, em português, o nominativo. Esta afirmação também é feita em Kato (2001, p. 106) que chama o pronome no Caso *default* de pronome forte, e é corroborada por esta pesquisa quando as crianças são confrontadas com o espelho. Em algum momento depois da aquisição do pronome de primeira pessoa, as três crianças estudadas pronunciaram a forma nominativa (*eu*) ao se reconhecerem, enquanto que as crianças falantes de língua inglesa produzem a forma acusativa (*me*). Ao constatar que o nominativo é o Caso *default* da língua portuguesa, fica fácil entender que nesta língua os pronomes da posição sujeito de orações principais apareçam sempre marcados com o nominativo, visto que, em língua inglesa, as formas pronominais nominativas são formas fracas, e, talvez por isso, não se imponham sempre naquela posição preenchendo o espaço com a forma pronominal forte acusativa e, para algumas crianças, também com a forma genitiva.

Antes da aquisição do pronome singular de primeira pessoa, as crianças brasileiras diziam seus próprios nomes no lugar deste quando se viam no espelho, evidenciando estarem ainda em um momento de unipessoalidade, que precede a configuração do parâmetro *pro-drop* de sua língua. A primeira fase na aquisição dos pronomes é caracterizada pela ausência do parâmetro *pro-drop*, segundo Kato (2001, p. 109). As crianças nessa fase ainda não sabem se sua língua tem configuração [+*pro-drop*] pluripessoal, como o português, ou [-*pro-drop*] pluripessoal, como o inglês, ou ainda [+*pro-drop*] unipessoal, como o japonês. No sistema unipessoal, os pronomes têm natureza nominal, são formas de tratamento, por isso há oito diferentes formas para a primeira pessoa singular em japonês. Para a autora, a fase em que as crianças dizem seu próprio nome no espelho ao invés de se reconhecerem como *eu* confirma essa teoria de que todo sistema pronominal começa com a unipessoalidade.

Na fase anterior à aparição dos pronomes, Tati e João utilizam a flexão de terceira pessoa para falarem deles mesmos, o que pode ser uma confirmação dessa unipessoalidade. Quando utilizam *qué* para *quero*, ou *não sabe* para *não sei* podem, na verdade, estar falando

deles mesmos enquanto terceira pessoa: (*Tati*)*qué* e (*João*)*não sabe*. A fala facilitadora dos pais, a chamada *baby talk*, pode ser uma das incentivadoras desse sistema unipessoal infantil, visto que essa fala tem a característica bem marcante da unipessoalidade.

Ainda antes da aparição do pronome de primeira pessoa, o verbo ganha marcas flexionais de primeira pessoa, como foi verificado para Tati e João²¹. Eles começam, aos poucos, a introduzir em suas falas construções como *quero*, *caí* e *achei*. E, quando o pronome surge, ele já encontra um verbo que conhece a flexão adequada. Nessa etapa, as crianças intercalam o uso do verbo flexionado corretamente para primeira pessoa com o verbo ainda em terceira pessoa para falar deles mesmos. Esse período por que passaram as crianças brasileiras pode ser considerado o equivalente ao período *OI* (dos infinitivos pessoais) da língua inglesa. Como na fala das crianças brasileiras os verbos não aparecem no infinitivo, a não ser em construções perifrásticas, mas sim em terceira pessoa, não se pode afirmar que as crianças falantes de português do Brasil passem pelo estágio *OI*.

Um período análogo ao dos infinitivos que acontece no inglês é investigado para as línguas românicas por Salustri e Hyams (2006). As autoras investigam algumas línguas de sujeito nulo (espanhol, catalão, esloveno e húngaro e reapresentam dados do italiano, analisado em trabalho anterior) defendendo uma hipótese chamada *Imperative Analogue Hypothesis (IAH)*. De acordo com o estudo, o imperativo é o análogo do infinitivo para essas línguas; assim, segundo as autoras, esse é um estágio que acontece para as línguas românicas assim como o *OI Stage* acontece para as línguas inglesa, alemã e holandesa. Entretanto, com base nos dados da pesquisa com as crianças brasileiras, pode-se afirmar com segurança que o período dos imperativos não é, para o português do Brasil, o análogo do período dos *OIs* da língua inglesa. Imperativos são realmente bastante utilizados por Tati e João e até mesmo por Rafael em sua fala avançada; no entanto, eles aparecem desde muito cedo e são empregados corretamente; o que não se pode dizer dos infinitivos pessoais do inglês na sua adequação à sintaxe. Ao passo que os imperativos são a primeira forma verbal na fala infantil, atuando já na fase em que as crianças só pronunciam uma palavra por enunciado, os infinitivos aparecem acompanhando sujeitos no inglês. De acordo com a pesquisa aqui relatada, equivalente ao uso de *OIs* em inglês é o uso da terceira pessoa no português brasileiro, seja no presente ou no passado. Quando o verbo não concorda com o sujeito na fala das crianças brasileiras é porque ele está flexionado em terceira pessoa e o sujeito é de primeira. Em inglês, quando o verbo não concorda com o sujeito, ele está no infinitivo pessoal.

²¹ A terceira criança, Rafael, já estava em fase mais avançada de aquisição quando as gravações começaram (embora tivesse a mesma idade das outras duas crianças) e por isso não é citada nessa fase das discussões.

Em alguns dos momentos em que crianças falantes de inglês utilizam verbos infinitivos, elas erram o licenciamento do NP-sujeito de orações principais, aplicando acusativo ou genitivo no lugar do nominativo. Além da teoria de Casos *default* diferentes para as duas línguas, o que não dá conta dos sujeitos genitivos do inglês, também é possível que não ocorram erros de marcação do sujeito de orações principais em português por ser esta uma língua [+pro-drop]. Por muito tempo, Tati e João não empregam sujeitos explícitos em suas orações e esse período coincidentemente ocorre quando as crianças mais têm problemas para utilizar a flexão de primeira pessoa no verbo. As crianças não têm noção pluripessoal e utilizam a terceira pessoa como uma forma verbal *default* de sua língua: não sabem qual flexão usar, então usam a de terceira pessoa; não conhecem pronomes, então não utilizam pronome algum. Assim como Schütze e Wexler (1996) relacionaram os verbos no infinitivo ao erro no licenciamento dos NPs em posição subjetiva, também se pode colocar em paralelo o uso de terceira pessoa verbal por primeira e o sujeito nulo. Em apoio a essa relação, está o fato de que quando as crianças pronunciam o pronome nominativo de primeira pessoa, elas já utilizam a flexão verbal em primeira pessoa na maioria das vezes: quando sabem usar o pronome de primeira pessoa, já sabem flexionar em primeira pessoa. João passa por um período em que repete a flexão de terceira pessoa junto ao pronome explícito de primeira (Ver 98c, 98d, 98e, 98f, p. 83); no entanto, essas confusões só manifestam um período de adaptação, visto que em momento anterior o menino já utilizou o pronome com o verbo corretamente flexionado. Assim, conclui-se que os pronomes só são adquiridos quando os verbos infantis já conhecem a flexão adequada, mesmo que algumas crianças passem pelo período de terceira pessoa opcional.

O pronome singular nominativo de segunda pessoa *tu* aparece depois de outros nominativos singulares. No entanto, a flexão que o acompanha em todas as ocorrências é a de terceira pessoa. Este dado poderia ir de encontro à idéia de que as crianças já conhecem as flexões verbais para os pronomes que utilizam não fosse a regularidade dessa ocorrência na linguagem coloquial do adulto. O pronome *tu* na fala cotidiana gera a mesma conjugação para o verbo que seu pronome sinônimo *você*. Assim, por ser dessa natureza o *input* que a criança recebe, não se poderia exigir dela uma conjugação verbal de segunda pessoa.

Embora a marcação Casual na posição sujeito da oração principal passe livre de erros na aquisição do português do Brasil, em contraste com o inglês, foram encontrados alguns erros de marcação de Caso em outras posições. Alguns desses erros estão na posição objeto, como prevê Schütze e Wexler (1996, p. 671), outros dentro de PPs, e outros estão no sujeito

da oração subordinada. Os erros não são numerosos, o que possibilita uma análise integral. Para Tati há apenas uma situação de erro (90a, repetida abaixo como 119):

119 Eu também. Eu quero o teu bolo, Pateta. Pra eu também. (A17 – 2;4;29)

O problema do licenciamento acima ocorre devido à não aquisição do pronome oblíquo *mim*, que só vem a aparecer pela primeira vez no A21, três meses mais tarde. A menina, mesmo já tendo adquirido um outro pronome de primeira pessoa, o do Caso acusativo *me*, recorre ao pronome forte, o *default* de sua língua para preencher a posição de receptor do Caso atribuído pelo núcleo de PP, a preposição *para*.

Para João, não foram encontrados registros de erros, principalmente porque, no momento em que as gravações cessaram, o menino ainda não havia sequer completado o quadro pronominal nominativo. Já para Rafael, cuja grade pronominal já contava com 6 nominativos, 5 acusativos e 4 oblíquos, alguns erros foram registrados (115a – e, repetidos a partir de 120):

120 Qué vê eu, mãe? (A15- 2;3:26)

trata-se de um erro no objeto, que é marcado com o nominativo ao invés do acusativo. O verbo transitivo deve licenciar NPs objetos com acusativo. Novamente, o Caso *default* assume a posição em um momento em que a aquisição do acusativo *me* não está completa. Até este A15, o *me* só havia aparecido com verbos no imperativo, como se viu em 106a-d (p. 78). É somente no A15 que o acusativo começa a figurar com verbos no infinitivo e indicativo (Ver seção 5.4, p. 78). Abaixo, é apresentado um erro similar ao de Tati:

121 É só um pouco pra tu. (A24 – 2;9:19)

O problema de licenciamento registrado em 121 é de nominativo por oblíquo. A preposição dá Caso oblíquo ao seu NP complemento, mas, mais uma vez é o *default* nominativo que assume o posto. A versão correta *pra ti* já havia aparecido na fala de Rafael, mas apenas três vezes: a primeira no A5 e a segunda e terceira somente um ano depois, nos A22 e A23.

O terceiro erro de Caso a despontar na fala do menino acontece no sujeito de uma oração subordinada e exige explicações mais detalhadas, visto que agora não é o nominativo *default* que figura no lugar de outro Caso, mas uma ocorrência de oblíquo no lugar do nominativo, que seria o correto para a posição:

122 Cadê lobo mau pra mim botá aqui? (A18- 2;6:6)

Em termos de licenciamento, claramente se entende o que fez a gramática da criança: a preposição atribuiu Caso oblíquo para o NP que a segue. Em outras línguas, como o inglês, esta atribuição de Caso seria aceita e classificada como *ECM* (Ver seções 2.5, p. 23 e 4.1, p. 39 para uma revisão). Em português, no entanto, se reconhece a presença do traço [+Agr] no verbo botar, o que é o suficiente para licenciar seu sujeito com o nominativo *eu*. Alguns autores, como Miotto, Silva e Lopes (2007, p. 186), reconhecem a ocorrência desse tipo de *ECM* de 122 em língua portuguesa como gramatical. A mesma situação acontece em 123:

123 Depois tu tira isso pra mim fazê isso. (A25 – 2;10:2)

Aqui o menino licencia corretamente com o nominativo o primeiro NP, *tu*, e, para o segundo, considera a preposição como licenciadora: mais uma *ECM*. A norma dita que o correto é: *...pra eu fazer isso*.

O próximo erro de Rafael está no mesmo arquivo, mas é similar a 120 e 121, em que o nominativo entra no lugar de outro Caso que não está ainda bem firmado pelo uso infantil:

124 O lobo vai pegá tu. (A25- 2;10:2)

Desta vez, o nominativo *tu* toma o lugar do acusativo *te*, que deveria vir anteposto ao verbo na fala do menino. Trata-se, mais uma vez, da atuação do Caso *default* em um terreno inseguro para a criança: o pronome acusativo de segunda pessoa singular aparece apenas duas vezes até essa idade, com uma distância temporal de um ano: uma no A7, aos 1;10:24 e depois só no A25, aos 2;10:2. Em análises de dados cotidianos, foi verificado em falas de outras crianças o mesmo padrão de erro de Rafael, como quando Pedro, de 2;6, proferiu *Mãe, deixa eu fazer massagem em tu*.

Os erros encontrados nesta pesquisa que envolvem troca de um Caso por outro seguem um padrão: desconsiderada a *ECM*, que acontece na fala de muitos adultos também, os poucos desvios registrados estão no pronome objeto e no NP pronominal interno ao PP, sendo que, nas duas situações, os NP pronominais do acusativo e do oblíquo são substituídos por pronomes nominativos. Sendo o padrão de erro na aquisição do Caso no português brasileiro diferente do padrão registrado na aquisição do inglês por Schütze e Wexler (1996), a explicação exigida também é diferente. Os autores encontraram relação entre o erro de Caso e a flexão porque o traço [+Agr] é o responsável pela atribuição do Caso ao sujeito de uma sentença e a ausência deste traço em um infinitivo por vezes gera um Caso defectivo no sujeito da fala infantil, como o acusativo ou o genitivo. Os erros encontrados no português, por sua vez, são mais facilmente explicados porque: 1) não há erro no sujeito da oração principal, apenas Casos explicáveis de *ECM* em orações secundárias; e 2) os erros encontrados são em NPs cujo Caso é gerado por núcleos lexicais, visivelmente presentes nas orações.

A buscada relação entre Caso e flexão foi constatada somente no sentido de que no momento da fala infantil onde mais há problemas de flexão – a de terceira pessoa usada no lugar da de primeira, o sujeito não é explícito. Verificou-se uma antecendência da aquisição da flexão correta de primeira pessoa à aparição do pronome nominativo de primeira pessoa: a criança aprende a flexionar o verbo para um *eu* implícito e só após esta etapa e alguns usos do verbo flexionado na configuração [+pro-drop] para primeira pessoa é que o pronome *eu* aparece na fala das crianças. Mesmo havendo alguns registros de flexão de terceira pessoa com sujeito explícito de primeira (Ver 98d, 98e, 98f, p. 83), eles só refletem um período de instabilidade da aquisição, visto que acontecem após a criança já ter flexionado o verbo em primeira pessoa em algum momento prévio a tais registros.

Verificou-se que o *OI stage*, de Wexler (1994), em que infinitivos figuram de forma opcional em orações finitas, não acontece na aquisição do português do Brasil. A busca de um

estágio análogo para as línguas [+pro-drop] avançou com a constatação, baseada nos dados desta pesquisa, de que o período em que a criança emprega a flexão de terceira pessoa como uma flexão *default* é o equivalente ao *OI Stage* na língua portuguesa do Brasil. Da mesma forma que Schütze e Wexler (1996) constataram que o problema dos *OIs* estava no traço [Agr] e não no traço [tense], esta pesquisa constata que a concordância verbal de pessoa e não a de tempo é a que carregada a característica *default* flexional; isto é confirmado pelo fato de que João utiliza o passado da terceira pessoa para falar de ações passadas de primeira pessoa, ainda na fase de sujeito nulo (Ver 93b, 93c, p. 82).

O principal objetivo desta etapa de análises e discussões, que era a réplica qualitativa do estudo de Schütze e Wexler (1996) na relação entre Caso e flexão, foi atingido. Após a verificação de não-ocorrência de erros na posição sujeito de orações principais, se buscou explicar a aquisição dos pronomes nominativos de primeira pessoa com atenção ao comportamento flexional do verbo, o que ajudou na compreensão de um estágio análogo ao *OI Stage* por que passam as crianças adquirindo o português do Brasil. De suma importância foi também a análise dos erros de licenciamento do Caso cometidos pelas crianças brasileiras, que possibilitou o delineio de um padrão para a tipologia e a posição dos erros na marcação Casual durante a aquisição do português do Brasil.

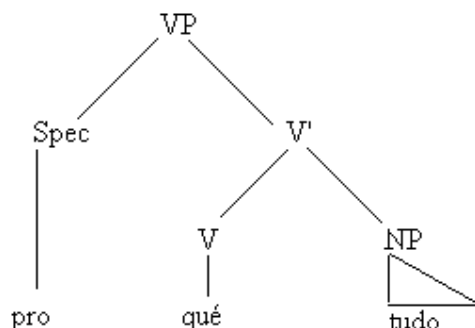
A seguir, é apresentada uma análise dos dados das três crianças do *Corpus Issler* sob a perspectiva da hipótese de aquisição gradual de categorias frasais de Vainikka (1994). A aquisição do Caso, segundo a autora, acontece subordinada à disponibilidade de determinadas categorias lexicais e funcionais na gramática infantil.

6.2 NA RELAÇÃO CASO E CATEGORIAS FRASAIS

Os dados analisados por Vainikka (1994) também são compostos por produções de crianças falantes nativas de inglês. Nina, uma dessas crianças, inclusive, é analisada também na pesquisa de Schütze e Wexler (1996). O que difere substancialmente os dois estudos é o foco hipotético sobre a aquisição do Caso. Para Vainikka (1994), as crianças iniciam sua interação verbal dentro das possibilidades de uma categoria lexical VP. Embora essa teoria tenha sido desenvolvida com base na análise de dados de língua inglesa, quando o olhar é voltado para a aquisição de uma língua [+pro-drop], como o português, ela ganha força. Isto porque já foi mostrado que as crianças brasileiras começam a se expressar no nível de uma só

palavra, e, quando o verbo aparece, ele se mostra também solitário, sem um sujeito explícito. Sem aparição do sujeito fica mais fácil afirmar que a categoria IP não esteja disponível para a criança, visto que não há uma clara elevação de sujeito para essa posição (*Subject raising*). Abaixo, uma fala de Tati é arborizada segundo sugere a teoria de Vainikka (1994), dentro da categoria VP:

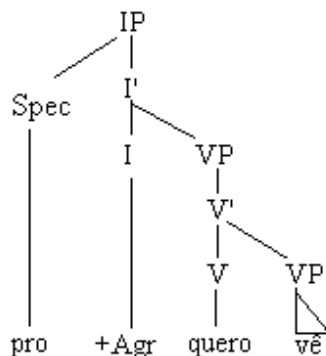
125



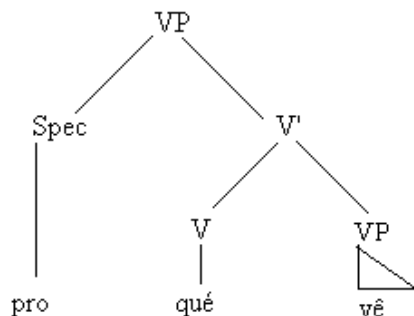
Em língua inglesa, o verbo apareceria no infinitivo, o que seria justificado pelo fato de que a flexão é matéria para preencher I, já na categoria funcional IP. A defesa que aqui se apresenta para sustentação da teoria de aquisição gradual é que a terceira pessoa em português é uma flexão *default*, usada pelas crianças em qualquer situação durante determinado estágio. No caso da fala acima, Tati pronunciou *Qué tudo* para expressar desejos próprios, quando deveria dizer *Quero tudo*. Assim, pode-se perceber que o uso da flexão *default* não exige a elevação do sujeito para *Spec* de IP, pois a noção flexional da criança está vazia, não tendo sido ainda adquirida, de acordo com a visão continuísta fraca de Vainikka (1994).

O caráter “opcional” mencionado por Wexler (1994) na definição do estágio *OI* (*Optional Infinitives* = Infinitivos Opcionais) pode ser transposto para o estágio análogo de flexão em terceira pessoa, que se verificou para o português do Brasil nesta pesquisa. Isto porque, até um certo momento, as crianças alternam entre o período VP, como se mostrou em 125, e o despontar do período IP. A criança parece ensaiar as novas flexões de primeira pessoa e as intercala com o uso *default*. Os dados de Tati evidenciam o ensaio: em um mesmo arquivo, no A6, ela utiliza flexões diferentes para o mesmo verbo, praticamente no mesmo enunciado (Ver seção 5.2, p. 64). A seguir, as árvores que explicitam a categorização alternante:

126a



126b



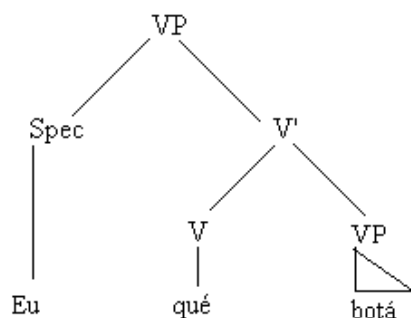
As duas árvores em 126 representam sentenças pronunciadas em seqüência no A6 de Tati. Enquanto 126a apresenta a flexão verbal em primeira pessoa, adequada à intenção verbal da menina no momento, 126b traz novamente a flexão *default*. Apesar de não haver sujeito explícito nas duas sentenças, a representação do sujeito exigida pelo Princípio da Projeção Alargado *pro* é elevada à posição de *Spec* do IP em 126a, dada a presença da flexão I, mas permanece como *Spec* de VP em 126b.

O primeiro pronome nominativo a aparecer na fala de Tati poderia retratar a primeira manifestação do Filtro de Caso, mas não necessariamente determinar o início da aquisição da categoria IP, como defendeu Vainikka (1994). Em língua inglesa, a flexão verbal de primeira pessoa tem morfema zero, ou seja, ela tem a mesma representação fonética que o verbo no infinitivo, o que não acontece na língua portuguesa. Quando as crianças brasileiras produzem a flexão de primeira pessoa na morfologia verbal, mesmo sem o sujeito explícito, isso já é suficiente para se perceber a presença de I, enquanto que as crianças falantes de inglês só dão pista de que pronunciam verbos com I quando esse I licencia corretamente seus NPs sujeitos

com o nominativo. Assim, ao que parece, a explicação para os sujeitos não-nominativos da língua inglesa pode ser baseada na idéia da aquisição tardia da categoria IP; no entanto, com a aquisição do Caso nominativo em língua portuguesa, a teoria de Vainikka (1994) parece, a princípio, não ter qualquer relação, dado que o Caso *default* em português é o nominativo e a presença de um *eu* no sujeito não basta como garantia de que a posição de *Spec* de IP esteja preenchida.

João, em seu processo transitório entre o estágio VP e a aquisição de IP, produz sentenças que contêm sujeito pronominal explícito de primeira pessoa e, ainda assim, utilizam a flexão *default* de terceira pessoa. O modelo arbóreo para tais ocorrências, por conseguinte, é assim:

127



O caráter *default* da flexão verbal por si só já evidencia a ausência de I e justifica a projeção da sentença dentro da categoria VP. Se não há I, quem então atribui o Caso nominativo ao sujeito? Dentro do sintagma verbal só há uma possibilidade de licenciamento: o núcleo lexical V marca com Caso o seu NP complemento; mas, como aqui o complemento de V não é um NP, não há atribuição lexical de Caso. O NP aparente em 127 é o *Spec* do VP e, como não há atribuidor de Caso para ele, devido à ausência de I, conclui-se que o sujeito *eu* recebe o Caso *default*. Então, se o pronome forte do português não tivesse formato nominativo, a posição sujeito de 127 poderia estar preenchida com qualquer outro pronome de primeira pessoa, de qualquer Caso que fosse o forte.

Vainikka (1994) afirma, baseada no sistema de atribuição de Caso genitivo da língua inglesa²², que o núcleo lexical V também pode ter a propriedade de licenciar seus NPs *Spec*

²² O genitivo é atribuído ao pronome *Spec* de NP, como em *my house*. O núcleo lexical *house* licencia, com o genitivo, seu *Spec*, *my*.

(Ver seção 4.2, p. 50). Esta pesquisa, no entanto, não corrobora com esse tipo de licenciamento, visto que aqui são assumidas as regras de atribuição descritas em Haegeman (2006), Miotto, Silva e Lopes (2000) e Raposo (1992). De acordo com os autores estudados, cada elemento, seja funcional ou lexical, só pode atribuir Caso a um NP. Na visão de Vainikka (1994), na sentença *my make a house*, o núcleo V atribuiria Caso ao *Spec* de VP *my* e ao NP *a house*. De acordo com o estudo aqui relatado, o núcleo de VP, V, só poderia atribuir Caso ao seu argumento interno *a house*, ficando o licenciamento do NP argumento externo a cargo de peculiaridades de cada língua. No português brasileiro, verificou-se, através da análise dos dados de Tati e João, que o Caso dado pela gramática infantil ao argumento externo de um verbo com flexão *default*, é um Caso também *Default*, que para esta língua é, oportunamente, o nominativo.

A flexão *default* do português passaria despercebida não fosse seu contraste com o sujeito, implícito ou não, de primeira pessoa. Isso porque, ainda antes da aquisição completa de pronomes e da estabilização da flexão verbal coerente com a posição I, as três crianças analisadas apresentaram comportamentos sintáticos afins e corretos com verbos em terceira pessoa, como algumas inversões da ordem SV²³ para VS. Assim:

128a Caiu au-au. (Tati – 1;9:13)

128b Caiu um paixão²⁴. (João – 2;8:18)

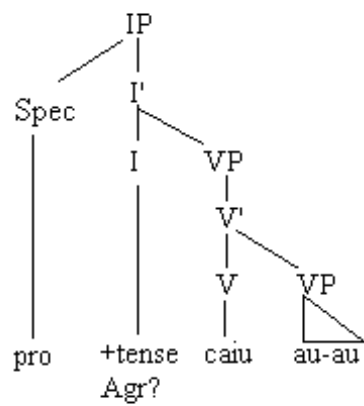
128c Caiu a colher no chão. (Rafael – 1;10:24)

A princípio, poderia se pensar que o verbo está assim flexionado porque o sujeito posposto a ele é um sujeito de terceira pessoa. No entanto, ao se considerar a estrutura arbórea, nota-se que, apesar de não haver elevação do sujeito para a posição de *Spec*, já há marca flexional que caracteriza a presença de um traço característico de I, de [+tense]. As sentenças em 128 são, portanto, já distribuídas em uma projeção IP:

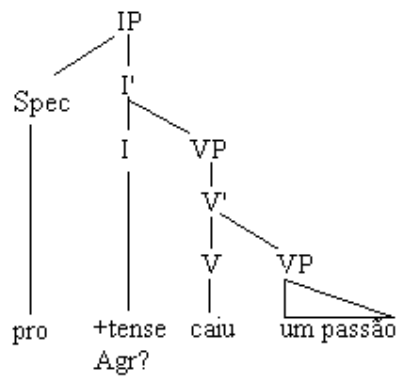
²³ Sujeito – Verbo.

²⁴ Não se conseguiu captar o sentido de *um paixão*. Mas, como a análise pretendida é sintática e *um paixão* é claramente um NP, validou-se o exemplo.

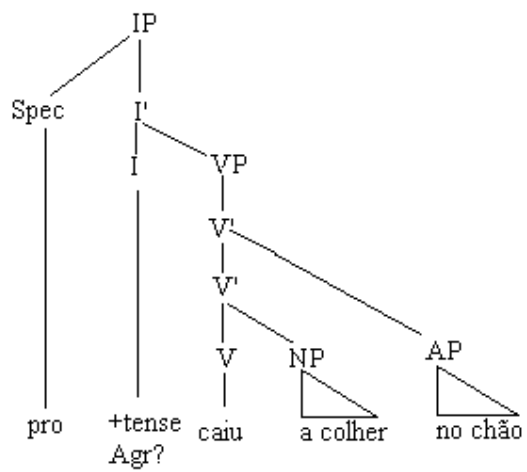
129a



129b



129c



As sentenças representadas em 129 podem ser vistas como pertencendo a uma estrutura pré-IP. Como já trazem a marcação de tempo, podem ser distribuídas na categoria IP, com a dúvida de presença ou não de Agr, visto que não houve elevação de sujeito para a posição de *Spec* de IP. Como o sujeito está ainda interno a VP, fica a dúvida, inclusive, se esse NP sujeito está marcado com Caso nominativo *default* ou se recebe Caso acusativo do núcleo V. O sujeito só receberia um Caso de fato nominativo se ele ocupasse a posição de *Spec* de IP, onde receberia Caso do traço [+Agr] de I.

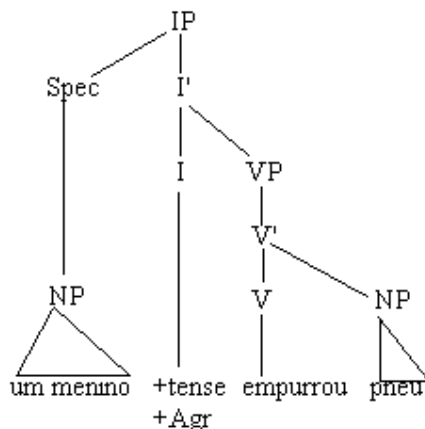
É notório que, no início das gravações, Tati e João não apresentam ainda em suas falas elementos morfológicos ou mesmo lexicais (como modais e auxiliares) que denunciem a presença de uma projeção IP. As falas de Tati até o A6 não apresentam flexões verbais em primeira pessoa, que é a primeira pessoa do discurso a ser adquirida; e as falas de João são claramente desprovidas de I até o A14. Somente com o tempo, as crianças passam a intercalar suas falas entre projeções VP e IP. No entanto, não é só a categoria IP que parece não fazer parte da gramática infantil no primeiro estágio da aquisição. Tati demonstra ter dificuldades para projetar objetos indiretos na categoria PP, mesmo em momentos em que o nível IP já se faz disponível. Analisando as ocorrências abaixo,

130a A papai. Bola, bó. (A1 – 1;7:17)

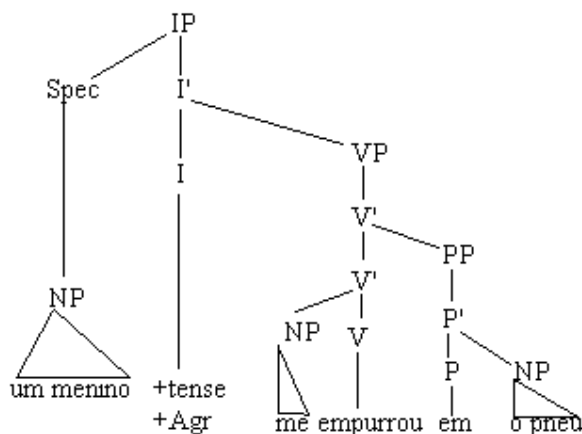
130b Um menino empurrou pneu. (A7 – 1;10:21)

captou-se do contexto que, em 130a, a menina quer que joguem a bola para o pai. Então, quando ela diz *a papai*, na verdade a projeção é de um PP: *para papai*. O *a* antecedendo o NP *papai* pode ser a preposição licenciadora do NP; mas, em 130b, a situação é bem mais complicada. Naquele momento, a menina explica para a mãe como se machucou na escola. A sentença correta seria: *Um menino me empurrou no pneu*. Na sentença pronunciada por Tati, há problemas de marcação de Caso que geram uma interpretação totalmente diferente da pretendida: o objeto empurrado por um menino na sentença de Tati não é ela mesma, mas o pneu. Abaixo, são apresentadas as árvores da sentença que a criança realmente pronunciou e da sentença que ela pretendia pronunciar:

131a



131b



Não só a ordem das palavras na sentença é importante para uma perfeita leitura dos papéis temáticos, mas também a presença de elementos que têm funções de atribuir o Caso adequado aos NPs, sem os quais a interpretação da sentença não é atingida. Em 131a, o NP é pronunciado logo após o verbo, o que faz com que receba do núcleo V o Caso acusativo e seja interpretado como paciente da ação expressa por esse verbo. Para que o sentido da sentença de Tati fosse corretamente captado, o elemento a receber Caso acusativo deveria ser o NP *me* – que nem foi pronunciado pela menina – ocupando uma posição irmã ao verbo, conforme aparece em 131b. Para o NP *o pneu* ser interpretado como alvo, ele precisaria receber Caso oblíquo da preposição núcleo de um PP. Assim, se constata que as projeções categoriais embora façam parte da gramática da criança, visto que ela entende a linguagem complexa

bem antes de reproduzi-la, apresentam dificuldades em determinado estágio da produção verbal.

Da mesma forma que a categoria IP leva um certo tempo para atuar com segurança nas construções infantis e a falta de projeção PP faz falhar as cadeias temáticas e o sistema Casual de algumas sentenças, a categoria CP também se mantém inoperante até certo estágio. Não são encontrados complementizadores na fala de Tati até o A12 (2;1:24) e na fala de João até o A26 (3;0:29). Para Rafael, no entanto, desde o A6 (1;10:6) já há sentenças projetadas em CP. Esse dado não nega o que pode ser afirmado para as duas primeiras crianças analisadas, porque Rafael apresenta um desenvolvimento acelerado e, desde seu A2 (1;7:12) já projeta sentenças em IP, não tendo sido seu estágio VP gravado nesse *corpus*. Quando a categoria CP aparece, as outras categorias já estão estabilizadas e a criança não mais apresenta problemas de Caso que cheguem a afetar a cadeia temática. Os desvios de Caso registrados são somente ocorrências de *ECM*, como foi mostrado em 6.1.

O que a teoria de Vainikka (1994) acrescenta para o delineio da aquisição do Caso no português brasileiro é a idéia de gradualidade na aquisição das estruturas categoriais, visto que essa noção proporciona um melhor entendimento da figuração do Caso *default* na presença de uma flexão também *default*. Quando uma sentença com conjugação verbal de terceira pessoa é usada para referir à primeira, essa conjugação se denuncia como o coringa da fala infantil. Foi mostrado que os primeiros arquivos de João não apresentavam sequer uma marca flexional que não fosse a *default*. No A8, o menino utiliza o verbo no passado, mas ainda em terceira pessoa para expressar ações dele mesmo (Ver seção 5.3, p. 72) e, só no A14 pronuncia seu primeiro verbo flexionado para a primeira pessoa (p. 73). Esse comportamento verbal de João retrata a evolução de um I que começa a surgir com o traço [+tense] e só depois se completa com o traço [+Agr].

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aquisição do Caso no português brasileiro não apresenta a qualidade de ser linear. A flexão vai surgindo aos poucos, fragmentada em tempo e concordância, daí vem o pronome nominativo de primeira pessoa, depois o masculino de terceira, vem o acusativo *me*, depois o *tu* nominativo e, então, o que parece ter vindo para ficar acaba por figurar entre um sim e não de usos. A criança ousa sim, ou Tati jamais teria pronunciado uma frase como *Eu sou a Xuxa de ti*, que certamente ela nunca ouviu; mas suas ousadias nem sempre encontram terreno firme para continuarem fazendo parte de sua gramática borbulhante. É como se a criança fosse testando, em um ir e vir, as possibilidades lexicais e paramétricas de sua língua, de acordo com os princípios estruturais de sua Gramática. As marcas Casuais assumidas pela morfologia de alguns pronomes ajudam a explicitar as inseguranças infantis em colocar em prática, distribuindo em suas construções sintáticas, as novas formas que vão sendo percebidas na linguagem de seu ambiente.

Este trabalho buscou entender o Caso na linguagem das crianças a partir de seus atribuidores e traçar um perfil de sua aquisição no português brasileiro. Deu-se prioridade ao estudo do verbo flexionado, cuja flexão dá nominativo aos sujeitos, e às estruturas frasais, cujos núcleos lexicais são capazes de licenciar seus objetos e complementos de preposição. Os pronomes de primeira e segunda pessoas deram as pistas necessárias para se vincular o que também ocorria com os Casos na terceira pessoa, onde os vestígios do Caso morfológico já se esvaíram na evolução da fala cotidiana; não são mais encontrados, por exemplo, os acusativos *a*, *as*, *o* e *os*. O estudo de Schütze e Wexler (1996) apresentou os problemas de aquisição de Caso em língua inglesa e suas relações com a flexão verbal (Ver conclusões de 1 a 4, p. 57), que foram de muita valia para as análises dos dados brasileiros. Já o estudo de Vainikka (1994), ajudou a esclarecer por que, no início, as crianças não concordam o verbo com seus sujeitos de primeira pessoa, com toda a idéia de aquisição gradual das estruturas frasais (Ver conclusões de 1 a 5, p. 68-69).

Foi constatado que existe, no português brasileiro, um estágio análogo ao estágio dos infinitivos opcionais, *OI Stage*, detectado por Wexler (1994) para as crianças falantes de inglês. Trata-se de um período de flexão *default* opcional, flexão esta idêntica à utilizada para a terceira pessoa do indicativo. A princípio, verificou-se que as crianças brasileiras não utilizavam infinitivos em suas construções finitas, como faziam as falantes de inglês; depois, observou-se que quando as crianças do *corpus* em análise não concordavam o verbo com a

pessoa, o verbo utilizado apresentava características morfológicas de terceira pessoa. O estágio de flexão *default* é dito também opcional por não ser eliminado repentinamente da fala infantil quando a concordância com a primeira pessoa aparece. Mesmo depois de usos flexionais adequados, a criança intercala suas flexões corretas com a flexão *default*.

Foi também verificado através da análise dos dados de Tati e João que as categorias IP e CP não são utilizadas desde o início pelas crianças. Elas começam sua verbalização só com o VP disponível, onde a flexão é *default*, e a aquisição da categoria IP é fracionada em tempo e concordância pessoal. Primeiro, as crianças utilizam uma estrutura primitiva VP com sujeito implícito, com *pro* na posição de *Spec* de VP, e, aos poucos, vão construindo sua flexão I na projeção IP. Em um estágio Pré-IP, as sentenças, embora já projetadas na estrutura IP, não apresentam I completo: o sujeito ocupa uma posição interna ao VP, visto que o I só contém o traço de [+tense], faltando ainda o de [+Agr] que seria o responsável pela elevação do sujeito para a posição de *Spec* de IP, através de seu licenciamento com o nominativo. No momento desses registros, as crianças já intercalam suas construções entre: as do nível primitivo VP, com flexão *default*; as do nível pré-IP, com o traço de tempo, mas ainda com concordância pessoal *default*; e outras, já com IP completo e sujeito licenciado nominativo. Quando as crianças não projetam um IP completo, pode-se afirmar que seus sujeitos ou têm Caso *default*, ou estão em outras posições, licenciados com outros Casos por núcleos lexicais.

As primeiras marcas flexionais de primeira pessoa aparecem ainda em um IP com sujeito *pro*, e, a seguir, o nominativo *eu* começa a despontar. O primeiro Caso a ser adquirido pelas três crianças é o nominativo, dado pelo traço [+Agr] de uma projeção IP completa. Depois, o comum entre Tati, João e Rafael é o nominativo de terceira pessoa *ele*, que denuncia então uma flexão real de terceira pessoa, não mais *default*. Os próximos Casos são acusativos, atribuídos por núcleos V na posição objeto e, quando o uso do objeto é solicitado à gramática infantil antes da estabilização do pronome objeto adequado, a criança pode convocar, por vezes, o Caso *default* nominativo. O mesmo acontece com o Caso oblíquo: quando o pronome oblíquo não está bem fortalecido no uso infantil, este pode ser ocasionalmente substituído pela forma *default* nominativa. A ECM também é verificada na fala de Rafael, já no nível CP, no sujeito da oração secundária. Todo o delineio do padrão de erro foi feito a partir da fala de Rafael, que atingiu um nível de aquisição de quase todos os Casos e pronomes ainda durante as gravações. Como o *Corpus* selecionado para esta pesquisa já existia, não foi possível avançar muito na análise dos dados de Tati e, principalmente, de João.

As gravações do *Corpus* Issler foram findadas quando as crianças completaram três anos de idade. Este *corpus* foi escolhido dentre outros do CEAAL principalmente pela idade das crianças, visto que Kato (1999, p. 18) afirma que uma criança com desenvolvimento normal leva cerca de três anos para adquirir os pronomes e utilizá-los adequadamente em todas as situações em que eles são requeridos em sua língua materna. No entanto, pôde-se constatar através das tabelas 1 a 9 que alguns Casos demoram mais para atuar na gramática infantil e que as etapas, embora sejam as mesmas, têm uma cronologia muito diferente para cada criança: a aquisição de um pronome pode acontecer com até um ano de diferença de uma criança para outra. As três crianças estudadas nesta pesquisa apresentaram a mesma ordem na aquisição dos pronomes e Casos até onde se pôde registrar; crianças de ambientes diferentes, criadas em lares diferentes, porém com a mesma seqüência nas etapas da aquisição, diferiram quanto à idade em que cada etapa se manifestava.

Especula-se que a aquisição das marcas Casuais nos pronomes seja um assunto mais complexo do que se imagina e que mesmo a análise de falas de adultos possa contribuir para uma melhor compreensão da relação entre o Caso presente nos pronomes e os atribuidores desse Caso. No cotidiano, não só situações de *ECM* são verificadas, mas também marcações Casuais que não encontram explicação neste trabalho, como a da fala da menina Duda, que aos nove anos de idade pronunciou: *O mesmo que mim*. Teria a criança interpretado um complementizador pronunciado por ela mesma como preposição?

Os dados das três crianças analisadas neste estudo não proporcionaram análises longitudinais completas, visto que foi preciso analisar o estágio inicial em Tati e João e, para um estágio de erros, só os dados de Rafael puderam contribuir. Como matéria para estudos futuros, seria interessante a elaboração de métodos experimentais que pudessem direcionar a produção das crianças aos caminhos desejados, que as estimulasse com a descrição de figuras, por exemplo. É sugerido aqui, também, a análise de falas de crianças em idade escolar e até mesmo de adultos com baixa escolaridade, a fim de que se entenda melhor a produção do Caso nos pronomes e os sistemas de licenciamento.

REFERÊNCIAS

- BABYONYSHEV, M. Acquisition of the Russian case system. In.: PHILLIPS, C. (ed.), **Papers on case & Agreement II** . Cambridge: MIT Working Papers in Linguistics, n.19, p. 1–43, 1993.
- BUDWIG, N. **A Developmental-Functionalist Approach to Child Language**. Erlbaum: Mahwah, 1995.
- CHOMSKY, N. **The Minimalist Program**. MIT Press: Cambridge, 1995.
- CHOMSKY, N. Some Notes on the Economy of Derivation and Representation. **MIT Working Papers in Linguistics**, n. 10, p. 43-74, 1989.
- CHOMSKY, N. **Language and Problems of Knowledge: The Managua Lectures**. Mass. / London, England. MIT Press: Cambridge, 1988.
- CHOMSKY, N. **Some concepts and consequences of the theory of Government and Binding**. MIT Press: Cambridge, 1982.
- CHOMSKY, N. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, N. **Reflections on Language**. Pantheon: New York, 1975.
- CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. Mouton: The Hague, 1957.
- CONNELL, P. Teaching Subjecthood to Language-Disordered Children. **Journal of Speech and Hearing Research**. n. 29, p. 481- 493, 1986.
- COOK , V. J. NEWSON, M.. **Chomsky's Universal Grammar: An Introduction**. Blackwell: Oxford, 1996.
- DE CAT, C. Apparent non-nominative subjects in L1 French. In.: PARADIS, J e PR'EVOST (Eds.). In.: **The Acquisition of French in different contexts: focus on Functional Categories**. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p. 53-88.
- DEPREZ, V. PIERCE, A. Negation and functional projections in early grammar. **Linguistic Inquiry** n. 24, p. 25–67, 1993.

DUARTE, F. B. Caso, função sintática e papéis temáticos. **Revista Duc In Altum**. Faculdade Santa Marcelina: Muriaé, v. 6, n. 1, 2006.

DUARTE, M. E. L. A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro. Tese de doutorado. UNICAMP, 1995.

EISENBEISS, S; BARTKE, S; CLAHSEN, H. Structural and Lexical Case in Child German: Evidence from language-impaired children and typically-developing children. **Language Acquisition**. Mahwah, v.13, n.1, p. 3-32, 2005/2006.

GALASSO, J. The Acquisition of Inflection and The Dual Mechanism Model: A Case Study. **Proceedings of the Child Language Research Forum**. Stanford, 2004. Disponível em: <<http://www.csun.edu/~galasso/towards3.htm>> Acesso em: 13 abr. 2008.

GALVES, C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In. ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.) **Português Brasileiro: Uma Viagem Diacrônica**. Editora da UNICAMP: Campinas, 1993, p. 387 - 408.

GORDISHEVSKY, G; SCHAEFFER, J. On the Relation between Case and Number in Early Child Language. **IATL**. Ramat-Gan, n. 20, p. 1-28, Jun. 2004.

HAEGEMAN, L. **Introduction to the Government and Binding Theory**. Oxford: Blackwell, 2006.

ISSLER, D. *Corpus* Issler. **Banco de Dados**. Centro de Estudos de Aquisição e Aprendizagem da Linguagem. PUCRS.

ISSLER, D. **Instruções e critérios de utilização do Corpus Issler**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <bullajp@gmail.com> Recebida em 5 ago. 2008.

KATO, M. A. Sintaxe e aquisição na teoria dos princípios e parâmetros. **Letras de Hoje**. Porto Alegre. v. 30, n.4, p. 57-73, dez. 1995.

KATO, M. A. Strong pronouns, weak pronominals, and the null subject parameter. **PROBUS**. n. 11, p. 1-37, 1999.

KATO, M. A. Nomes e pronomes da aquisição. **Letras de Hoje**. Porto Alegre. v. 36, n.3, p.101-112, set. 2001.

LOBATO, L. M. P. **Sintaxe Gerativa do Português**: da Teoria Padrão à Teoria de Regência e Ligação. Vigília: Belo Horizonte, 1986.

LOEB, D. F. LEONARD L. B. Subject case marking and verb morphology in normally developing and specifically language-impaired children. **Journal of Speech and Hearing Research**. n. 34, p. 340-346, 1991.

MACWHINNEY, B. **The acquisition of morphophonology**. Monographs of the Society for Research in Child Development., serial n. 174, v.43, n.1 e 2, 1978.

MACWHINNEY, B. SNOW, C. The Child Language Data Exchange System. **Journal of Child Language**. n. 12, p. 271-295, 1985.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V., C. et al. **Manual de Sintaxe**. Florianópolis: Editora Insular, 2007.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V., C. et al. **Manual de Sintaxe**. Florianópolis: Editora Insular, 2000.

NEGRÃO, E.V. MÜLLER, A. L. As mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de formas : **DELTA**, v. 12, n. 1, p. 125-152, 1996.

NTELITHEOS, D. MANOROHANTA, C. Default Pronouns and Root Infinitives in Malagasy Acquisition. In.: Deen, K.U. NOMURA, J. SCHULZ, B. SCHWARTZ, B.D. (eds.). **The Proceedings of the Inaugural Conference on Generative Approaches to Language Acquisition**. Honolulu: University of Connecticut Press, n. 4, p. 249-260, 2006.

OUHALLA, J. **Introducing Transformational Grammar: from rules to principles and parameters**. Chapman and Hall, Inc. NY: Routledge, 1994.

POLLOCK, J. Y. Verb movement, Universal Grammar, and the structure of IP. **Linguistic Inquiry**. n. 20, p. 365-424, 1989.

POWERS, S. M. The acquisition of pronouns in Dutch and English: The case for continuity. **Proceedings of BUCLD 19**. Cascadilla, Somerville, MA, p. 439-450, 1995.

RADFORD, A. Children's English: Principles-and-Parameters Perspective. **Acquisition Coursebook** (2006). [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <bullajp@gmail.com> . Recebida em 4 jun.2008.

RADFORD, A. Genitive subjects in child English In.: **Lingua**. n. 106, p. 113-131, 1999.

RADFORD, A. Tense and agreement variability in child grammars of English. In. LUST, B.; SUÑER, M.; WHITMAN, J. (Eds). **Syntactic theory and first language acquisition: Cross-linguistic perspectives**. v. 1, Lawrence Erlbaum: Hillsdale, 1994, p. 135-157.

- RADFORD, A. **Syntactic Theory and the Acquisition of English Syntax**. Blackwell: Oxford, 1990.
- RADFORD, A. GALASSO, J. Children's possessive structures: A case study. **Essex Research Reports in Linguistics**. n. 19, p. 37-45, 1998.
- RAPOSO, E. **Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem**. Lisboa: Caminho, 1992.
- RISPOLI, M. **Mechanisms of pronoun Case error: biased retrieval, not syntactic incompetence**. ms. Northern Arizona University, 1995.
- SALUSTRI, M. HYAMS, N. Looking for the Universal Core of the RI Stage. In.: TORRENS, V. ESCOBAR, L. **The Acquisition of Syntax in Romance Languages**. John Benjamins: Amsterdam, 2006.
- SCHÜTZE, C.T. "Children's subject case errors: Evidence for case-related functional projections," in **Proceedings of FLSM VI**, v. 1, 155-166, 1995.
- SCHÜTZE, C. T. **INFL in child and adult language: agreement, case and licensing**. PHD dissertation. MIT, 1997.
- SCHÜTZE, C.T. WEXLER, K. Subject case licensing and English root infinitives In.: **Proceedings of the 20th Boston University Conference on Language Development**, p. 670-681, 1996. Disponível em: <www.linguistics.ucla.edu/people/cschutz/BU20.pdf> Acesso em: 25 jun. 2007.
- VAINIKKA, A. Case in the development of English Syntax. **Language Acquisition**. v.3, p. 257-325, 1994.
- WEXLER, K. Optional infinitives, head movement, and the economy of derivations in child grammar. In. LIGHTFOOT, D. HORNSTEIN, N. **Verb movement**. Cambridge University Press: Cambridge, 1994, p. 305-350.

CURRICULUM VITAE

Julieane Pohlmann Bulla

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome Julieane Pohlmann Bulla
Nome em citações bibliográficas POHLMANN-BULLA, J.
Sexo feminino

Filiação Carlos Alberto Pohlmann e Rosemary de Lima Pohlmann
Nascimento 01/10/1980 - Rio Grande/RS - Brasil
Carteira de Identidade 1074688654 SSP - RS - 18/04/2008
CPF 97774014004

Endereço residencial Rua Luiz de Camões, 131/302
 Santo Antônio - Porto Alegre
 90620-150, RS - Brasil
 Telefone: 51 84078081

Endereço profissional Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
 Av. Ipiranga, 6681
 - Porto Alegre
 90619-900, RS - Brasil

URL da home page: <http://>

Endereço eletrônico

e-mail para contato : bullajp@gmail.com
 e-mail alternativo : bullajp@gmail.com

Formação Acadêmica/Titulação

- 2007** Mestrado em Lingüística e Letras.
 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC RS, Porto Alegre, Brasil
 Título: A aquisição do Caso em língua portuguesa
 Orientador: Ana Maria Tramunt Ibaños
 Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Palavras-chave: Caso, Pronomes, Língua Portuguesa, Língua materna, Aquisição
Áreas do conhecimento : Lingüística Aplicada, Lógica e Linguagem Natural, Aquisição da Linguagem
- 2006 - 2007** Especialização em Estudos Avançados de Língua Inglesa.
 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC RS, Porto Alegre, Brasil
 Título: Task-based Approach and the one-to-one classroom
 Orientador: Clarice Schneider Lamb
- 2001 - 2004** Graduação em Letras Português Inglês.
 Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Rio Grande, Brasil
-

Formação complementar

- 2002 - 2003** Extensão universitária em Seminario de Estudos de Tradução I.

- Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Rio Grande, Brasil, Ano de obtenção: 2003
- 2003 - 2003** Curso de curta duração em Immersion Course INBRASILL. Instituto Brasileiro de Letras, INBRASILL, Brasil
Palavras-chave: Imersão em Língua Inglesa, Estudos Culturais, Literatura
- 2003 - 2003** Curso de curta duração em Immersion Course INBRASILL. Instituto Brasileiro de Letras, INBRASILL, Brasil
Palavras-chave: Imersão em Língua Inglesa, Estudos Culturais, Literatura
- 2003 - 2003** Extensão universitária em Seminário de Estudos de Tradução II. Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Rio Grande, Brasil
- 2004 - 2004** Curso de curta duração em Metodologia Interativa com Recursos Multimídia. Centro de Cultura Anglo Americana, CCAA, Brasil
Palavras-chave: Ensino de Língua Inglesa
- 2005 - 2005** Curso de curta duração em Professor Fidelizador. Centro de Cultura Anglo Americana, CCAA, Brasil
Palavras-chave: Ensino de Língua Inglesa
- 2005 - 2005** Curso de curta duração em Em busca da Eficiência. Centro de Cultura Anglo Americana, CCAA, Brasil
Palavras-chave: Ensino de Língua Inglesa
- 2007 - 2007** Aula Inaugural - Perguntas sobre a memória. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC RS, Porto Alegre, Brasil
Palavras-chave: memória, cognição, linguagem
- 2008 - 2008** Curso de curta duração em Movimento em GB. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC RS, Porto Alegre, Brasil
Palavras-chave: Sintaxe Gerativa, Government and Binding Theory, Movimento de NPs

Atuação profissional

1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC RS

Vínculo institucional

2007 - Atual Vínculo: Livre , Enquadramento funcional: Bolsista de Mestrado CNPq, Regime: Dedicção Exclusiva

2. Centro de Cultura Anglo Americana - CCAA

Vínculo institucional

2006 - 2007 Vínculo: Professora horista , Enquadramento funcional: Instrutora de Inglês nível III , Carga horária: 20, Regime: Parcial

2004 - 2005 Vínculo: Professora contratada , Enquadramento funcional: Instrutora de Inglês nível III , Carga horária: 44, Regime: Integral

3. Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Vínculo institucional

2002 - 2004 Vínculo: Livre , Enquadramento funcional: Bolsista de Iniciação Científica CNPq, Regime: Dedicção Exclusiva

Atividades

2002 - 2003 Projetos de pesquisa, Departamento de Letras e Artes
Participação em projetos:
Seminário de Estudos de Tradução: Traduzindo Henry James.

Projetos

2002 - 2003 Seminário de Estudos de Tradução: Traduzindo Henry James.

Descrição: O Seminário de Estudos de Tradução é um projeto de ensino, pesquisa e extensão em Estudos de Tradução. Os principais objetivos consistem no aprofundamento teórico em Estudos de Tradução e na tradução de um conjunto de obras de Henry James.

Situação: Desativado Natureza: Extensão

Alunos envolvidos: Graduação (7); Especialização (0); Mestrado acadêmico (2); Mestrado profissionalizante (1); Doutorado (3);

Integrantes: Julieane Pohlmann Bulla Daniel Soares Duarte; Paula Pich Garcia; Gabriela da Silva Bulla; Maria Cristina Schleder de Borba (Responsável); Michel Kamimura; Rodrigo Garcia Lopes; Ana Maria Tramunt Ibanos; João Francisco Troina Reguffe; Katia Cilene Santos Silva Conceição; Denise de Castro Ananias; Amanda Belletti Figueira

Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq

Áreas de atuação

1. Lingüística Aplicada
 2. Lógica e Linguagem Natural
 3. Aquisição da Linguagem
 4. Psicolingüística
-

Idiomas

Inglês Compreende Bem , Fala Bem, Escreve Bem, Lê Bem

Espanhol Compreende Razoavelmente , Fala Pouco, Escreve Pouco, Lê Bem

Português Compreende Bem , Fala Bem, Escreve Bem, Lê Bem

Prêmios e títulos

2002 Prêmio Jovem Extensionista, FURG

Produção em C, T& A

Produção bibliográfica

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. POHLMANN-BULLA, J., IBANOS, A. M. T.

As estruturas frasais e sua aquisição por crianças brasileiras In: Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul, 2008, Porto Alegre.

Anais do 8º Encontro do CELSUL. Pelotas: EDUCAT, 2008.

Palavras-chave: aquisição da linguagem, Sintaxe Gerativa, Estruturas Frasais
Áreas do conhecimento : Aquisição da Linguagem, Lingüística Aplicada, Lingüística
Referências adicionais : Brasil/Português.

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. POHLMANN-BULLA, J.

As estruturas frasais e sua aquisição por crianças brasileiras In: Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul, 2008, Porto Alegre.

8º Encontro do CELSUL: Caderno de Resumos. Pelotas: EDUCAT, 2008. p.362 - 362

Palavras-chave: aquisição da linguagem, Sintaxe Gerativa, Estruturas Frasais
Áreas do conhecimento : Aquisição da Linguagem, Lingüística Aplicada
Referências adicionais : Brasil/Português.

2. POHLMANN-BULLA, J.

A construção do sentido em textos do Orkut: argumentos do EU em favor de si mesmo In: VI Seminário Linguagem, discurso e Ensino, 2007, Porto Alegre.

Caderno de Resumos. , 2007.

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

3. POHLMANN-BULLA, J.

Erico Verissimo Tradutor II: preenchendo lacunas no sistema da Literatura Brasileira In: XII Congresso de Iniciação Científica, 2003, Rio Grande.

Congresso de Iniciação Científica. Rio Grande: Editora da FURG, 2003.

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

4. POHLMANN-BULLA, J.

Erico Verissimo: Tradutor e Transgressor, baliza dos pampas In: 21ª Semana de Letras e 7º Seminário Internacional de Língua e Literatura, 2002, Santa Maria, RS.

21º Semana de Letras e 7º Seminário Internacional de Língua e Literatura. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2002. v.1. p.100 - 101

Palavras-chave: Estudos de Tradução, Literatura Traduzida, Erico Verissimo Tradutor
Áreas do conhecimento : Literatura Traduzida, Estudos de Tradução, Literatura Estrangeira
Setores de atividade : Educação, Edição, impressão, reprodução e gravação industriais de jornais, revistas, livros, discos, fitas, vídeos e filmes
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
Comunicação de grande repercussão no evento.

5. POHLMANN-BULLA, J.

Seminário de Estudos de Tradução: traduzindo Henry James In: I Mostra de Produção Universitária da FURG, 2002, Rio Grande.

V Seminário de Extensão. Rio Grande: Editora da FURG, 2002. v.1. p.443 - 443

Palavras-chave: Extensão Universitária, Tradução, Henry James
Áreas do conhecimento : Estudos de Tradução, Lingüística Aplicada, Literatura Estrangeira
Setores de atividade : Edição, impressão, reprodução e gravação industriais de jornais, revistas, livros, discos, fitas, vídeos e filmes, Educação
Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso
Com a apresentação desse curso de extensão conquistei o prêmio Jovem Extensionista. Trata-se de um projeto de tradução, ensino e pesquisa, onde sou colaboradora.

6. POHLMANN-BULLA, J.

O Papel da Literatura no Mundo Atual In: II Colóquio de Letras, 2001, Rio Grande.

II Colóquio de Letras. , 2001.

Palavras-chave: decadência da leitura, Influência da Televisão
Áreas do conhecimento : Letras
Referências adicionais : Brasil/Afar. Meio de divulgação: Outro

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo expandido)

1. POHLMANN-BULLA, J.

Aspectos da Aquisição do Caso para o Português do Brasil In: III Mostra da Pós-Graduação, 2008, Porto Alegre.

CD de Resumos da Mostra de Pós-Graduação da PUCRS. Porto Alegre: , 2008.

Palavras-chave: aquisição da linguagem, Caso, Língua Portuguesa, Língua materna

Áreas do conhecimento : Lingüística Aplicada, Aquisição da Linguagem

Setores de atividade : Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio magnético, Home page: [http://www.pucrs.br/edipucrs/IIImostra.html]

Apresentação de Trabalho

1. POHLMANN-BULLA, J.

A Aquisição do Caso por uma criança brasileira, 2008. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Caso, aquisição da linguagem, Língua Portuguesa

Áreas do conhecimento : Lingüística Aplicada, Aquisição da Linguagem

Setores de atividade : Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais, Educação

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários; Local: PUCRS; Cidade: Porto Alegre; Evento: VIII Semana de Letras; Inst.promotora/financiadora: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

2. POHLMANN-BULLA, J.

As Estruturas frasais e sua aquisição por crianças brasileiras, 2008. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: aquisição da linguagem, Estruturas Frasais, Sintaxe Gerativa

Áreas do conhecimento : Aquisição da Linguagem, Lingüística Aplicada, Lingüística

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Local: Campus Centro da UFRGS; Cidade: Porto Alegre; Evento: Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

3. POHLMANN-BULLA, J.

A Construção do Sentido em Textos do Orkut: Argumentos do EU em favor de si mesmo., 2007. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: argumentação, construção do sentido, Orkut

Áreas do conhecimento : Lingüística Aplicada, Estudos do Texto

Setores de atividade : Educação

Referências adicionais : Brasil/Português; Local: Centro Universitário Ritter dos Reis; Cidade: Porto Alegre; Evento: VI Seminário Linguagem, Discurso e Ensino; Inst.promotora/financiadora: Centro Universitário Ritter dos Reis

4. POHLMANN-BULLA, J.

Erico Verissimo: Tradutor e Transgressor, Baliza dos Pampas, 2002. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Estudos Culturais, Erico Verissimo Tradutor, Literatura Traduzida

Áreas do conhecimento : Letras, Lingüística, Estudos de Tradução

Setores de atividade : Educação, Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários; Local: Campus da UFSM; Cidade: Santa Maria; Evento: 21ª Semana de Letras / 7ª Seminário Internacional de Língua e Literatura; Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal de Santa Maria

5. POHLMANN-BULLA, J.

O papel da Literatura no mundo atual, 2002. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Influência da Televisão, Literatura

Áreas do conhecimento : Letras

Setores de atividade : Educação

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Local: Campus Carreiros da FURG; Cidade: Rio Grande; Evento: II Colóquio de Letras - Letras ao Vento: movimento sem fronteiras; Inst.promotora/financiadora: Fundação Universidade Federal do Rio Grande

6. POHLMANN-BULLA, J.

Seminário de Estudos de Tradução: Traduzindo Henry James, 2002. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Estudos de Tradução, Henry James, Tradução

Áreas do conhecimento : Estudos de Tradução, Lingüística Aplicada, Literatura Estrangeira

Setores de atividade : Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas, Educação

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários; Local: Campus Carreiros da FURG; Cidade: Rio Grande; Evento: V Seminário de Extensão / I Mostra de Produção Universitária; Inst.promotora/financiadora: Fundação Universidade Federal do Rio Grande

7. POHLMANN-BULLA, J.

Aspectos da Aquisição do Caso para o Português do Brasil, 2008. (Outra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: aquisição da linguagem, Caso, Língua materna

Áreas do conhecimento : Lingüística Aplicada

Setores de atividade : Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários; Local: PUCRS; Cidade: Porto Alegre; Evento: III Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação; Inst.promotora/financiadora: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Produção Técnica

Demais produções técnicas

1. POHLMANN-BULLA, J.

Erico Verissimo Tradutor II: preenchendo lacunas no sistema da Literatura Brasileira, 2003. (Relatório de pesquisa)

Palavras-chave: Erico Verissimo Tradutor, Estudos de Tradução, Língua Estrangeira, Língua Portuguesa

Referências adicionais : Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro

Eventos

Participação em eventos

1. Apresentação Oral no(a) **VIII Semana de Letras da PUCRS**, 2008. (Outra)

A Aquisição do Caso por uma Criança Brasileira.

2. Apresentação Oral no(a) **Círculo de Estudos lingüísticos do Sul**, 2008. (Outra)

As estruturas frasais e sua aquisição por crianças brasileiras.

3. Apresentação de Poster / Painel no(a) **III Mostra de Pós-Graduação**, 2008. (Outra)

Aspectos da Aquisição do Caso para o Português do Brasil.

4. **Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul**, 2008. (Outra)

.

5. Apresentação Oral no(a) **VI Seminário Linguagem, Discurso e Ensino**, 2007. (Seminário)

A construção do sentido em textos do Orkut: argumentos do EU em favor de si mesmo.

6. **Convenção da Associação dos Professores de Inglês do Rio Grande do Sul**, 2006. (Outra)

.

7. **II Seminário de Estudos em Análise do Discurso**, 2005. (Seminário)

.

8. Apresentação Oral no(a) **XII Congresso de Iniciação Científica**, 2003. (Congresso)

Erico Verissimo Tradutor II: Preenchendo Lacunas no Sistema da Literatura Brasileira.

9. **XII Congresso de Iniciação Científica**, 2003. (Congresso)

.

10. Apresentação Oral no(a) **21ª Semana de Letras e 7º Seminário Internacional de Língua e Literatura**, 2002. (Seminário)

Erico Verissimo: Tradutor e Transgressor, Baliza dos Pampas.

11. Apresentação Oral no(a) **V Seminário de Extensão da FURG**, 2002. (Seminário)

Seminário de Estudos de Tradução: Traduzindo Henry James.

12. **V Seminário de Extensão da FURG**, 2002. (Seminário)

.

13. **21ª Semana de Letras e 7º Seminário Internacional de Língua e Literatura**, 2002. (Seminário)

.
Palavras-chave: Estudos de Tradução, Estudos Culturais, Língua Estrangeira, Língua Portuguesa, Literatura
Áreas do conhecimento : Lingüística, Estudos de Tradução, Língua Portuguesa
Setores de atividade : Edição, impressão, reprodução e gravação industriais de jornais, revistas, livros, discos, fitas, vídeos e filmes, Educação

14. Apresentação Oral no(a) **II Colóquio de Letras da FURG**, 2001. (Outra)

O Papel da Literatura no Mundo Atual.

Setores de atividade : Educação, Administração pública, defesa e seguridade social

15. **II Colóquio de Letras da FURG**, 2001. (Outra)

Totais de produção

Produção bibliográfica

Trabalhos publicados em anais de eventos.....	8
Apresentações de Trabalhos (Comunicação).....	6
Apresentações de Trabalhos (Outra).....	1

Produção Técnica

Relatório de pesquisa.....	1
----------------------------	---

Eventos

Participações em eventos (congresso).....	2
Participações em eventos (seminário).....	6
Participações em eventos (outra).....	7